FOCO NAS FUTURAS GERAÇÕES

SANTA CATARINA EM 2015

BALANÇO GERAL

VOLUME 1 RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS



Secretaria de Estado da Fazenda Diretoria de Contabilidade

Geral



FOCO NAS FUTURAS GERAÇÕES

SANTA CATARINA EM 2015

BALANÇO GERAL

VOLUME 1 RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral





COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC Graziela Luiza Meincheim – DCOG Heber Lima da Costa – GEINC Janice Vilsélia Pacífico da Silveira – GEINC Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC Marcelo Fernandes Pedrosa – GEINC Paulo Rodrigo Capre – GEINC Rogério Felipe Pereira – GEINC Rosangela Della Vechia – GEINC Aline Cabral Vaz – ASCOM Cléia Cionia Schmitz – ASCOM Cristina Valdeci Rodrigues – DIOR Flávio George Rocha – GENOC Guilherme Kraus dos Santos – DIOR Michele da Silva Espíndola – Assessoria - DCOG Paulo Zoldan – DIOR Raquel Costa Pereira – GECOC Vitório Manoel Varaschin – DIOR

COLABORAÇÃO

ASSESSORIA - DCOG

Isis Paz Portinho

Mário Wendhausen Gentil Michele da Silva Espíndola Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA DE

CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente) Bruno Hubacher da Costa Cíntia Fronza Rodrigues Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)

Flávio George Rocha (Gerente) Emanuella Seemann Hunttemann

Jorge Luiz Alves Michele Patrícia Roncalio

Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior

GERÊNCIA DE

CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerroth Santana (Gerente)

Alice Luciane Rhoden Ana Maria da Silva

Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente) Carmem Lúcia Massulini

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena

Elizabete Salazar da Silva Gilmar de Oliveira Amorim

GRUPO DE TRABALHO DE SISTEMA E INFORMAÇÕES DE OBRAS E PROJETOS

Márcio Studart Nogueira Maria Luiza Seemann Tatiana Borges CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS

Abel Guilherme da Cunha Guilherme Cerutti Bueno
Adalberto Cervino Ventura Gutemberg Salles Afonso
Alexandra Mara de Brito Isac Garcia Fernandes

Anderson Pereira Isair Sell

André Amaral Medeiros Ivana Kretzer Santos
André Conceição Costa Jefferson Fernando Grande
Angela Coelho Júlio Cesar Siqueira

Arcangelo Felisberto Laizy da Silva
Carlos Eduardo Osório Luana Claudia Torres
Cintia Salvador Sorgen Marcelo Carlos Botelho

Cristiano Severo Martins Michely Bernardini Schweitzer
Daniela de Souza Pereira Savi Nadieg Sorato Pacheco

Dielis Heder Fiorentini Ozemar Nascimento Willmer
Eliana Amorim Rosa Patrick Estevão Imeton Pereira

Elisa Mayer Priscila Tais Schulle

Ercí Velho de Melo Petronilio Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Everaldo Elias Vieira Rinaldo José Valese
Fabiana Santana Correa Sandro Medeiros Alves
Gabriel Pereira da Silva Sandro Robson Pontes
Geraldo Catunda Neto Wilson Henrique Fetzner Filho

Graziela Gesser

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS

Assessoria de Comunicação - SEF

Diretoria Administrativa e Financeira – SEF

Diretoria de Administração Tributária - SEF

Diretoria de Auditoria Geral - SEF

Diretoria de Captação de Recursos e

Diretoria de Gestão de Fundos - SEF

da Dívida Pública – SEF

Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF

Diretoria do Tesouro Estadual - SEF

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis geinc@sefaz.sc.gov.br | (48) 3665 2773 – (48) 3665 2710

Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral



Concepção gráfica

Officio (officio.com.br)





Ano de oportunidades

João Raimundo Colombo

GOVERNADOR DO ESTADO



2015 ficará em nossa memória como um ano turbulento. Crise foi a palavra mais escrita e pronunciada na imprensa. Fomos surpreendidos por um cenário imprevisível que não poupou a maioria dos estados. A economia nacional foi duramente abalada, e nós não ficamos imunes ao que aconteceu no País.

Ainda assim, acredito que 2015 será lembrado também como um ano de grandes oportunidades para Santa Catarina. Enquanto grande parte dos estados se afogava em suas contas públicas, o nosso Estado, com apenas 1% do território e muitas vezes esquecido pela imprensa, começou a emergir e a chamar a atenção. Como conseguimos manter as menores taxas de desemprego do País? Como continuamos atraindo investimentos nacionais e internacionais em meio à crise? Como pudemos não apenas pagar em dia, mas antecipar salários dos servidores públicos? Como seguimos sem aumentar impostos enquanto tantos o fizeram?

Essas realizações, que na verdade são obrigações de um Governo, passaram a ser consideradas verdadeiras proezas em meio ao cenário de recessão econômica que assolou a nação. E foi a partir da crise, não desejada por ninguém, que Santa Catarina teve a oportunidade de mostrar ao País um Brasil que está dando certo. Em 2015, crescemos e aparecemos. Não somente por conta de realizações públicas, mas pela histórica capacidade do nosso povo de empreender e de superar desafios.

Prenúncios de recessão podem transformar em desafios as mais simples obrigações governamentais

Em paralelo, foi por conta da crise que tivemos de colocar em prática ações que já estavam em nosso radar, as quais sempre consideramos necessárias para garantir a sustentabilidade do Estado nos próximos anos. Iniciamos uma reforma administrativa que permeou as empresas da administração indireta, as agências reguladoras e as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Implantamos a política de subsídio na folha de pagamentos da segurança pública, o que vai nos permitir um controle muito maior sobre os gastos. Fomentamos ações em segmentos específicos, como o de energias renováveis e de portos, e aprimoramos os nossos canais de comunicação com investidores. No FUNDAM, atingimos 99% dos municípios catarinenses beneficiados. Ampliamos o escopo do cartão de pagamentos do Estado para os hospitais, com base na experiência bem-sucedida nas escolas. Mas, entre todas as realizações, acredito que a mais importante foi a reforma da previdência pública estadual, incluindo a criação da previdência complementar. Tanto os servidores quanto o Estado passam a contribuir um pouco mais para essa conta que é paga por todos os catarinenses. E para os servidores que ingressarem no futuro, teremos um sistema novo e sustentável, mais próximo da realidade de todos os brasileiros.





Sustentabilidade: caminho único

Antonio Marcos Gavazzoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA



O gestor público precisa ter sempre em mente que qualquer decisão de hoje, seja essa a mais aplaudida ou a mais impopular, vai refletir-se não só no próximo governo, mas também nas futuras gerações Muito mais do que anneação às gerações futuras, os efeitos devastadores do desequilíbrio social, econômico e ambiental estão sendo sentidos aqui e agora. Décadas de políticas públicas que ignoraram os preceitos sustentáveis de gestão apresentam a sua fatura e exigem que práticas antigas sejam rompidas, por mais difícil que isso possa parecer. Muito mais do que discursos e declaração de princípios, é preciso ultrapassar o nível da retórica e promover uma ruptura nos relacionamentos, no modo de operar e de pensar, aceitando que os recursos naturais devem ser preservados, que os negócios devem incluir os pobres e miseráveis, e que a ética pode trazer ganhos econômicos.

Satisfazer as nossas necessidades mantendo as perspectivas de futuro das outras gerações deve se traduzir em construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis. Essa tentativa, inevitavelmente, passará pela administração pública e pela regulação das atividades econômicas em sociedade. A presença do Estado nessa articulação será fundamental. Por conta disso é que o método da governança pública, pensada a partir da lógica da sustentabilidade, oferece um potencial singular a ser explorado não somente em nível especulativo, mas também em nível prático.

Em Santa Catarina, enxergamos esse horizonte em que as decisões tomadas hoje serão refletidas nas gerações de amanhã. Nesse ano que passou, conseguimos romper algumas barreiras consideradas intransponíveis. Diminuímos cargos, enxugamos algumas estruturas, fortalecemos outras. Corrigimos distorções na folha de pagamento, focamos em reformas em áreas prioritárias como educação, saúde e segurança, e possibilitamos autonomia para despesas de pequeno vulto. Cultivamos a semente já plantada da produtividade. De olho no futuro, desarmamos uma bomba prestes a explodir, a do déficit na previdência pública estadual. Alguns resultados de medidas que não pouparam o Governo de desgastes já podem ser sentidos. Mas a maioria das consequências positivas será colhida por gestões e por gerações futuras.

Acreditamos que uma gestão sustentável é a que utiliza a máquina pública para alcançar os objetivos da maioria. Somente com uma mudança profunda na mentalidade e nas atitudes de líderes formadores de opinião e de gestores públicos poderemos encontrar formas de incorporar rapidamente as práticas sustentáveis, obtendo resultados rápidos e significativos. Sair da zona de conforto, transformar práticas ultrapassadas, pensar e agir com consciência sobre as consequências de nossos atos, nada disso é fácil. Mas mudar é preciso, e nós já começamos.





Mais do que um dever institucional

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL



Nas páginas a seguir, você é convidado a acompanhar a prestação de contas referente ao primeiro ano do segundo mandato do Governador João Raimundo Colombo.

A pedra basilar que fundamenta uma nação é a democracia com eleições regulares e com alternância de poder e, nesse cenário, aos Chefes do Poder Executivo é atribuída uma importante tarefa, a de prestar contas regularmente à sociedade. Portanto, é um momento de interação entre o governante e os administrados.

Esse dever institucional traz um duplo sentido à prestação de contas: por um lado, ela joga luz sobre as contas governamentais, analisa metas cumpridas, demonstra o cumprimento dos limites constitucionais de gastos com saúde e educação, apresenta os limites de gastos com pessoal e endividamento determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras importantes informações. Por outro lado, espera-se que a prestação instigue uma maior participação da sociedade no dia a dia governamental, por meio da análise ou de questionamentos que possam vir a ser suscitados no exame das contas públicas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma sociedade depende muito do grau de *accountability* a que ela esteja exposta. *Accountability*, termo de origem anglo-saxônica, significa basicamente responsabilização, mas não necessariamente em termos de punição, e sim de quem é o responsável pela prestação de contas perante os órgãos constituídos e a sociedade.

mo pode ser traduzida como transparência. Logo, nesse escopo, a accountability revela-se como uma das mais importantes atribuições governamentais, tendo em vista que, diante da supremacia do Estado sobre o particular, cabe ao gestor público prestar contas das suas ações no decorrer de certo período como forma de legitimidade do desempenho do seu mandato e também como mola propulsora para estimular o debate e a participação públicos, de tal maneira que o desejado controle social seja exercido pela sociedade. Em nível global, a sociedade se encontra no apogeu da Era da Informação, proporcionado pelo advento da disseminação da tecnologia da informação e comunicação, e, como consequência natural dessa nova perspectiva, demanda cada vez mais clareza e transparência na comunicacão. Entre esses dois atores distintos e indissociáveis, sociedade e Estado, encontra-se a accountability, que serve de ferramenta de apresentação entre eles.

Portanto, uma das acepções do ter-

Em Santa Catarina, alguns instrumentos ajudam a difundir e a fortalecer a accountability. Um deles, o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), como o próprio nome já diz, é o sistema oficial de informações de planejamento, orçamento e finanças do Estado. O SIGEF ainda responde pela gestão da dívida pública e pelo controle de contratos e de transferências feitas às instituições privadas e públicas, tais como prefeituras. É desse sistema que são extraídos os dados orçamentários, financeiros e patrimoniais para compor as prestações de contas dos gestores catarinenses. Porém, não se trata de uma extração pura e simples, mas sim da transformação de dados dispersos

O objetivo deste documento não é somente cumprir uma obrigação legal. É, também, criar oportunidades e ampliar os canais de comunicação entre a sociedade e o governo catarinenses

APRESENTAÇÃO

em informações úteis e relevantes, que, agrupadas de maneira coesa e em consonância com os ditames legais, permite que os usuários façam análises e julgamentos de maneira segura.

Outro importante ator fomentador da transparência é a contabilidade, mais especificamente a sua vertente aplicada ao setor público. Para o alcance desse intento, conforme ensina SILVA1 (2013), cabe à contabilidade aplicada ao setor público a missão de processar os dados e fornecer, aos seus usuários, informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (grifou-se).

Nesse sentido, tanto as prestações de contas quanto as informações relacionadas à arrecadação de receitas e à execução de despesas do Poder Executivo são disponibilizadas no Portal da Transparência. Nele, também é possível consultar os pagamentos de convênios celebrados com municípios, as diárias pagas, a remuneração e os dados funcionais de servidores, assim como outras informações relevantes no que concerne à gestão do estado catarinense. O Portal é um importante disseminador da transparência em nível global, uma vez que se encontra no ambiente da rede mundial de computadores, acessível a todos os cidadãos.

No que se refere às demonstrações que compõem a prestação de contas governamental, o Balanço Geral do Estado, impende destacar que elas seguem as disposições legais insculpidas nos seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado exaradas por meio do TC nº 16/94, TC nº 06/01 e TC nº 11/04, que disciplinam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte de Contas.

O Balanço Geral do Estado está dividido em três volumes:

I - Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2015

Documento que apresenta uma panorâmica geral do Estado listando os principais indicadores socioeconômicos, bem como informações acerca da gestão administrativa e financeira do Governo, com enfoque principalmente na arrecadação, nos investimentos e no cumprimento dos limites constitucionais e legais de gastos com saúde, educação, pessoal e endividamento. Ademais, traz os demonstrativos contábeis que evidenciam a situação patrimonial, orçamentária e financeira do Estado de Santa Catarina (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas).

II - Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64 e pelas demais normas legais, assim como o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral. Tanto as prestações de contas quanto as informações relacionadas à arrecadação de receitas e à execução de despesas do Poder Executivo são disponibilizadas no Portal da Transparência

¹ SILVA, Valmir Leôncio da. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

III - Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina

Possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de Governo, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

O Balanço Geral é um trabalho coordenado pela Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e conta com a colaboração de diferentes atores, atuantes em diversos órgãos do Estado, que fornecem informações para que a publicação vá além do enfoque técnico e proporcione uma visão consolidada das ações desempenhadas pelo Governo do Estado.

As informações apresentadas no Balanço são minuciosamente analisadas no decorrer das demonstrações e das respectivas notas explicativas, além de serem descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender o que aconteceu no Estado no período. Isso demonstra que o compromisso assumido pela Diretoria de Contabilidade Geral é o de colaborar com a transparência e com a governança corporativa, transformando dados complexos em informações claras e inteligíveis, tentando, desse modo, dinamizar o processo de controle social e de cidadania por meio do fomento do debate pelos diferentes atores da sociedade catarinense acerca dos resultados apresentados no Balanço Geral do Estado. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a sociedade e o governo catarinenses.

Cabe ao gestor público prestar contas das suas ações no decorrer de certo período como forma de legitimidade do desempenho do seu mandato







Economia forte

A diversidade social e geográfica de Santa Catarina resultou na formação de diferentes polos econômicos:

- ▶ no Norte, o polo tecnológico, moveleiro e metalmecânico;
- ▶ no Oeste, o agronegócio;
- ▶ no Planalto Serrano, a indústria de papel, celulose e madeira;
- no Sul, os segmentos de vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico;

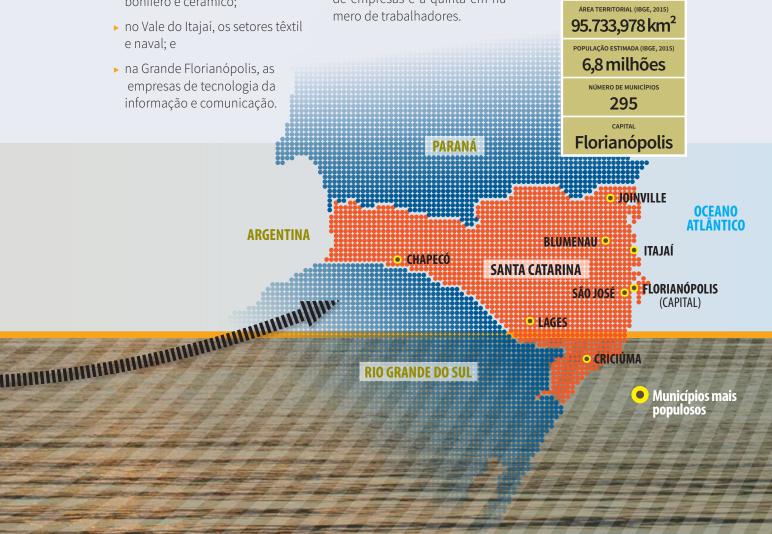
Maior produtor de suínos

O Estado ocupa posições de destaque no cenário nacional:

- maior produtor de suínos, pescados, alho e cebola;
- segundo maior polo da indústria naval, têxtil e do vestuário;
- ▶ segundo na produção de frangos, arroz, fumo e maçãs; e
- a indústria de transformação é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores.

Status sanitário

Santa Catarina é o único estado livre de febre aftosa sem vacinação, status alcançado em 2007. Em 2015, o Estado também recebeu o certificado de Zona Livre de Peste Suína Clássica, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). De 2013 para cá, foram reabertos cinco frigoríficos no Estado.





Infraestrutura portuária

Santa Catarina tem uma privilegiada estrutura portuária para escoar a sua produção e receber importações. São cinco portos marítimos que movimentam 4,7% das cargas gerais e 17,6% dos contêineres do Brasil: Itajaí, São Francisco do Sul, Navegantes, Itapoá e Imbituba. O Estado conta ainda com o Porto de Laguna, que atua voltado à pesca.

Rota de grandes investimentos

O Governo do Estado investe em políticas para a atração de novos empreendimentos com o objetivo de garantir emprego e renda para os catarinenses. Entre elas estão:

- ▶ incentivos fiscais;
- potencialização de áreas estratégicas;
- promoção da inovação; e
- capacitação de pessoas.

O Estado atraiu nos últimos anos grandes investimentos:

- ▶ a primeira planta produtiva da BMW no Brasil; e
- ▶ a produção de motores e cabeçotes da General Motors.

Comércio exterior 2015

EXPORTAÇÕES CATARINENSES

US\$ 7,6 bilhões

PARTICIPAÇÃO DE 4% DO TOTAL DO BRASIL

PRINCIPAIS PRODUTOS

Carne de frango e suína, soja, tabaco, motores e geradores elétricos.

MAIORES MERCADOS

Estados Unidos, China, Argentina e Japão.

IMPORTAÇÕES CATARINENSES

US\$ 12,6 bilhões

PARTICIPAÇÃO DE 7,3% DO TOTAL DO BRASIL

PRINCIPAIS PRODUTOS

Cobre, plásticos, automóveis, fios de fibras e têxteis.

MAIORES MERCADOS

China, Estados Unidos, Argentina e Alemanha.

Ranking de competitividade dos estados

Estado	Nota
São Paulo	90,7
Paraná	80,4
Santa Catarina	77,8
Distrito Federal	70,9

Fonte: Centro de Liderança Pública/Tendências (2015)

Santa Catarina aparece entre os cinco melhores nos cinco indicadores mais importantes. Em infraestrutura é o quarto colocado, em segurança pública aparece na terceira posição, em solidez fiscal está em quinto lugar, em sustentabilidade social desponta em primeiro e em educação ocupa a quarta colocação.

Colocação de SC por indicador	Nota
1	100
3	57
3	62
3	92
4	84
4	95
4	68
5	96
15	40
19	53
	de SC por indicador 1 3 3 3 4 4 4 5 15





Qualidade de vida

Santa Catarina possui elevados índices de desenvolvimento humano. Os catarinenses vivem em média 78,1 anos, o maior índice de expectativa de vida do País. A média nacional é de 74,9 anos. Além disso, o Estado também tem o menor índice de mortalidade infantil (10,02 óbitos por 1.000 nascidos vivos).

INDICADORES | Santa Catarina em 1º lugar

MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA

SC: 78,1 anos Br

Brasil: 74,9

Fonte: IBGE (2013)

MENOR NÚMERO DE ÓBITOS INFANTIS

SC: 10,02

CRIANÇAS DE ATÉ 1 ANO, POR MIL NASCIDAS VIVAS

Brasil: 15,3

Fonte: IBGE (2014)

 MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS

SC: 4,4%

Brasil: 8,9%

Fonte: PNAD/IBGE (terceiro trimestre de 2015)

MENOR TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA

SC: 11,8

CRIANÇAS DE ATÉ CINCO ANOS, POR MIL NASCIDAS VIVAS

Brasil: 17,4

Fonte: IBGE (2014)

MAIOR ÍNDICE DE PESSOAS COM 17 ANOS (OU MAIS) QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO

SC: 0,92%

Brasil: 0,79%

Fonte: Atlas Exclusão Social (2015)

■ ÍNDICE DE GINI

SC: 0,494

1º NO RANKING NACIONAL

Brasil: 0,490

■ TERCEIRO MELHOR IDH

SC: 0,774

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD/IPEA (2013)

REFERÊNCIA NACIONAL EM HEMOTERAPIA/HEMOSC

Há 12 anos consecutivos, o Hemosc recebe a certificação ISO 9001

- 1º ESTADO COM REDE ESTADUAL INTEGRADA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU)
- 1º LUGAR NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO SUS

Fonte: Idsus – criado em 2012 pelo Ministério da Saúde

 MELHOR DESTINO TURÍSTICO NACIONAL POR 8 VEZES DESDE 2007

Fonte: Revista Viagem e Turismo/Editora Abril



Passando a administração a limpo

Gestão Sustentável 21 Previdência Pública 22 Reforma Administrativa 23 Folha da Segurança Pública 24 Plano de Carreira dos 24 Profissionais da Educação Renegociação de Contratos 25 **GEFIN** 25 **FUNDAM** 26 Acelerando a Economia 27 Pacto por Santa Catarina 28 Fiscalização Tributária 32 Gestão Contábil 32 Cartão de Pagamentos do 35 Estado de Santa Catarina Sistema Integrado de 37 Planejamento e Gestão Fiscal Sistema Integrado de Controle 37 de Obras Públicas 39 Gestão de Custos

ASPECTOS SOCIAIS

Santa Catarina cada vez melhor

Educação	44
Saúde	52
Agricultura	56
Defesa Civil	60
Justiça e Cidadania	62
Turismo	65
Assistência Social	68
Infraestrutura	70
Segurança	73
Desenvolvimento Econômico Sustentável	78

ASPECTOS ECONÔMICOS

Equilíbrio socioeconômico e resiliência diante da crise

A Economia Catarinense	83
Produto Interno Bruto	84
Comércio Exterior	96
Mercado de Trabalho	99



As ações certas contra a incerteza

Panorama Geral	105
Planejamento e Orçamento	105
Receitas	106
Despesas	119
Cumprimento dos Limites Legais e Constitucionais	125

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	139
Balanço Orçamentário	140
Balanço Financeiro	146
Balanço Patrimonial	150
Demonstração das Variações Patrimoniais	156
Demonstração dos Fluxos de Caixa	157
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	160

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	103
Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras	165

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	205
Análise do Balanço Patrimonial	210
Análise do Balanço Orçamentário	214
Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais	216
Análise do Balanço Financeiro	216
Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	216



SANTA CATARINA EM 2015

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS



Passando a administração a limpo



As principais ações dessa gestão sustentável envolveram a qualificação dos gastos públicos, o contingenciamento de despesas, a revisão de contratos, a extinção e a reorganização de Secretarias, assim como a reforma da previdência estadual.

Merece destaque também a continuidade da parceria entre o Estado e os municípios, por meio do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), que permitiu às cidades catarinenses ampliarem os investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico. Além dos investimentos realizados pelo FUNDAM, com recursos do Programa

Pacto por Santa Catarina (Pacto), outros investimentos feitos pelo Pacto também foram significativos em 2015, melhorando as condições de crescimento equilibrado de longo prazo.

O ano foi marcado ainda por intensos esforços na gestão tributária e no aprimoramento dos sistemas de informação e controle, visando melhorar o processo de fiscalização, a transparência e a qualidade dos gastos públicos.

Essas ações, detalhadas na sequência, buscaram superar a recessão econômica e dinamizar os investimentos, de modo a manter o equilíbrio das contas públicas e atender às demandas da sociedade.

GESTÃO SUSTENTÁVEL

Em meio a uma crise que fez grande parte dos estados elevarem impostos para tentar equilibrar as suas contas, Santa Catarina se destacou como uma exceção à regra em 2015. O Estado não aumentou carga tributária, pagou os salários em dia e se manteve entre aqueles com menor custeio e nível de endividamento. O desempenho catarinense é decorrente da disciplina fiscal aplicada nos últimos anos.

Mas 2015 também mostrou que é preciso fazer mais para garantir que Santa Catarina continue sendo referência nacional. Por isso, o Governo do Estado deu início a projetos importantes que terão impacto positivo nas finanças não só no curto prazo, mas principalmente em médio e longo prazos. Entre eles, estão um novo modelo de previdência, a reforma administrativa, a renegociação de contratos, o plano de metas da educação e os acordos salariais.

O objetivo de todas essas medidas é garantir um estado sustentável, com estruturas capazes de entregar serviços de qualidade aos cidadãos catarinenses.

O primeiro ano do segundo mandato do Governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, foi marcado por uma gestão sustentável que tentou minimizar os efeitos da recessão econômica e evitar o desequilíbrio das contas públicas



PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Com a receita bem menor do que as despesas, a previdência de Santa Catarina é um dos maiores entraves financeiros do Estado. Em 2014, Santa Catarina foi o segundo estado que mais aportou recursos para cobrir a insuficiência financeira da previdência, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul. O déficit previdenciário do ano foi de R\$ 2,7 bilhões, que, somados à contribuição patronal do Estado, totalizaram um desembolso do Tesouro Estadual de R\$ 3,6 bilhões em 2014 (15,30% da Receita Corrente Líquida). Em 2015, a insuficiência com a previdência superou os R\$ 3 bilhões (16% da Receita Corrente Líguida). A estimativa para 2020 era que esse valor alcançaria R\$ 7,8 bilhões.

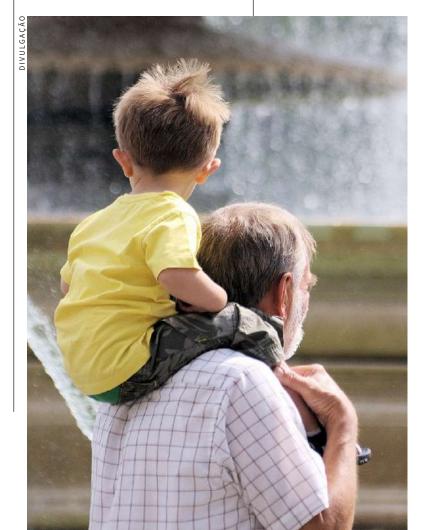
Para conter o avanço desse déficit, o Governo aprovou na Assembleia Legislativa importantes projetos de lei: o SCPrev e o reajuste nas contribuições.

SCPREV

Com o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema público previdenciário, o Governo criou a Previdência Complementar (SCPrev) para futuros servidores. O novo modelo trata com isonomia todos os concursados. A adesão ou não ao regime complementar será uma opção de cada servidor. Com a SCPrev, o Estado contribuirá com 28% e os servidores com 14% até o teto do INSS de R\$ 5.189,82 para salário na aposentadoria. A partir desse valor, a participação facultativa no saldo de diferença passa a ser de 8% para o Governo do Estado e 8% para o servidor. Os fundos da SCPrev terão aplicação financeira no patamar de previdências complementares particulares, mas com a vantagem de contribuição por parte do Governo.

REAJUSTE NAS CONTRIBUIÇÕES

O Governo também elevou a participação previdenciária de todos os servidores (de 11% para 14%) e do próprio Estado (de 22% para 28%). A elevação das alíquotas será gradual até 2018. O fundo previdenciário, criado em 2008, foi extinto, e o grupo de servidores pertencentes a ele migrou para o fundo financeiro. Com isso, o Governo chegou a um modelo isonômico de previdência dos servidores do Estado. O saldo do fundo previdenciário (cerca de R\$ 800 milhões) também foi transferido para o fundo financeiro, ajudando a reduzir o déficit. Aliado a isso, no longo prazo, o aumento da alíquota dos servidores e do número de contribuintes a um fundo único trará fôlego financeiro ao Estado de Santa Catarina.





Em 2015, o
Governo do Estado
colocou em prática
medidas que buscam
enxugar a máquina
pública e, ao mesmo
tempo, melhorar o
atendimento ao
cidadão. O objetivo é
fazer mais com
menos, sempre
com a finalidade de
aperfeiçoar as
estruturas

REFORMA ADMINISTRATIVA

As primeiras iniciativas objetivando a redução dos gastos públicos e a melhoria no atendimento foram as alterações realizadas nas agências reguladoras e nas agências de desenvolvimento regional.

AGÊNCIAS REGULADORAS

O Governo promoveu, com a Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN), criando a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC). O objetivo é enxugar estruturas sem, no entanto, reduzir atribuições. A ARESC atuará na regulação dos serviços públicos de saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais, gás natural, energia elétrica, além de outros serviços delegados pela União e pelos estados e municípios. A nova agência de regulação e fiscalização terá o papel de assegurar ao cidadão catarinense uma tarifa mais justa aliada à qualidade, à efetividade e à continuidade da prestação desse serviço.

AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ADRS)

Por meio da Lei nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015, as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), criadas em 2007, foram transformadas em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), e a SDR da Grande Florianópolis foi extinta. Em seu novo modelo, essas estruturas absorverão todas as atribuições atualmente conferidas às SDRs. mas sem "status" de Secretaria. Com a mudança, o Governo do Estado reduzirá 106 cargos de provimento em comissão (19 na Secretaria extinta, 35 cargos de diretores--gerais e 52 de gerentes das SDRs), além de extinguir 136 funções gratificadas de integrador nas regionais, cargos não preenchidos desde o início de 2015. Nesse processo, também será implantado o Colegiado Regional de Governo, comandado pelos secretários executivos das ADRs e pelos gerentes das áreas finalísticas das agências, além dos chefes regionais dos órgãos da administração direta e indireta, como, por exemplo, CASAN, Celesc, FATMA, Epagri, CIDASC, Secretaria de Estado da Fazenda, delegados, coman-

dantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e coordenadores da Defesa Civil. O objetivo desse colegiado é dar mais agilidade na busca por soluções às demandas da população.



FOLHA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo instituiu um novo sistema de remuneração por subsídio para servidores da Polícia Militar e da Polícia Civil, e também para bombeiros militares. O acordo foi fechado com os sindicatos representantes das categorias. Em vez de horas extras, adicional de localidade e outras gratificações, o sistema garante aos profissionais um banco de horas. Assim, fica vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional,

abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. O sistema permite maior controle e planejamento da folha, e diminui significativamente o crescimento vegetativo da folha de pagamento. De janeiro de 2013 a julho de 2014, período anterior ao subsídio, foram pagos cerca de R\$ 400 milhões em horas extras, valor suficiente para a compra de dez mil viaturas novas para a Polícia Militar.

Em 2015, foram instituídos novos sistemas de remuneração para policiais e bombeiros, bem como plano de carreira para os profissionais da educação básica

PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A criação do novo Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Santa Catarina tem o objetivo de valorizar os professores com maior experiência e titulação. São destaques do novo plano:

- » manutenção do nível médio na carreira;
- » equivalência de remuneração entre professor ACT (Admissão em Caráter Temporário) e níveis iniciais de carreira;
- » dois novos níveis na carreira para incentivo à permanência dos profissionais em condições de aposentadoria;
- » nova função de professor em substituição criada para atender a necessidades pontuais da escola em caso de falta de professor titular e auxiliar na melhoria do atendimento aos estudantes nas escolas;
- » promoção de uma letra a cada três anos, a partir da comprovação de 120 horas de aperfeiçoamento profissional homologadas pela Secretaria de Estado da Educação, pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação e a não existência de mais de cinco faltas injustificadas;
- » passagem de um nível de habilitação para outro superior em qualquer tempo, após completar o estágio probatório;
- » 50% das horas-atividade com trabalho pedagógico na unidade escolar; e
- » gratificação pelo exercício em classe unidocente e de educação especial de 12% incidente sobre o vencimento.

Com a aplicação da Lei do Piso, em 2011, os profissionais de nível médio e inativos tiveram, em média, aumentos superiores a 200%, enquanto no caso dos professores com graduação, por exemplo, a variação de aumento não chegou a 100%. O Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Santa Catarina passa a vigorar a partir de janeiro 2016.



RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

Em 2015, foi constituído um grupo de trabalho composto por representantes das Secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e da Casa Civil, objetivando identificar, analisar e renegociar contratos dos órgãos e das entidades integrantes da administração direta e indireta, visando à redução de custos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

No ano, inicialmente, foram renegociados oito contratos de Cogestão (modalidade de gestão mista das unidades prisionais catarinenses) abrangendo a administração pública estadual e as empresas contratadas. A renegociação envolveu duas empresas contratadas e resultou numa redução de 23,84% no custo médio por detento, o que corresponde a um impacto anual aproximado de R\$ 32 milhões.

Após a formalização do resultado do primeiro trabalho, o grupo passou a renegociar contratos na área da Tecnologia da Informação, num total de 445 contratos, envolvendo 80 empresas, e o trabalho encontra-se em andamento. O processo de renegociação terá continuidade no ano de 2016, avançando para outras áreas do Governo, as quais ainda serão definidas.

GEFIN

Em 2015, a Secretaria de Estado da Fazenda implementou o Portal de Gestão Estratégica das Finanças (GEFIN) (disponível em www.gefin.sef.sc.gov.br), ferramenta que permite aos gestores de cada órgão do Poder Executivo Estadual acom-

panharem, em tempo real, a situação das finanças e que busca fomentar a excelência na aplicação dos recursos públicos.

Atualmente estão disponíveis para consulta as seguintes informações no Portal GEFIN:

- » acompanhamento das despesas com folha de pagamento, custeio, dívida pública, investimentos, repasses a municípios e a entidades. Detalhamento por grupo de despesa, por contrato, por fornecedor e por unidade gestora;
- » informações de contratos de aquisição de materiais e equipamentos, serviços e obras;
- » programação financeira detalhada por grupo de despesa, por fonte de recursos, por origem dos recursos e por unidade gestora descentralizadora;
- » receitas arrecadadas por natureza de receita, por unidade gestora e por fonte de recursos;
- » indicadores econômicos e de gestão fiscal: principais indicadores econômicos (Emprego, Balança Comercial, Produção Industrial, PIB, Inflação, etc.) e da gestão fiscal (Folha LRF, Aplicação Constitucional em Saúde e Educação, Previdência, etc.) atualizados periodicamente.

GEFIN

PRINCIPAIS CONCEITOS

- » Informações estratégicas nas mãos do gestor
- » Informações atualizadas diariamente
- » Informações precisas principal base de dados SIGEF

PÚBLICO-ALVO

- » Secretários de Estado
- » Grupo gestor do Governo
- » Diretores/gerentes de administração e finanças

OBJETIVO GERAL

» Disponibilizar informações estratégicas das finanças e gerar inteligência/ conhecimento para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos do Estado de Santa Catarina

FUNDAM

O Governo do Estado, em 2013, idealizou um programa para promover a valorização dos municípios. Esse programa foi gerenciado em parceria pelas Secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda. E foi em 2015 que o Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), criado para distribuir R\$ 606 milhões às 295 prefeituras catarinenses, atingiu uma das suas principais metas: alcançar todas as regiões do Estado de Santa Catarina. De forma criteriosa, objetiva e apartidária, o programa visou investimentos principalmente nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico.

Cada uma das prefeituras catarinenses teve a oportunidade de enviar até duas propostas para aplicação do recurso, sendo a decisão exclusiva do município, que conhece as reais necessidades dos cidadãos. Levando em consideração o número de habitantes por cidade, a análise de acordo com a demanda por projetos e as indicações de investimentos por parte dos parlamentares catarinenses, todos os repasses foram superiores a R\$ 800 mil.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi contratado para fazer a análise técnica dos projetos apresentados, o acompanhamento e a fiscalização das obras. A atuação do BRDE atribuiu um caráter ainda mais criterioso ao programa. O gerenciamento financeiro ficou por conta da Diretoria de Gestão de Fundos da Secretaria da Fazenda (DIGF).

Desde o início, o FUNDAM prezou pela transparência das informações. Atualizados diariamente, os dados sobre os valores disponibilizados e já repassados para cada prefeitura, os projetos cadastrados, OS NÚMEROS DO FUNDAM

R\$606MI

PARA INVESTIMENTOS NAS 295 PREFEITURAS

968

EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADQUIRIDOS

59

OBRAS REALIZADAS

1.351

RUAS PAVIMENTADAS (538 km)

Fonte: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

a tramitação das propostas e o número de convênios assinados estão acessíveis na página da Secretaria da Fazenda (www.sef.sc.gov.br/fundam) ou no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) para que os cidadãos possam acompanhar de perto os recursos investidos.

Os primeiros convênios foram firmados em novembro de 2013. Até o final de 2015, foram assinados 456 convênios, o que representa 99% dos municípios atendidos e R\$ 472,8 milhões repassados. Apenas três cidades não assinaram nenhum dos dois convênios e estão com projetos em análise no BRDE. A maioria das prefeituras destinou os recursos a obras de construção e ampliação, pavimentação de ruas, compra de equipamentos, máquinas e veículos.

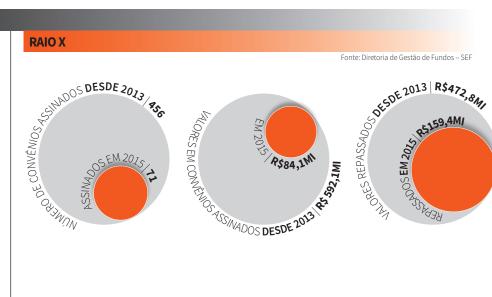
Por meio do FUNDAM, o Governo de Santa Catarina manteve investimentos públicos em todo o Estado em um momento de retração econômica



FUNDAM

ÁREAS DE INVESTIMENTO

- » Infraestrutura (logística e mobilidade urbana)
- » Construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social
- Construção nas áreas de desporto e lazer
- » Saneamento básico
- » Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos destinados aos serviços de saúde e educação
- » Aguisição de máguinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados em território nacional







À esquerda, pavimentação em Rio Furtuna, e à direita, revitalização da Praça Belarmino Anoni em São Miguel do Oeste com investimentos do FUNDAM

ACELERANDO A ECONOMIA

O Governo do Estado realizou em 2015 algumas ações para estimular a economia e minimizar os efeitos da crise econômica. Uma força-tarefa envolvendo vários órgãos foi realizada para reduzir burocracias e estimular o segmento de geração de energia limpa. A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) emitiu 26 licenças para empreendimentos hidrelétricos, de biomassa e de biogás, um investimento que vai gerar energia para atender 857 mil catarinenses.

A Secretaria de Estado da Fazenda prorrogou para 2021 a isenção de ICMS para operações com equipamentos e bens relacionados à produção de energia eólica e solar. No setor portuário, foram assinados protocolos de intenções com dez empresas para instalação e ampliação de atividades que vão impulsionar os portos. Elas se comprometeram a investir um total de R\$ 2,7 bilhões em três anos, o que deve gerar 645 novos empregos diretos.

PACTO POR SANTA CATARINA

O Pacto por Santa Catarina (Pacto), instituído pelo Decreto nº 1.064, de 17 de julho de 2012, e posteriormente alterado pelo Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013, é um programa do Governo destinado a áreas estruturantes, envolvendo áreas sociais e técnicas que afetam a competitividade da economia catarinense, e buscando garantir um rápido avanço na infraestrutura e no desenvolvimento do Estado.

Os projetos que integram o Pacto têm como principal objetivo o incremento da estrutura de atendimento às necessidades da sociedade catarinense, gerando melhoria na qualidade de vida e na competitividade da economia do Estado.

No âmbito social, os projetos escolhidos têm a função de melhorar a qualidade da estrutura dos serviços oferecidos à população, principalmente nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública e de proteção social.

No âmbito econômico, esses projetos têm a função de melhorar e superar obstáculos à competitividade da economia catarinense, permitindo a redução do custo agregado aos produtos em razão da infraestrutura disponível.

EXECUÇÃO DO PACTO

O Pacto, o maior pacote de investimentos da história catarinense, encontra-se em plena execução. Passados mais de três anos desde que foi instituído, o programa demonstra uma evolucão consistente.

O volume de recursos do Pacto aumenta a cada ano. Atualmente, cerca de R\$ 10,7 bilhões estão sendo aplicados em projetos estruturantes em diversas áreas do Governo, dos quais aproximadamente R\$ 5 bilhões já foram desembolsados.

Trata-se do maior pacote de investimentos da história de Santa Catarina e está em plena execução

PLANEJADO

CONTRATADO

EXECUTADO



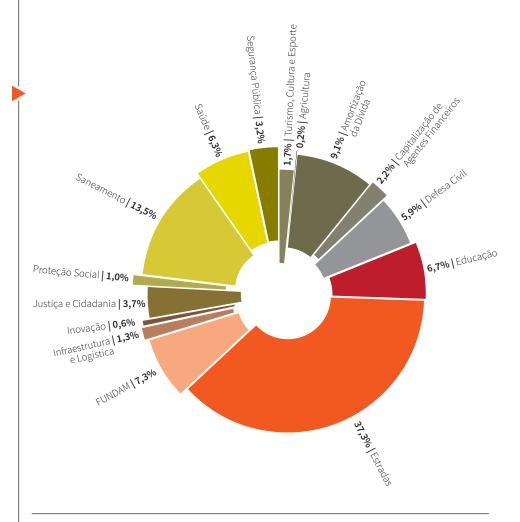
APLICAÇÃO

Os recursos do Pacto destinam-se às áreas de saúde, educação, justiça e cidadania, agricultura, prevenção a desastres naturais (cheias e secas), assistência social, trabalho e habitação, logística, mobilidade regional, desporto e lazer, cultura, turismo, infraestrutura rodoviária e

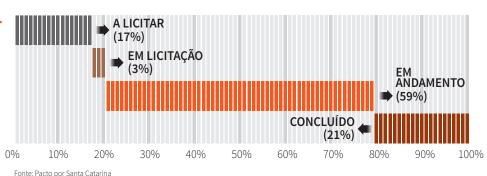
portuária, inovação, segurança pública, sistema prisional e socioeducativo, e modernização da estrutura do Estado.

Destaca-se que 80% dos projetos transcorreram a fase de execução. Entre estes, 21% já foram concluídos, e 59% estão em andamento.

Destinação dos recursos do Pacto por área



Avanço das ações do Pacto e situação dos projetos



Fonte: Pacto por Santa Catarina

R\$ milhões

EDUCAÇÃO Reforma/ampliação da Escola de Educação Básica 9,4 Carlos Techentin – Blumenau Construção do CEDUP (novo) - Curitibanos 8.3 Reforma/ampliação da Escola de Educação Básica 2,8 Eliseu Guilherme – Ibirama Escola nova no bairro Santo Antônio – Jaraguá do Sul 7,5 Reforma/ampliação da Escola de Educação Básica 2.9 Plácido Olímpio de Oliveira - Joinville Reforma/ampliação da Escola de Educação Básica 2.4 Profa. Maria Amin Ghanem - Joinville Reforma/ampliação da Escola de Educação Básica 1,9 América Dutra Machado - Florianópolis Reforma/ampliação da Escola de Educação Fundamental Venceslau 1,7 Bueno (construção da cobertura da quadra esportiva) – Palhoça Reforma/ampliação da Escola de Educação Fundamental 1,6 Profa. Doralina Clezar da Silva – Balneário Gaivota Reforma da Escola de Educação Básica Rosina Nardi - Seara 1,0 Total investido em educação 39,5 **ESTRADAS** Reabilitação da SC-157, trecho São Lourenço do Oeste-Formosa do Sul 85,8 Reabilitação e aumento da capacidade da Travessia Urbana de Caçador 32,5 Pavimentação da Rodovia SC-382, trecho Pedras Grandes-Orleans 29,7 Pavimentação do trecho Barra do Camacho-Laguna 29,3 Acesso a Santa Cruz de Timbó 12,1 Construção da ponte sobre o Rio Forquilhas SC-407, 5,50 trecho São José-São Pedro de Alcântara Implantação de ciclovias, calçadas e faixas de pedestres na 2,30 SC-405 - Trevo do Rio Tavares Pavimentação do acesso ao Costão do Santinho 1,30 Total investido em estradas 198,5 JUSTIÇA E CIDADANIA Construção da Unidade II da Penitenciária de São Cristóvão do Sul 31,0 Construção da Unidade II da Penitenciária Agrícola de Chapecó 30,7 Total investido na área de justiça e cidadania 61,7 SEGURANÇA PÚBLICA Construção da delegacia de polícia, do DETRAN e do 1,6 Instituto Geral de Perícias em Camboriú Construção do quartel da Polícia Militar em Cocal do Sul 0,4 Total investido na área de segurança pública 2,0 240 TOTAL GERAL

Ações concretas: exemplos de obras do Pacto concluídas em 2015

Mais informações sobre o Pacto podem ser obtidas em www.pactoporsc.sc.gov.br

Fonte: Pacto por Santa Catarina



O acompanhamento
das obras do Pacto por
Santa Catarina pode ser
realizado no Painel SC
(www.painelsc.sc.gov.br).
Nele, é possível buscar as
obras por área, localidade
e posição geográfica,
visualizando detalhes,
fotos e medições, assim
como acompanhar os
projetos do FUNDAM







Obras realizadas com recursos do Pacto por Santa Catarina: recuperação da Rodovia SC-427 (Taió) e Escola João Colodel (Turvo)

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

O forte combate à sonegação fez a diferença num ano de queda da arrecadação tributária brasileira. Ao longo de 2015, foram realizadas 259 operações de fiscalização, 85% a mais do que no ano passado. O número inclui ações presenciais e de cruzamento de informações, e superou a meta de 150, estabelecida no início de 2015. Nos últimos anos, a fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda vem intensificando os seus controles contra a sonegação com o desenvolvimento contínuo de ferramentas tecnológicas que

facilitam a realização de auditorias e a detecção de fraudes. Nos últimos dois anos, o número de fiscalizações praticamente quadruplicou. O fisco catarinense também se destacou em 2015 pela transparência dos julgamentos administrativos tributários. Santa Catarina obteve o maior Índice de Transparência do Contencioso Administrativo Tributário (iCAT), na segunda aferição elaborada pelo Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, seguido de São Paulo e de Minas Gerais.

O maior índice de Transparência do Contencioso Administrativo Tributário (iCAT), computado pela FGV, é o catarinense

GESTÃO CONTÁBIL

Na gestão contábil, Santa Catarina é referência na adequação às normas internacionais de contabilidade e busca constantemente auxiliar no aprimoramento da gestão pública estadual por meio de ferramentas e de tecnologias de informação modernas que visam assegurar a confiabilidade dos dados e que também servem de apoio aos gestores para a tomada de

decisão e à sociedade para fins de controle social.

A atuação na transparência, na qualidade dos gastos públicos, na apuração de custos e no aprimoramento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) representam algumas ações desenvolvidas em 2015, conforme se evidencia a seguir.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual, disponível em www.transparencia.sc.gov.br, é um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação das receitas e a aplicação dos recursos públicos do Estado de Santa Catarina.

No ano de 2015, o Portal obteve 1,7 milhão de acessos, o que representa uma média de 3,2 acessos por minuto.

Santa Catarina foi o segundo estado mais bem avaliado, em 2015, no ranking nacional de portais da transparência do Ministério Público Federal (MPF), recebendo a nota 9,8 em uma escala que vai de zero a dez. Na avaliação dos governos municipais, o Estado ficou no topo do ranking, com média de 6,86 (o Índice Nacional de Transparência é de 3,92).



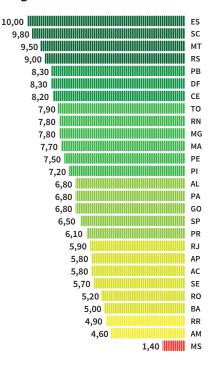


O objetivo do ranking do Ministério Público Federal é medir o grau de cumprimento da legislação por municípios e estados. A avaliação, feita pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, considera aspectos legais e boas práticas de transparência.

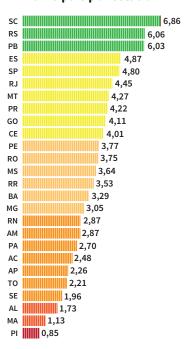
Os municípios de Santa Catarina mais bem ranqueados foram Botuverá (9,8), Jaraguá do Sul (9,8), Bombinhas (9,7), Ibicaré (9,6), São Francisco do Sul (9,6), Xanxerê (9,5), Apiúna (9,4), Joaçaba (9,3) e Rio Negrinho (9,3).

Avaliação de estados e municípios de acordo com o Índice de Transparência do Ministério Público Federal

Notas dos governos estaduais



Média das notas dos governos municipais por estado



OS NÚMEROS DE 2015 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

1.7MI

DE ACESSOS NO ANO

4.650

ACESSOS POR DIA

194

ACESSOS POR HORA

3,2
ACESSOS POR MINUTO

Governos estaduais avaliados por faixa de nota



Mapa da média das notas dos governos municipais por estado



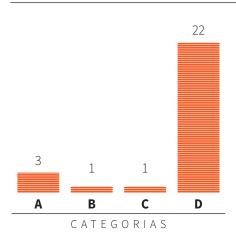
Fonte: Ranking Nacional dos Portais da Transparência do Ministério Público Federal

AVALIAÇÃO POR CATEGORIA

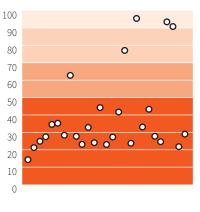
O Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual foi avaliado também em 2015 pelo Instituto Publix, por meio do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF), que teve como objetivo mensurar a capacidade dos entes de apresentar informações relevantes sobre receitas e gastos públicos de uma forma compreensível ao cidadão. A avaliação analisou cinco eixos: receita; despesa; resultados da gestão fazendária; cidadania fiscal; e atributos da informação.

Um dos diferenciais da avaliação do ITCF foi a implantação de categorias em função da pontuação, possibilitando aos estados aderência a um nível de transparência categorizada, e não apenas a um ranking federativo. Foram estabelecidas quatro categorias: Categoria A (ITCF > 90), Categoria B (ITCF < 70 \ge 90), Categoria C (ITCF < 50 \ge 70) e Categoria D (ITCF \le 50). Destas, o Estado de Santa Catarina ficou na Categoria A, acompanhado de apenas outros dois estados.





Fonte: Instituto Publix



Fonte: Instituto Publix

Quantidade de estados por categoria e distribuição das notas resultantes da apuração nacional do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal

NOVO PORTAL

Em 2015, um novo Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina começou a ser desenhado com a intenção de tornar as informações disponíveis mais claras e objetivas para o cidadão. Não basta que o usuário encontre o que está procurando, mas que a informação acessada esteja apresentada de forma clara. Quanto mais evidentes estiverem as informações, mais o usuário compreenderá o funcionamento das contas públicas e mais facilmente encontrará o que procura, ali-

mentando-se assim um círculo virtuoso. Buscando formas de alcançar esses objetivos, o novo portal pretende ter uma página inicial dinâmica, com informações tempestivas, linguagem cidadã e elementos visuais que estimulem a leitura. O novo portal funcionará como uma porta de entrada, com uma interface amigável entre o usuário e os dados complexos (números, tabelas e relatórios contábeis) disponíveis no site. O objetivo é que os conteúdos sejam um convite para a consulta desses dados.

Outra avaliação positiva do Portal da Transparência foi a da ONG Contas Abertas. Na última avaliação, realizada em 2014, Santa Catarina ficou em quarto lugar nacional no Índice de Transparência



O Cartão de pagamentos do **Estado de Santa** Catarina (CPESC) permite que a administração estadual realize despesas de pequeno vulto com maior eficiência e transparência

Nível de satisfação quanto ao uso do CPESC (gráfico da esquerda) e número de respostas por SDR. Dados obtidos durante a avaliação do uso do CPESC nas unidades escolares da rede estadual de ensino, em 2015

CARTÃO DE PAGAMENTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Implantado em 2014, inicialmente em 1.070 escolas da rede estadual de



Os portadores dos Cartões são servidores públicos estaduais lotados nas unida-

des administrativas abrangidas. Sendo

assim, no âmbito das escolas, são dispo-

nibilizados à direção escolar, nos hospi-

tais estão sob a responsabilidade da dire-

ção-geral e dos centros de custos identifi-

cados em cada hospital, já nos presídios e

nas penitenciárias são vinculados à dire-

ensino, o CPESC aplica-se a despesas pequenas, emergenciais e extraordinárias do cotidiano estadual.

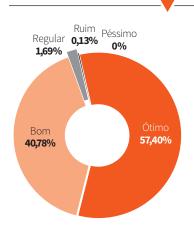
Nesses dois anos (2014 e 2015), além

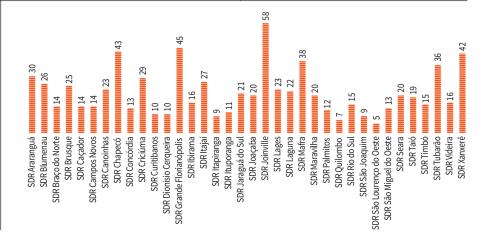
das unidades escolares, as unidades prisionais administradas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, as regionais da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), as regionais da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria Executiva de Articulação Nacional, a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte e, mais recentemente, as unidades hospitalares vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde, também aderiram ao CPESC.

ção penitenciária, por exemplo. Em 2015, as despesas realizadas pelo Poder Executivo utilizando o CPESC somaram, aproximadamente, R\$ 6,9 milhões, e os gastos mais representativos concentraram-se nas escolas estaduais (R\$ 6.4 milhões em 1.092 unidades escolares), nas unidades prisionais (R\$ 205 mil em 51 unidades) e nos hospitais administrados pela Secretaria de Estado da Saúde (R\$ 226 mil). Estes últimos aderiram ao CPESC no final de 2015, recebendo apenas uma parcela.

O CPESC tem a característica de modernização da administração pública, pois, além de oportunizar maior autonomia administrativa das unidades que atendem diretamente o cidadão na realização de pequenos gastos emergenciais, possibilita um maior controle financeiro e uma maior transparência quando comparado aos modelos tradicionais de suprimentos de fundos.

Em pesquisa realizada com os diretores das escolas da rede estadual de ensino abrangendo as 36 Gerências Regionais de Educação, com 770 respostas (mais de 70% das escolas), o CPESC contabilizou 98.18% de conceitos "Ótimo" e "Bom".



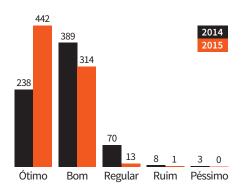


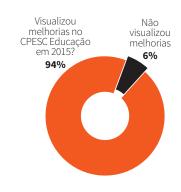
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

OS AVANÇOS NA COMPARAÇÃO COM 2014

Em comparação à avaliação do CPESC realizada em 2014, após a implantação do instrumento, também muito positiva, houve uma melhoria significativa quanto aos conceitos atribuídos.

No que se refere à operacionalização do CPESC, os diretores das escolas estaduais demonstraram a percepção e a aceitação das melhorias implementadas em 2015 para utilização e prestação de contas dos recursos disponibilizados por meio do Cartão de Pagamentos do Estado. Na pesquisa, 94% dos diretores das escolas declararam a visualização de melhorias no CPESC em 2015 e, nesse ano, apenas 17% responderam ter encontrado alguma dificuldade na utilização do instrumento, geralmente relacionada a limites e prazos de aplicação dos recursos, fixados pela legislação estadual.





Comparação da satisfação entre 2014 e 2015 (esquerda) e percepção quanto ao uso do CPESC nas unidades escolares da rede estadual de ensino

TRANSPARÊNCIA DO CPESC

Destaca-se que todos os gastos realizados com o CPESC, após o devido processamento, são disponibilizados por órgão/entidade, unidade administrativa e/ou portador no Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina (www.transparencia.sc.gov.br).

Com isso, o Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC) consolida-se como instrumento de gestão inovadora, permitindo maior segurança na disponibilização de recursos e primando pela transparência e pela continuidade dos serviços públicos essenciais.







SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL

O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) é o sistema de informação oficial de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado de Santa Catarina. Ele é gerido pela Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda, e atende aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

Lançado em 2004, o SIGEF recebeu constantes aperfeiçoamentos nesses 12 anos, integrando mais de 22 módulos, inclusive com controle diário da arrecadação do Estado.

É por meio do SIGEF que o Tesouro Estadual faz a programação financeira e acompanha o cronograma mensal de desembolso, controlando de perto receitas e despesas. O sistema responde ainda pela gestão da dívida pública e pelo controle de contratos e transferências feitas às instituições privadas e públicas, como prefeituras. É também uma ferramenta eficaz de acompanhamento físico e financeiro dos planos de investimentos.

O sistema já se tornou uma referência nacional e é recomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.



SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS

O Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) é o sistema de informação oficial de planejamento, licitação, cadastro, gestão, acompanhamento e controle de obras públicas do Estado de Santa Catarina.

O SICOP é composto pelos seguintes módulos, que atuam de forma integrada:

Obras Públicas: este módulo permite a gestão administrativa e financeira de todos os contratos de obras. Nele, além dos dados administrativos do contrato, são cadastrados todos os serviços que serão executados e todas as medições desses serviços ao longo da execução da obra;

Orçamento de Obras: neste módulo, são cadastrados e gerenciados os orçamentos básicos de todas as obras públicas que, após a conclusão da licitação, são migrados para o módulo Obras Públicas;

Gestão de Projetos: este módulo destina-se ao planejamento, ao controle e à avaliação de projetos estaduais. Baseouse no guia PMBOK e hoje é a principal ferramenta de gestão do Escritório de Projetos do PACTO;

Manutenção de Prédios Públicos: este módulo é utilizado pelos diretores das escolas e Secretarias de Desenvolvimento Regional, de forma piloto, para definir, autorizar e fiscalizar pequenos reparos nas escolas, diminuindo o tempo de resposta; e

Mapa Vivo de Obras: este módulo está disponível para todos os cidadãos, que podem acessá-lo por meio do endereço www.sicop.sc.gov.br/mapavivo. Nele, é possível obter informações a respeito dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado, através da combinação das opções de filtro disponíveis.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

APRIMORAMENTO

Durante o desenvolvimento do SICOP. ocorreram importantes evoluções nos módulos com o objetivo de aprimorar a gestão dos contratos de obras no Estado, bem como de possibilitar o acompanhamento desses contratos tanto por parte dos gestores públicos quanto da sociedade. Uma das evoluções foi a implantação do módulo de Gestão de Projetos no SICOP, o qual permite o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, não apenas os projetos referentes a obras públicas. O SICOP está sendo utilizado para gerenciar os projetos estratégicos que integram o programa Pacto por Santa Catarina (na forma de piloto) e futuramente deverá ser empregado para gerenciar todos os projetos do Estado. Os projetos gerenciados neste módulo também podem ser acompanhados pelos gestores e pela sociedade por meio do Painel SC, disponível no endereço http://www. painelsc.sc.gov.br.

Em agosto de 2015, com a edição do Decreto nº 308/2015, a gestão e a administração do SICOP passaram a ser responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), por intermédio da Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG), que também faz a gestão do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

A gestão conjunta desses sistemas de informações oficiais (SICOP e SIGEF) facilitará o desenvolvimento de novas integrações entre os dois sistemas, oportunizando formas de minimizar a burocracia, otimizar o trabalho e fornecer novos mecanismos para alcançar a gestão pública eficiente.

Além disso, todas as ações desenvolvidas buscam melhorias no SICOP que permitam aperfeiçoar e assegurar a qualidade das informações sobre os projetos estratégicos e sobre as obras públicas, as quais são também disponibilizadas no Portal da Transparência por meio do Mapa Vivo de Obras.

O Estado tem investido em sistemas como o SICOP, que ajuda a gerenciar os projetos e a garantir uma gestão pública mais eficiente





GESTÃO DE CUSTOS

Em 2013, o Estado de Santa Catarina calculou o custo de 30 escolas catarinenses com o objetivo de conhecer os custos das unidades escolares da rede pública estadual de ensino e do aluno matriculado. Em 2014, o trabalho foi expandido para 175 escolas, sendo o resultado relatado no Balanço Geral do Estado.

A partir das informações apuradas, a Secretaria de Estado da Educação poderá tomar decisões e avaliar as necessidades sociais da população de Santa Catarina, desde a manutenção de escolas em zonas rurais, de assentamento, indígenas e de outras regiões longínquas ou de menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH), buscando a melhoria contínua dos níveis de educação do povo catarinense.

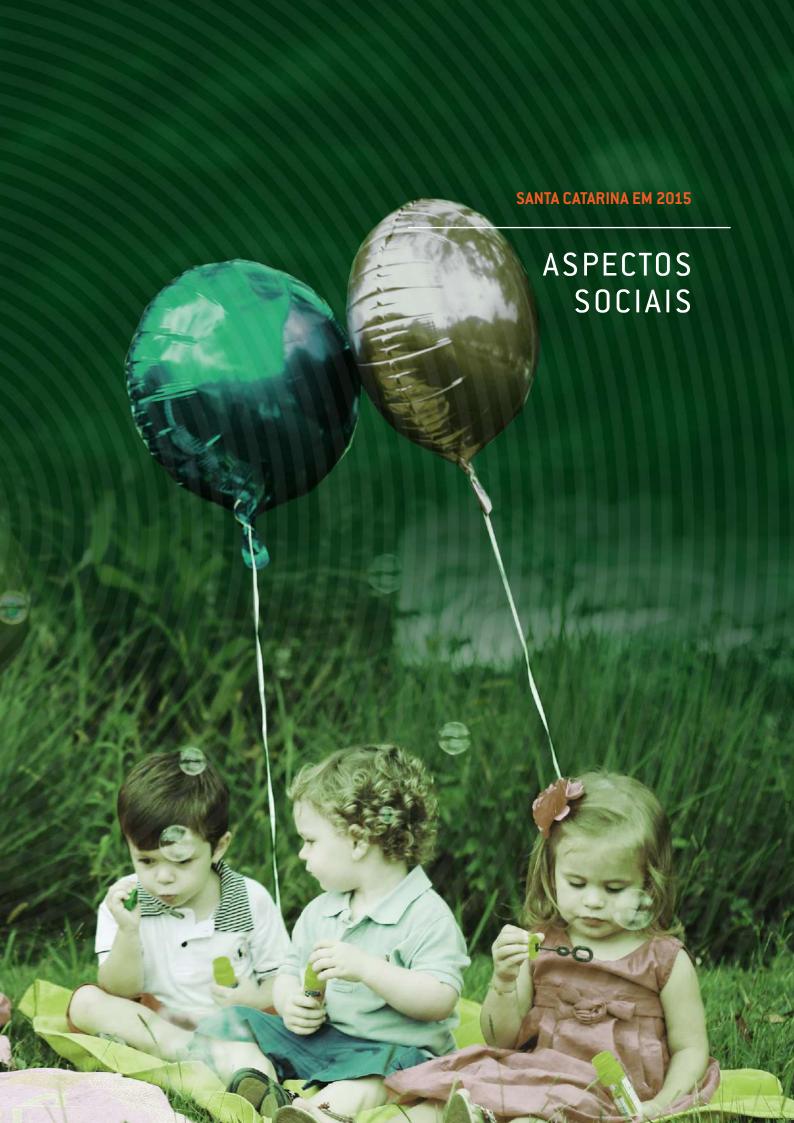
A partir da experiência desse projeto, em 2015 iniciou-se o desenvolvimento de um sistema para apuração e controle de custos, com a pretensão de ser capaz de calcular custos em tempo real, oferecendo agilidade e interação ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos.

Os benefícios para o Estado são muitos, mas entre eles existe a possibilidade de mensuração dos custos das unidades administrativas com a criação de indicadores que demonstrem quanto custa, por exemplo, manter ao longo do tempo um aluno em uma escola, um detento em uma penitenciária, um policial na rua, um paciente em um hospital, entre outros.

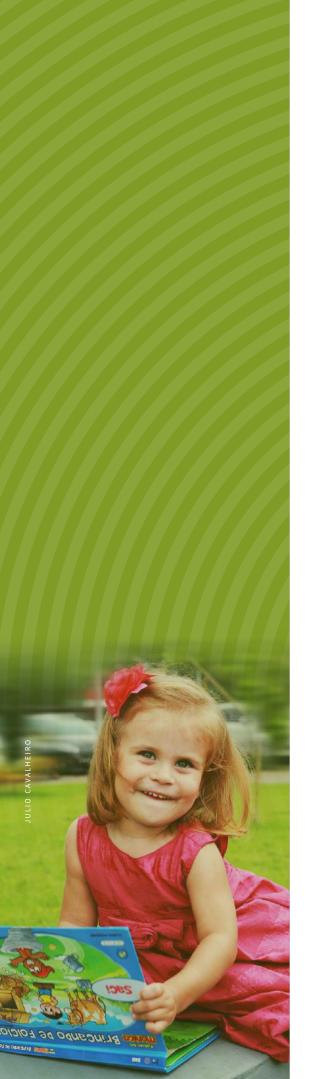
O controle de custos contribui diretamente para a melhoria do gasto público, ajudando o Estado a oferecer serviços com a qualidade que a sociedade espera. É nesse sentido que a nova contabilidade do Estado caminha.











Santa Catarina cada vez melhor



Governo do Estado vem investindo numa gestão mais eficiente dos serviços essenciais ao cidadão. E tem sido bem-sucedido em seu propósito. Santa Catarina subiu duas posições na edição de 2015 do ranking geral de competitividade dos estados. Agora somos o terceiro do País, estando apenas atrás de São Paulo e Paraná.

Na categoria sustentabilidade social, o Estado de Santa Catarina ocupa a liderança. Sustentabilidade tem sido a principal bandeira do governo catarinense. A busca é por um novo modelo de gestão pública que permita ao Estado cumprir os seus deveres com os cidadãos também em tempos de crise econômica.

SANTA CATARINA É UM DOS MELHORES ESTADOS DO BRASIL PARA SE VIVER

0,494

MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (GINI¹/IBGE)

78,1 ANOS

MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA | BRASIL: 74,9 (IBGE/2013)

4,4%

MENOR NÍVEL DE DESEMPREGO BRASIL: 8,9 (PNAD/IBGE, 3° TRI/2015)

1118 POR 1.000 NASCIDOS VIVOS

MENOR TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA | BRASIL: 17 (IBGE)

3,23%

MENOR TAXA DE POBREZA EXTREMA | BRASIL: 13,10% (PNAD/IBGE)

0,774

TERCEIRO MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO | (PNUD/IPEA 2013)

57%

MAIOR PERCENTUAL DE PRESOS TRABALHANDO | (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

1 O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa recebe todo o rendimento, e as demais nada recebem). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Indicadores que refletem a parceria entre o Governo do Estado, os empreendedores e as instituições para garantir qualidade de vida aos catarinenses

Em 2015,
Santa Catarina
manteve os
investimentos em
saúde, educação
e segurança para
continuar figurando
no topo dos principais
indicadores sociais
e econômicos
do Brasil

EDUCAÇÃO

Novos rumos

Santa Catarina definiu em 2015 as novas diretrizes para a educação dos próximos dez anos. O novo plano estadual foi elaborado com a participação de toda a sociedade catarinense e traça o caminho que o Estado deve trilhar para alcançar uma educação de qualidade.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE)

Após 25 anos, Santa Catarina tem novamente um Plano Estadual de Educação (PEE) aprovado por lei para o decênio 2015-2024. Esse plano foi criado a partir de encontros locais, regionais e estaduais realizados nos últimos anos com

a participação de toda a sociedade catarinense. Em 2015, no mês de junho, o documento foi concluído e encaminhado para a Assembleia Legislativa, onde foi aprovado e, posteriormente, sancionado pelo Governador Raimundo Colombo.

Entre as diretrizes do PEE estão:

- I erradicação do analfabetismo;
- II universalização do atendimento escolar;
- III superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV melhoria da qualidade do ensino;
- V formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- VIII estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX valorização dos profissionais da educação;
- X promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- KI priorização da instituição do ensino integral na rede educacional pública catarinense; e
- XII priorização dos investimentos educacionais nos municípios e nas regiões com níveis baixos de IDH e IDH-E.

O Plano Estadual de Educação expressa um compromisso político do Estado que transcende governos e promove mudanças nas políticas de educação, geradoras de avanços no processo educacional, e em consequência, na qualidade de vida da sociedade catarinense



AS 19 METAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

BLOCO 1:

EDUCAÇÃO BÁSICA

Acesso, permanência, superação das desigualdades, respeito às diferenças e qualidade.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1: universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PEE.

ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do plano.

ENSINO MÉDIO

META 3: universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar até o final do período de vigência do plano a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

META 4: universalizar, para o público da educação especial de 4 a 17 anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo, com salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

ALFABETIZAÇÃO ATÉ 6 ANOS

META 5: alfabetizar todas as crianças aos 6 anos de idade ou até no máximo aos 8 anos no ensino fundamental.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META 6: oferecer educação em tempo integral em no mínimo 65% nas escolas públicas, de forma a atender pelo menos 40% dos estudantes da educação básica até o final da vigência do plano.

MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM (IDEB)

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES/ RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do plano para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e 25% mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ALFABETIZAÇÃO DE **JOVENS E ADULTOS**

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017 e, até o final da vigência do plano, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10: oferecer no mínimo 10% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência do plano.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 60% da expansão no segmento público.

A universalização do atendimento escolar é uma das diretrizes do Plano Estadual de Educação aprovado em 2015





BLOCO 2:

EDUCAÇÃO SUPERIOR

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR

META 12: articular com a União a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

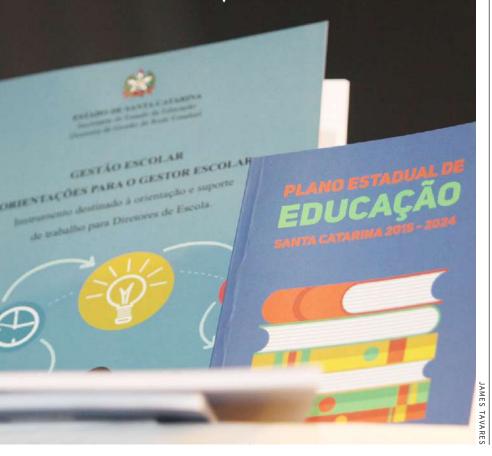
Livro do Plano Estadual de Educação e caderno de orientação aos gestores escolares (à esquerda) e ampliação da Escola de Educação Básica Rosina Nardi, em Seara



META 13: articular com a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total, no mínimo 40% doutores até o final da vigência do plano.

MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

META 14: fomentar em articulação com a União a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 mestres e 900 doutores até o final da vigência do plano.





BLOCO 3:

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, no prazo de um ano de vigência do plano, uma política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Garantir ainda a oportunização pelo poder público de periódica participação desses profissionais em cursos de formação continuada.

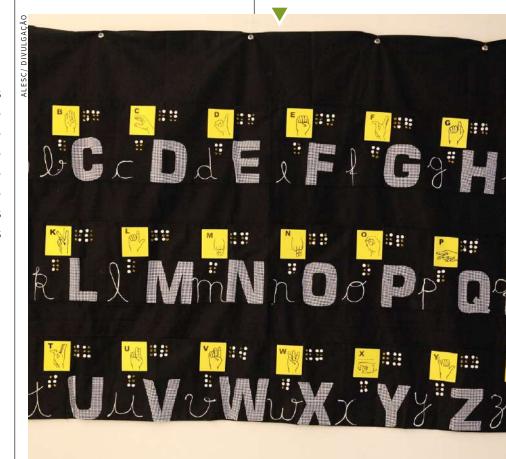
FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO

META 16: formar 75% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência do plano e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação considerando as necessidades, as demandas e a contextualização dos sistemas de ensino.

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

META 17: valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de dois anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do 6º ano da vigência do plano.

Material educativo da exposição
"Fundação Catarinense de Educação
Especial - 47 anos a serviço da
sociedade catarinense"





BLOCO 4:

GESTÃO ESCOLAR

BLOCO 5:

FINANCIAMENTO

GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 18: garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas, que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de um ano após a aprovação do plano.

INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

META 19: ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração entre os entes federados (União, Estado, Distrito Federal e municípios), de forma a atingir no mínimo o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º ano de vigência do plano e também no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, com a vinculação de novas fontes de recursos.

Materiais que compõem o kit escolar distribuído aos alunos da Gerência Regional de Educação de São Lourenço do Oeste (esquerda) e abertura da Semana da Pátria no Instituto Estadual de Educação











PLANO DE CARREIRA

Com o objetivo de valorizar os professores com maior experiência e maior titulação, o Governo do Estado elaborou um novo Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica. O documento atende à estratégia 17.3 e à meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) e, ainda, ao artigo 6° da Lei do Piso. O plano mencionado entrou em vigor em janeiro 2016.

TRANSPORTE ESCOLAR

Em parceria com os municípios, o Governo investiu R\$ 77 milhões para garantir transporte escolar gratuito a mais de 130 mil alunos da rede pública estadual. Por meio do Programa Caminho da Escola, implantado pelo Governo Federal, também adquiriu quatro ônibus escolares, que foram entregues para Ituporanga, Leoberto Leal, Arroio Trinta e Presidente Nereu.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Em 2015, o Governo investiu cerca de R\$ 118,8 milhões em alimentação escolar, atendendo mais de 530 mil alunos. Uma parte dos produtos utilizados na alimentação escolar vem da agricultura familiar, que também recebeu investimentos do Estado em 2015.

NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Para garantir que o aluno consiga superar a defasagem de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, o Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA) atendeu, no ano passado, mais de 23,7 mil alunos em 1.521 turmas. As aulas são oferecidas no contraturno, duas vezes por semana. Lançado em 2013, o programa atende alunos do 3º ao 8º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio.

O programa de novas oportunidades de aprendizagem atendeu mais de 23,7 mil alunos em 2015. Na foto à esquerda, o programa em Seara. Enquanto isso, mais de 530 mil alunos receberam alimentação escolar. Parte da merenda vem da agricultura familiar. Acima, refeição em Chapecó



PROFESSOR E ESTUDANTE ON-LINE

A Secretaria da Educação lançou duas plataformas virtuais para acesso a informações. A plataforma Professor On-line traz dados das escolas, turmas, ações e tarefas aplicadas, Diário Digital, registro de faltas dos alunos, Diário de Classe e registro de conteúdos. A plataforma Estudante On-line é acessada pelo aluno e por seu responsável, e traz boletim, frequência, agenda de atividades, histórico escolar e declaração da matrícula.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Mais de 214 escolas de todo o Estado receberam manutenção predial ou passaram por reforma e readequação. Os investimentos objetivam oferecer boas condições de trabalho aos professores e qualidade de ensino aos alunos.

PACTO PELA EDUCAÇÃO

Com investimentos oriundos do Pacto, foram construídas 52 quadras e coberturas de quadras, 29 escolas de ensino médio e oito Centros de Educação Profissional. Ainda por meio do Pacto pela Educação, 104 escolas foram revitalizadas.

Pais, alunos e professores participaram do processo de escolha dos novos diretores das escolas a partir de 2016



GESTÃO ESCOLAR

O Governo implantou um novo sistema de eleição para diretores em todas as escolas públicas estaduais de Santa Catarina. Os candidatos elaboram o seu Plano de Gestão Escolar para posterior votação. Pais, alunos e professores participaram do processo de escolha do Plano de Gestão, que definiu os diretores das escolas a partir de 1º de janeiro de 2016.

PROPOSTA CURRICULAR

Apresentada oficialmente em dezembro de 2014, a Proposta Curricular iniciou o seu processo de implantação nas escolas estaduais catarinenses. O objetivo é nortear a prática pedagógica dos educadores. Em 2015, também foram iniciadas atividades pedagógicas tomando como ponto de discussão o documento preliminar da Base Nacional Curricular Comum.

CARTÃO DE PAGAMENTOS

O Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC) repassou R\$ 6,4 milhões para as escolas da rede pública estadual. Os recursos foram depositados diretamente na conta de cada unidade escolar, tendo como gestor o diretor. O objetivo é dar mais autonomia administrativa e financeira para a execução de despesas emergenciais, além de ampliar o controle de gastos.

BOLSAS UNIVERSITÁRIAS

O Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) tem como objetivo ofertar assistência financeira aos estudantes economicamente carentes, por meio de diferentes tipos de bolsas de graduação e pós-graduação. Em 2015, o investimento em bolsas universitárias foi de R\$ 103,4 milhões.

SAÚDE

Mobilização

2015 foi um ano de juntar esforços para garantir mais saúde aos catarinenses. O Estado investiu em mutirões de cirurgias e em uma série de campanhas para acabar com o mosquito da dengue, vacinar as crianças e incentivar a doação de sangue e de órgãos. Na saúde, mais do que nunca, a união fez a força.

INVESTSAÚDE

Em 2015, o Governo criou o Invest-Saúde, programa que vai disponibilizar, via BNDES, R\$ 88 milhões para obras, equipamentos e veículos para a saúde. Serão assinados convênios não só com o Estado, mas também com municípios e entidades.

CIRURGIAS ELETIVAS NO SUL

O novo plano de reorganização das cirurgias eletivas (cirurgias de menor gravidade como catarata, varizes, hérnia, vesícula, etc.), implantado na Região Carbonífera, realizou mais de 4 mil procedimentos de maio a novembro de 2015 em diversas especialidades. As cirurgias são feitas em nove hospitais da região: São Donato (Içara), Nossa Senhora da Conceição (Urussanga), Municipal Henrique Lage (Lauro Müller), São Judas Tadeu (Meleiro), São Marcos (Nova Veneza), Santa Otília (Orleans), São Roque (Morro da Fumaça), Nossa Senhora de Fátima (Praia Grande) e Santa Teresinha (Braco do Norte).

HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU

O Hospital Regional de Biguaçu abriu as suas portas para atendimento ao público em agosto de 2015. Dessa data até 31 de dezembro foram realizadas 2.533 consultas nas especialidades de endocrinologia, nefrologia, cardiologia, proctologia, otorrinolaringologia, dermatologia, ortopedia, reumatologia e urologia. O hospital atende cidadãos de Biguaçu, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Florianópolis.

Em 2015, o Governo criou o InvestSaúde, programa que vai disponibilizar R\$ 88 milhões para a área de saúde em Santa Catarina

Hospital Infantil Joana de Gusmão





Santa Catarina tem atualmente 11.441 leitos no Sistema Único de Saúde (SUS)

HOSPITAIS E LEITOS

Há 183 hospitais ativos em Santa Catarina – 13 com administração pela Secretaria de Estado da Saúde, cinco administrados por organizações sociais, um federal, 25 municipais e 50 filantrópicos. O restante é contratualizado ou credenciado. Atualmente temos 655 leitos de UTI e 11.441 leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina.

Administração hospitalar em Santa Catarina no ano de 2015



Hospital Regional de Biguaçu





HOSPITAIS PÚBLICOS

Até novembro, os 13 hospitais públicos da Secretaria de Estado da Saúde realizaram:

- » 1.034.132 atendimentos (internação, ambulatório e emergência);
- » 50.607 cirurgias; e
- » 2.596.752 exames.

No mesmo período, os hospitais Florianópolis, Regional de Araranguá, Infantil Jesser Amarante e Terezinha Gaio Basso, administrados por organizações sociais, realizaram:

- » 483.956 atendimentos;
- » 16.366 cirurgias; e
- » 115.154 exames.

ONCOLOGIA EM SANTA CATARINA

O Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) é referência em tratamento de câncer no Estado. No ano de 2015, mais de 4,6 mil pacientes realizaram quimioterapia e/ou radioterapia. Também foram realizadas pelo CEPON no ano:

- » mais de 1,1 mil cirurgias eletivas e de urgência; e
- » mais de 295 mil procedimentos (exames, consultas, quimioterapias, radioterapias e internações).

Segundo o Ministério da Saúde, entre os meses de janeiro e novembro, foram realizadas 128,4 mil quimioterapias, 387,1 mil radioterapias e 7 mil cirurgias em oncologia pelo SUS em todo o Estado.

O CEPON, em Florianópolis, recebeu em 2015 mais de 4,6 mil pacientes para a realização de quimioterapia e/ou radioterapia



A campanha contra a poliomielite imunizou 95,5% das crianças de seis meses a quatro anos

SC TRANSPLANTES

Em 2015, a Central de Captação, Notificação e Distribuição de Órgãos e Tecidos de Santa Catarina (SC Transplantes) registrou:

- » 203 doações efetivas de múltiplos órgãos (11 a mais do que no mesmo período do ano passado);
- » 767 doações de tecido ocular; e
- » 1.331 transplantes de órgãos e tecidos nos hospitais de Santa Catarina.

TELEMEDICINA

Em 2015, foram realizados mais de:

- » 200 mil eletrocardiogramas (há 321 aparelhos no Estado);
- » 9 mil exames dermatológicos (há 253 aparelhos distribuídos em 238 municípios);
- » 331 mil resultados de exames de análises clínicas foram enviados pelo Laboratório Central (LACEN); e
- » 249 exames disponíveis na base de dados do Sistema de Telemedicina e Telessaúde foram realizados pelos hospitais.

Abertura da campanha contra a poliomielite, Videira



HEMORREDE CATARINENSE

No ano de 2015, o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC) recebeu mais de 99 mil doações e realizou 1,2 milhão de exames e procedimentos clínicos.

GUERRA À DENGUE

A Secretaria de Estado da Saúde promoveu uma grande mobilização em dezembro de 2015 envolvendo autoridades municipais, estaduais e federais para deflagrar uma guerra ao *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, das febres zika vírus e chikungunya. Foi anunciada uma série de medidas e informado o fluxo de atendimento para microcefalia adotado pelo Governo em todo o Estado.

VACINAÇÃO

Em 2015, foram realizadas as seguintes campanhas de vacinação:

- » a campanha contra a poliomielite foi responsável pela aplicação de 362.712 doses, imunizando 95,5% das crianças de seis meses a quatro anos;
- » a vacinação contra o vírus Influenza protegeu 1.155.201 pessoas, o que equivale a 91,55% da população-alvo;
- » a campanha de multivacinação imunizou 148.232 crianças, de 30 dias a quatro anos de idade, de doenças como Hepatites A e B, BCG, tetra viral, varicela, tríplice viral, febre amarela, pneumo 10, meningo C; e
- » a campanha da primeira dose da vacina contra o HPV em março desse ano imunizou 71,69% das meninas de 9 a 13 anos, sendo aplicadas 105.356 doses. A segunda dose, aplicada em setembro, chegou a uma cobertura vacinal de 42,73%, com pouco mais de 64 mil doses aplicadas.

AGRICULTURA

Campo Forte

Manter o trabalhador no campo com dignidade é uma das principais políticas do Governo do Estado. Essa política vem colhendo excelentes resultados para o agronegócio e para a produção agrícola catarinense, refletindo em novos empreendimentos e mais renda para o trabalhador rural.

ZONA LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

No primeiro semestre, representantes do Governo do Estado e do setor produtivo estiveram em Paris, na França, para receber a certificação internacional e renovar o certificado de área livre de febre aftosa sem vacinação. As conquistas fazem de Santa Catarina uma referência em qualidade e defesa sanitária, fortalecem o setor agropecuário e trazem a possibilidade da abertura de novos mercados.

FAZENDAS MARINHAS

Santa Catarina tornou-se o único estado a ter os seus parques marinhos ordenados e regularizados. Os produtores de ostras e de mariscos do litoral catarinense passaram a ter áreas demarcadas no mar para cultivar os moluscos com mais segurança e profissionalismo. São 812 fazendas marinhas, de 1,5 hectare em média, demarcadas de Palhoça a São Francisco do Sul. Para a demarcação, foram usadas 3.280 boias, que servirão também para orientar as ações de gestão e fiscalização do uso da costa.

JOVEM NO CAMPO

Para incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, a Secretaria da Agricultura investiu em melhorias da infraestrutura e em outras ações que aumentaram a qualidade de vida no campo. Em agosto, mais de mil jovens que passaram pelos cursos de formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo promovidos pelo Programa SC Rural participaram de um encontro em Lages para trocar experiências e conhecer as políticas públicas para o setor agropecuário.

Santa Catarina possui os certificados de zona livre de febre aftosa e peste suína clássica, sendo referência em defesa sanitária

Encontro Regional de Gado de Corte, Cocal do Sul





O Estado é o único do País a ter os seus parques marinhos ordenados e regularizados

PROGRAMA SC RURAL

O Programa SC Rural é uma iniciativa do Governo de Santa Catarina com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O financiamento visa consolidar a política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense. Esse programa tem como objetivo aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e da estruturação das suas cadeias produtivas.

INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS

Em 2015, foram aprovados 52 projetos estruturantes que envolvem aproximadamente 150 empreendimentos da agricultura familiar e beneficiam diretamente mais de 2.700 famílias. Além disso, 170 jovens de comunidades rurais foram beneficiados com recursos para investimentos, que, após passarem pelo curso de empreendedorismo, apresentaram projetos ao Programa SC Rural.

Maricultura em Florianópolis



DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

- » Foram realizados eventos de capacitação em classificação de produtos de origem vegetal envolvendo 935 agricultores.
- » Monitorou-se a qualidade de produtos orgânicos, com 188 amostras coletadas em propriedades e 161 amostras em pontos de comércio de Santa Catarina.
- » Foram certificadas com tratamento fitossanitário 419 propriedades e unidades de beneficiamento.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Foram legalizados no Sistema de Inspeção Estadual (SIE) 40 empreendimentos da agricultura familiar.

CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO RURAL

- » 30.800 agricultores capacitados;
- » 510 famílias indígenas recebendo assistência técnica e extensão rural;
- » 270 escolas rurais sendo capacitadas com oficinas de educação ambiental;
- » 400 escolares formados como protetores ambientais; e
- » 70 veículos novos adquiridos e entregues para os técnicos da extensão rural.

FORMAÇÃO DE JOVENS EM EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO DIGITAL

13

CURSOS REALIZADOS

350

JOVENS RURAIS FORMADOS



COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS

Foram 11 os municípios que receberam projetos técnicos e assinaram convênios com o Governo do Estado para implantação de torres de internet e telefonia wireless.

PROGRAMA TERRA BOA

Em 2015, foram atendidos mais de 70 mil produtores com subvenção para adquirir 310 mil toneladas de calcário, 220 mil sacas de milho, 3.500 kits forrageira e 430 kits apicultura. Também foram disponibilizados recursos para atender os produtores do Alto Vale do Itajaí que perderam boa parte de suas produções devido ao excesso de chuvas, com subvenção para compra de sementes de soja e de arroz.

FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Em 2015, o Estado investiu no Programa de Fomento à Produção Agropecuária, beneficiando 1.295 produtores rurais com financiamentos destinados à aquisição de bens ou de serviços para a melhoria do processo produtivo ou de agregação de valor.

O programa contempla ainda financiamentos para que jovens rurais possam adquirir kits de informática. O Governo paga 50% do valor para operações de até R\$ 3 mil. Em 2015, foram 596 jovens beneficiados. Os recursos foram utilizados para aquisição de 542 notebooks, 37 computadores de mesa, 336 impressoras e 207 kits de internet.

Encontro de jovens empreendedores rurais, em Lages, reuniu mais de mil participantes para estimular a permanência no campo



Agricultura familiar



PROGRAMA BEIJA-FLOR

O Programa de Inclusão Digital Beijaflor atende a comunidades rurais e pesqueiras com a instalação de telecentros, um espaço em local público com computadores e acesso à internet. Atualmente, são 133 telecentros em funcionamento, com cerca de 10 mil acessos mensais.

PROGRAMA JURO ZERO

Com esse programa, os produtores receberam a subvenção de 100% dos juros previstos em relação aos contratos de investimento para captação, armazenagem e uso da água da chuva, além de projetos para aumentar a renda e criar oportunidades no meio rural. Em 2015, foram beneficiados 2.279 produtores.

FUNDO DE SANIDADE ANIMAL

Como forma de eliminar doenças que colocam em risco a produção animal estadual, Santa Catarina indenizou os proprietários dos animais que precisaram ser sacrificados para não contaminar o restante do rebanho. Em 2015, foram indenizados 373 criadores pelo abate sanitário de 2.100 bovinos e bubalinos, 22 equinos e 8.315 aves de subsistência.

TELEFONIA FIXA E INTERNET NO MEIO RURAL

O programa disponibiliza recursos aos municípios para implantação dos serviços de telefonia fixa e internet no meio rural. Até o momento, o Estado tem 23 projetos implantados.

Estimular a produção de hortas, aumentar o consumo de frutas, legumes e verduras e restringir alimentos gordurosos são três ações do Plano de Educação Alimentar e Nutricional



DEFESA CIVIL

Tecnologia contra Desastres

Santa Catarina investe em ferramentas que ajudam a prever desastres naturais e a contornar problemas provocados por esses fenômenos. Destaque para os radares meteorológicos e para as pontes pré-fabricadas, que ajudam a reduzir o sofrimento dos catarinenses.

KITS DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS

A Defesa Civil de Santa Catarina entregou 65 kits de transposição de obstáculos, beneficiando 39 municípios em 2015. Os recursos aplicados são provenientes do Fundo Estadual da Defesa Civil de Santa Catarina, criado para atender a situações de emergência. Na prática, o Estado cede o kit de transposição, e o município se responsabiliza por construir as cabeceiras e os acessos. Os kits de transposição são estruturas pré-fabricadas e protendidas, com cabos de aço, desenvolvidas para substituir pontes danifi-

cadas ou destruídas pela força da natureza e pelo tempo. As estruturas suportam cerca de 75 toneladas e possibilitam continuidade no processo de escoamento da produção em diversas regiões, mesmo durante um período chuvoso. O custo tem uma redução de 50% quando comparado a projetos convencionais para construção. As pontes atraíram a atenção de pelo menos 10 estados, que vieram conhecer o processo de instalação. O projeto já ultrapassou a marca de 200 unidades desde 2014.

A Defesa Civil entregou 65 kits de transposição de obstáculos durante 2015, beneficiando 39 municípios

Kits de transposição de obstáculos em Cocal do Sul (esquerda) e em Santiago do Sul







Mais de 260 mil
itens de assistência
humanitária, como
cestas básicas e
telhas, foram
entregues para os
flagelados da
chuva no Estado.
O objetivo do novo
radar, em Lontras,
é prever catástrofes
dessa ordem

O radar meteorológico de Lontras e as consequências da chuva intensa em Rio do Sul

RADARES METEOROLÓGICOS

Santa Catarina conta com o radar meteorológico de Lontras, fundamental em momentos de crise para a emissão de avisos e de alertas em curto ou curtíssimo prazo. O radar de Lontras custou R\$ 10 milhões e cobre 77% do território catarinense, o que corresponde a 191 municípios. Esse é o primeiro equipamento exclusivo para previsão do tempo no Estado.

Além disso, em 2015, o Governo anunciou a instalação de outros dois radares: o segundo radar vai operar em Chapecó, no Oeste do Estado, e cobrir pouco mais de 20% do território de Santa Catarina, que hoje não conta com essa ferramenta. Já o terceiro radar será móvel, instalado em uma carreta, e vai atender à região Sul do Estado. Assim, se houver necessidade, a Defesa Civil poderá levá-lo de um ponto a outro do Estado para auxiliar em leituras mais específicas. O radar móvel de Santa Catarina poderá prever, em curto prazo, chuva, granizo, neve e vendaval.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

O Estado de Santa Catarina entregou aproximadamente 434 mil itens de assistência humanitária para mais de 25 municípios que enfrentaram eventos naturais adversos em 2015. Entre os itens de auxílio estão telhas, cestas básicas, colchões, galões de água, kits de limpeza e de higiene, lonas e madeira pinus.

Um exemplo de alguns desses eventos naturais ocorridos em 2015, no mês de abril, foi o tornado que atingiu as cidades de Xanxerê e Ponte Serrada. A Defesa Civil destinou para os flagelados mais de 260 mil itens de assistência humanitária. Entre eles, foram doados mais de 90 mil telhas, 550 cestas básicas e 56 mil metros lineares de madeira de pinus apenas para esses dois municípios. Outros 25 municípios que registraram eventos de alagamentos, enxurradas, granizo e vendaval também receberam doações.





JUSTIÇA E CIDADANIA

Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada

Para garantir justiça e cidadania aos catarinenses, o Governo ampliou a estrutura carcerária e priorizou projetos que estimulam atividades laborais nos presídios. Santa Catarina é referência nacional com o maior número de presos trabalhando.

TRABALHO E DIGNIDADE

Segundo o Ministério da Justiça, o nosso Estado é referência no País em número de presos que trabalham – 57%. Por isso, em 2015, Santa Catarina foi o estado escolhido pelo referido Ministério para sediar a Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro, que reuniu em setembro 27 estados na cidade de Flo-

rianópolis. A mostra foi inédita no sistema penitenciário de Santa Catarina porque, pela primeira vez, o público conheceu os produtos fabricados por apenados catarinenses, resultado da parceria com empresas e organizações que oferecem oportunidade de trabalho e renda no sistema prisional do Estado.

O Estado sediou em 2015 a 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro

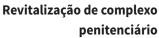


Em Santa Catarina, 57% dos presos trabalham, referência nacional segundo o Ministério da Justiça. Abaixo, a 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro, sediada no Estado em 2015









TECNOLOGIA

Santa Catarina deu um passo importante na modernização do sistema de Justiça e Segurança Pública com a ativação, em 2015, da primeira sala de videoaudiência do Estado. A unidade passou a fazer a interligação entre o Presídio do Complexo Penitenciário de Itajaí, em Canhanduba, e a 1ª Vara Criminal da Comarca de Itajaí.

ENEM

Um total de 2.383 apenados de Santa Catarina se inscreveu para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 34% a mais do que em 2014. O Estado é o terceiro do País com o maior número de inscritos, atrás apenas de São Paulo e de Minas Gerais.

GRANDES OBRAS

No ano de 2015, foram concluídas quatro novas grandes obras: ampliação da Penitenciária de Itajaí (460 vagas); Unidade II da penitenciária de São Cristóvão do Sul (599 vagas); Unidade II da penitenciária de Chapecó, ainda não inaugurada (599 vagas); e Presídio Regional de Jaraguá do Sul (155 vagas) (não inaugurado).



ATENDIMENTO

Com uma população carcerária de cerca de 17 mil presos e 2 mil em regime aberto, o sistema apresenta uma nova realidade e atende de forma eficaz às suas demandas.

MAIS VAGAS

Nos últimos anos, o Governo priorizou a melhoria dos sistemas penitenciário e socioeducativo catarinenses. Foram 4.751 vagas geradas entre 2011 e 2015. Estão em construção mais 2.000 vagas, e 956 já estão programadas para iniciar em 2016. Houve também melhoria na saúde, na educação e nas condições gerais das unidades, além de redução do número de fugas e capacitação dos agentes.

NOVOS AGENTES

O Estado admitiu 264 novos agentes penitenciários efetivos em 2015. Todos os profissionais têm curso superior e passaram por um rigoroso exame de seleção, incluindo teste psicológico, investigação social e exame toxicológico.

Quatro obras foram concluídas nos municípios de Itajaí, São Cristóvão do Sul, Chapecó e Jaraguá do Sul

FORMAÇÃO

O treinamento e a capacitação dos agentes penitenciários e socioeducativos também têm sido um forte ingrediente para o aperfeiçoamento das demandas do sistema penitenciário. A Academia de Justica e Cidadania contabiliza mais de 2 mil servidores capacitados em cursos de formação.

UNIDADE-MODELO

Uma grande unidade socieoeducativa, considerada modelo e enquadrada nos padrões exigidos pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, está sendo construída no Oeste, em Chapecó – o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). No Sul, o processo para construção do CASE em Criciúma também já foi iniciado, e o Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) foi reformado e ampliado.

MEDIDAS ALTERNATIVAS

A Central de Penas e Medidas Alternativas, programa criado pelo Governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina para praticantes de delitos de menor potencial ofensivo, registrou em 2015 mais de 13 mil processos recebidos. Isso significa que mais de 13 mil deixaram de entrar no sistema penitenciário de Santa Catarina.

DEFESA DO CONSUMIDOR

O Departamento Estadual de Defesa do Consumidor (Procon/SC) fez mais de 20 mil atendimentos em 2015, com índice de 96% de resolutividade. O Procon estadual lidera 91 Procons municipais, e 87 deles estão vinculados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que já registra mais de 500 mil consumidores cadastrados, colocando Santa Catarina em primeiro lugar no ranking nacional.

Um total de 264 profissionais ingressou no quadro de agentes penitenciários efetivos do Estado em 2015

Formatura de agentes penitenciários





Os vários tipos de praias florianopolitanas atraem diferentes públicos, dos surfistas às crianças

TURISMO

Melhor Destino

O turismo em Santa Catarina se mostra cada vez mais importante para a nossa economia. Ano a ano, o Estado vem aumentando o fluxo de visitantes, resultado de investimentos em infraestrutura e iniciativas de promoção dos atrativos turísticos catarinenses.

MAIS TURISTAS

A expectativa para a temporada 2015/2016 é de 8 milhões de visitantes, superando o já expressivo número de 6,2 milhões do verão anterior. Até 2014, a média de público para o período era de 5 milhões de turistas. O desempenho é reflexo das estratégias de promoção e comercialização do turismo no mercado. O foco no mercado interno e nos países da América Latina foi uma decisão certeira que já refletiu no fluxo turístico da última temporada e que deve se repetir, com um incremento previsto de 30% na movimentação turística.

DIFERENTES ATRATIVOS

Embora o litoral ainda seja o destino mais procurado pelos turistas de todas as origens, Santa Catarina dispõe de um diversificado portfólio de atrações para atender aos mais variados gostos e idades. Serra e mar costumam ser as opções mais requisitadas, mas o Estado oferece também estâncias de águas termais presentes em várias regiões, parques temáticos e diferentes segmentos turísticos, todos organizados e preparados para receber os visitantes.

Santa Catarina recebeu em 2015 e pela 8ª vez o título de Melhor Estado do Brasil para Viajar



32ª Oktoberfest, em Blumenau





MELHOR ESTADO PARA VIAJAR

Santa Catarina recebeu em 2015 o título de Melhor Estado do Brasil para Viajar. Concedida pela revista Viagem e Turismo, a premiação é definida a partir de votação pública. Santa Catarina, que havia sido campeã sete vezes consecutivas nessa categoria, passa a exibir o 8º selo de qualidade.

FEIRAS

Na promoção dos produtos turísticos do Estado, além da maior campanha publicitária de todos os tempos, Santa Catarina investiu na participação em feiras como a 1ª Mostra Viajar, realizada em São Paulo, o 21º Salão Paranaense de Turismo, em Curitiba, o 21º BNT Mercosul, em Itajaí, e o Festuris, em Gramado, entre outras.

GRANDES EVENTOS

Por meio do Fundo de Incentivo ao Turismo (FUNTURISMO), ao longo de 2015, o Governo do Estado destinou recursos para viabilizar a realização de eventos de grande fluxo turístico, como a 12ª Volvo Ocean Race e a Regata Jacques Vabre, em Itajaí, e a Feira Internacional do Mar (Fimar), em Florianópolis.

OPERAÇÃO VERANEIO

Outra importante ação do Estado para dar suporte ao turismo de alta temporada são os recursos aplicados na Operação Veraneio para a contratação de guarda-vidas e aquisição de equipamentos de salvamento. Esse é um serviço indispensável diante do grande número de pessoas que visita as praias e os balneários catarinenses.

Além das praias, o Estado tem recebido muitos visitantes que buscam diversão nas festas de outubro



O Caminho das Neves recebeu melhorias para aumentar o fluxo de turistas que sobe a Serra para curtir o frio

Abaixo, o frio em Urupema e em São Joaquim. À direita, o Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Na infraestrutura, duas importantes obras contribuem para aumentar o fluxo de turistas:

- » pavimentação da rota turística Caminho das Neves, trecho da rodovia SC-430 entre São Joaquim (SC) e São Francisco Xavier (RS); e
- » início das obras do Centro de Eventos na cidade de Balneário Camboriú, que será o maior de Santa Catarina e trará benefícios para toda a cadeia produtiva do turismo.

SC RURAL

O Governo do Estado atua na capacitação de famílias agricultoras em turismo rural e auxilia na estruturação de roteiros turísticos, contribuindo para a geração de emprego e renda no campo. Em 2015, participaram das capacitações cerca de 300 jovens e adultos.

CENTRO DE EVENTOS LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Uma obra do Pacto por Santa Catarina, o Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, localizado no Norte da Ilha, foi inaugurado em 2015. Com uma área construída de 17,9 mil metros quadrados, o espaço tem capacidade para 3,5 mil pessoas e inclui em sua estrutura espaço para lojas, camarins, salas de apoio e praça de alimentação. Inicialmente, o empreendimento foi pensado para abrigar a Arena Multiuso de Canasvieiras, mas o projeto foi alterado para Centro de Eventos com o aval da comunidade local.







ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proteção e Dignidade

Santa Catarina tem a menor taxa de pobreza extrema do País e um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Para garantir os direitos humanos a todos os catarinenses, o Governo mantém políticas de combate à fome, garantia de moradias adequadas e geração de emprego e renda.

NOVOS CENTROS DE REFERÊNCIA

Em 2015, o Governo do Estado entregou 13 novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), obras do Pacto pela Proteção Social. Os municípios atendidos foram Bombinhas, Braço do Trombudo, Petrolândia, São João Batista, Balneário Arroio do Silva, Jacinto Machado, Lindóia do Sul, Irani, Porto União, Palma Sola, Águas Frias, Entre Rios e Curitibanos. O CRAS é uma unidade pública cuja função é a proteção das famílias para prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Cerca de 3.500 pessoas são atendidas por mês/unidade. Outros 43 CRAS estão em construção, além de 20 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Os Creas oferecem orientação e apoio especializado e continuado para quem teve os direitos violados, atendendo até 5 mil pessoas por mês/unidade.

COMBATE À FOME

O Governo de Santa Catarina deu início em 2015 ao processo para construção de importantes unidades de combate à fome em diferentes regiões do Estado. As obras estão na fase de análise da documentação. São elas:

- » unidade de apoio e distribuição de alimentos: Guaramirim, Rio do Sul, São Bento do Sul e Xanxerê;
- » restaurante popular: Xanxerê;
- » cozinha comunitária: Itajaí, São Bento do Sul e Xanxerê; e
- » banco de alimentos: Xanxerê e Itajaí.

Em 2015, o Governo do Estado entregou 13 novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

Inauguração de CRAS em Jacinto Machado (esquerda) e em Lindóia do Sul









Centro de Educação Profissional (Cedup), Lages

Para aumentar a empregabilidade do trabalhador catarinense, o Estado investe em programas de qualificação profissional

APOIO AOS MUNICÍPIOS

O cofinanciamento, composto de recursos para custeio e investimento, é aplicado nos municípios para que prestem atendimento aos serviços de proteção social básica e aos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade. Até novembro de 2015, 58 municípios receberam cofinanciamento para benefícios eventuais; 24 municípios para proteção social básica; na proteção social especial, receberam recursos dois municípios de média complexidade e 14 de alta complexidade.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- » Em 2015, os postos de execução direta do Site Nacional de Empregos (SINE) no Estado e os conveniados receberam 230.156 pedidos de encaminhamento do seguro-desemprego. Por meio das unidades de atendimento ao trabalhador, 64.107 catarinenses conseguiram uma vaga de emprego.
- » O projeto Fomento ao Empreendedorismo e Organização Socioprodutiva para o Artesanato e Economia Solidária ofereceu cursos de qualificação profissional e formação de empreendimentos para mais de 700 mulheres em 17 municípios.
- » De agosto a dezembro de 2015, também foram oferecidos cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), ação do Governo Federal executada em Santa Catarina. Foram beneficiados 1.373 trabalhadores em 187 municípios.

SANTA RENDA

Mais de 28 mil famílias foram atendidas pelo Programa Santa Renda em 2015. O programa de complementação de renda do Estado de Santa Catarina é voltado para os beneficiários do Bolsa-Família com renda per capita inferior a R\$ 87,00 e que possuem crianças de 0 a 15 anos na composição familiar. O objetivo é erradicar a extrema pobreza.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Entre as ações do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência em 2015 destacam-se:

- » edital de chamada pública que beneficiou entidades sem fins lucrativos nos municípios de Lages, Criciúma, Laguna, Itajaí e Blumenau com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- » Encontro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com os 10 fóruns regionais dos direitos da criança e do adolescente;
- » Encontro Construindo Democraticamente os Planos Decenais para SC: o evento tratou dos temas convivência familiar e comunitária, erradicação do trabalho infantil, enfrentamento da violência e exploração sexual infanto-juvenil, sistema estadual de atendimento socioeducativo e decenal geral, contando com a participação dos representantes dos municípios das Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Chapecó e Lages.

INFRAESTRUTURA

Melhores Acessos

Grandes obras de infraestrutura foram concluídas em 2015, e outras estão em andamento. Elas trazem mais qualidade de vida aos cidadãos catarinenses e melhores condições logísticas para as empresas instaladas no Estado, além de favorecerem o turismo.

ELEVADO DE CANASVIEIRAS

O novo elevado, que recebeu o nome de Agapito Martinho Andrade, tem 200 metros de extensão e está localizado no final da SC-401, principal acesso ao Norte da Ilha de Santa Catarina. A obra melhora o trânsito para os bairros de Canasvieiras, Jurerê Tradicional e Cachoeira do Bom Jesus, refletindo diretamente no desempenho da economia de Santa Catarina por meio do turismo e desenvolvimento econômico. Também leva benefícios para quem reside na região e utiliza a rodovia todos os dias. A obra faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina.

DUPLICAÇÃO DA SC-403

A duplicação da SC-403, rodovia que liga a SC-401 ao bairro Ingleses, em Florianópolis, faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina. A obra completa envolve a duplicação de 5,2 quilômetros, além da construção e da pavimentação de 3,2 quilômetros de vias laterais para atender ao trânsito local. Também foram construídos dois elevados, um na Vargem Grande e outro na Vargem do Bom Jesus. O projeto ainda contempla duas passagens subterrâneas. A nova SC-403 terá também dez paradas de ônibus, além de ciclovia para pedestres e ciclistas.

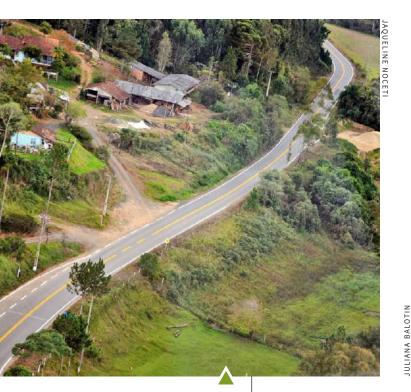
RESTAURAÇÃO DA SC-350

Inaugurada em 2015, a restauração da SC-350 integra a nova travessia urbana de Caçador, no Meio-Oeste catarinense. No trecho que liga a BR-153 e a BR-116, foram revitalizados 6,6 quilômetros de rodovia, além de serem construídos dois elevados e marginais para acesso às vias adjacentes. A rodovia, que ganhou nova iluminação, também foi duplicada. A obra que faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina garante mais segurança e facilidade aos cidadãos que por ali trafegam.

O novo elevado no bairro de Canasvieiras melhorou a vida de moradores e de turistas do Norte da Ilha de Santa Catarina









Financiamentos do Pacto permitiram a revitalização de 10 quilômetros da Estrada da Lança (acima) e de 40,3 quilômetros do Contorno Viário que vai de São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul

PAVIMENTAÇÃO NO SUL

Mais de 7,5 quilômetros de rodovia foram pavimentados entre a comunidade de São Luiz e o município de São Martinho, no Sul do Estado. A expectativa é que a obra facilite o acesso e de que dobre o número de fiéis que visitam o Santuário em homenagem a Albertina Berkenbrock, localizado na região.

ACESSO A CHAPECÓ

Importante obra para todo o Oeste catarinense, o acesso a Chapecó teve 7,6 quilômetros duplicados em 2015. Na obra que liga o Extremo-Oeste ao litoral, Paraná e Rio Grande do Sul, foram construídos dois elevados, três passagens inferiores e três passarelas. Além disso, postes de iluminação na pista central e nas laterais e passeio para pedestres foram construídos ao longo da via. Do valor total investido, o Governo Federal participou com 80% e o Governo Estadual com 20%.

PAVIMENTAÇÃO DA SC-478

Principal acesso ao Distrito de Santa Cruz do Timbó, em Porto União, a SC-478 teve 10 quilômetros pavimentados em 2015. Com investimentos do Pacto por Santa Catarina, a Estrada da Lança, como é conhecida, recebeu terraplanagem, obras complementares, iluminação, sinalização e drenagem.

REVITALIZAÇÃO DA SC-157

Dividida em três partes, a obra de revitalização da rodovia SC-157 teve a primeira parte entregue em 2015. Com investimento do Pacto, estes 40,3 quilômetros ligam o Contorno Viário de São Lourenço do Oeste ao município de Formosa do Sul. A rodovia foi contemplada com acostamentos mais largos, nova sinalização, trevos e pistas paralelas. Além disso, alguns trechos e curvas receberam novos traçados. Os outros dois trechos ligam Formosa do Sul ao entroncamento com a SC-479 (acesso a União do Oeste) e do entroncamento até a BR-282.

ASPECTOS SOCIAIS

REVITALIZAÇÃO DA SC-480 NO OESTE DO ESTADO

Novo eixo de desenvolvimento econômico no Oeste do Estado, a rodovia SC-480, que liga Chapecó até a localidade de Goio-Ên – divisa com o Rio Grande do Sul –, teve 19,8 quilômetros revitalizados em 2015. Com investimento do Pacto por Santa Catarina, foram criadas terceiras pistas em diversos trechos do eixo principal da rodovia, além de uma nova camada de asfalto e nova sinalização. Foram construídas ainda vias marginais, pontos de ônibus, calçadas e muretas de protecão. Os trevos de acesso à comunidade também foram reformulados.

RESTAURAÇÃO DO TERMINAL RITA MARIA

O Terminal Rita Maria, em Florianópolis, passa pelas fases finais de restauração. As obras vão desde a pintura interna até a pavimentação de estacionamento de veículos. O terminal recebe em torno de 10 mil pessoas por dia, número que pode dobrar durante as temporadas de verão e férias. As obras devem ser finalizadas ainda no início de 2016.

OUTRAS OBRAS CONCLUÍDAS

Ainda em 2015, foram concluídas várias outras obras:

- » revitalização da SC-446, em Criciúma;
- » melhorias no Aeroporto Diomício Freitas, em Forquilhinhas;
- » acesso ao Distrito de São José do Laranjal, em Iraceminha;
- » recuperação de encosta nas ruas Uruguaiana e Araguaia, em Blumenau;
- » pavimentação de rodovia municipal que liga a Comunidade de Campo Bom ao Distrito de Morro Grande, nos municípios de Jaguaruna e Sangão;
- » revitalização da SC-429, no trecho entre Lontras e Presidente Nereu;
- » construção de centro cultural esportivo na Escola de Educação Básica Fazenda Olinkraft, em Otacílio Costa:
- » reforma e ampliação do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas, em São Miguel do Oeste; e
- » construção do prédio novo da Escola de Educação Básica Professora Elza Mancelos de Moura, em Guaruiá do Sul.

Investimentos em infraestrutura estimulam a economia e melhoram a vida dos catarinenses

O acesso a Chapecó (à esquerda) teve 7,6 quilômetros duplicados, facilitando o tráfego na região do Extremo-Oeste. O Terminal Rita Maria, na Capital, foi restaurado







SEGURANÇA

Proteção ao Cidadão

No ano de 2015, Santa Catarina investiu na área da segurança. Obras físicas, distribuição de viaturas e equipamentos bem como o avanço da tecnologia fazem parte do rol de melhorias feitas pelo Governo ao longo do ano.

MAIS POLICIAIS

Em 2015, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) iniciou dois processos de inclusão de novos profissionais:

- » 73 cadetes em formação estarão prontos para a atividade profissional na Polícia Militar no final de 2016;
- » 277 agentes temporários substituirão profissionais qualificados pela Polícia Militar que executam funções burocráticas ou de menor complexidade, para poder atuar no atendimento direto ao cidadão.



COMBATE ÀS DROGAS

O Estado de Santa Catarina atua na prevenção ao uso de drogas por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). A iniciativa consiste em um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, as escolas e as famílias com o objetivo de capacitar jovens estudantes com informações e despertar habilidades necessárias para que possam viver de maneira saudável, sem drogas e violência. Outras ações secundárias do programa incluem fortalecer a autoestima das crianças e dos adolescentes, valorizar a vida, prevenir-se contra a criminalidade e aproximar a Polícia Militar da comunidade escolar.

Apenas em 2015, foram atendidas 78.741 crianças do 5º ano do ensino fundamental, da rede pública ou privada, em cerca de 230 municípios do Estado, totalizando mais de 2 mil turmas.

OS NÚMEROS DO PROERD EM 2015

78.741

CRIANÇAS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATENDIDAS

mais de 230

MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

2.000

TURMAS

OS NÚMEROS DO PROERD DESDE O SEU INÍCIO

1.179.375

CRIANÇAS ATENDIDAS

Hoje, com 17 anos de atuação do PROERD, 1.179.375 crianças já foram atendidas pelo programa.



As crianças, como
estas da rede escolar
de São Miguel do
Oeste, são o públicoalvo de diversas
campanhas de
combate às drogas
realizadas pelo
PROERD

OUTRAS AÇÕES ANTIDROGAS

Além do PROERD, para fortalecer a prevenção e o enfrentamento às drogas, o Governo do Estado realizou em 2015 a campanha "Drogas. Não dá mais pra aceitar". Trata-se de um conjunto de ações multissetoriais com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a repercussão que o uso de drogas causa não apenas na vida do usuário, mas em todo o núcleo social em que ele está inserido. De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), a cada 10 casos de violência registrados em Santa Catarina, sete estão relacionados a drogas ilícitas. Entre a população carcerária, por exemplo, 42,1% dos presos são condenados por tráfico. O índice é maior que o de roubo (16,9%), furto qualificado (13,2%), homicídio (12,6%), furto simples (9,6%) e latrocínio (4%).

VIDEOMONITORAMENTO

Foram implantadas 303 câmeras de videomonitoramento em 29 cidades do Estado por meio dos programas de modernização da segurança pública de Santa Catarina – Pacto, Bem-Te-Vi e ENAFRON –, com investimento conjunto do Estado e dos municípios.

INOVAÇÃO

O PMDIGITAL é um projeto da Polícia Militar que tem como objetivo adotar melhores práticas administrativas e de tecnologia da informação para ganhos com agilidade, economia e padronização na gestão. Destaque para o PMSC Mobile, aplicativo que permite aperfeiçoar o processo de atendimento e registro de ocorrências. Com o PMSC Mobile, as informações antes constadas em 11 formulários de papel são sistematizadas em um único aplicativo informatizado, tornando o processo mais ágil e menos propenso a erros.

Iniciativa da
Polícia Militar,
o Programa
Educacional de
Resistência às
Drogas e à Violência
já atendeu mais
de 1,1 milhão
de crianças





Para reforçar a segurança, o Governo tem investido em sistemas de tecnologia como o de videomonitoramento e o PMSC Mobile

OBRAS FINALIZADAS

O Governo do Estado concluiu em 2015 um total de 17 obras da segurança pública, com mais de 11 mil metros quadrados de área construída. São elas:

- » reforma do quartel da PM, em Barra Velha;
- » construção da delegacia de polícia, DETRAN e IGP, em Camboriú;
- » construção do quartel da Polícia Militar, em Camboriú;
- » construção do quartel da Polícia Militar, em Cocal do Sul;
- » reforma da delegacia regional de polícia, em Criciúma;
- » construção do quartel da Polícia Militar, em Faxinal dos Guedes;
- » instalações elétricas da ACADEPOL, em Florianópolis;
- » piscina do Corpo de Bombeiros, em Florianópolis;
- » instalações elétricas do Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros, em Florianópolis;
- » construção da delegacia de polícia, em Garuva;
- » construção da delegacia de polícia, em Guaramirim;
- » reforma do quartel da Polícia Militar, em Mafra;
- » reforma da delegacia de polícia, em Morro Grande;
- » construção do quartel da Polícia Militar e da delegacia de polícia, em Palmeira;
- » substituição do telhado da 2ª Delegacia de Polícia de São José;
- » construção da sede do Instituto Geral de Perícias e do Departamento Estadual de Trânsito, em Sombrio; e
- » construção do quartel da Polícia Militar, em Três Barras.

OBRAS EM ANDAMENTO

Em 2015, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) também deu continuidade à construção, reforma e ampliação das sedes do DE-TRAN, IGP, delegacias, quartéis de Polícia e Bombeiro Militar em 11 cidades do Estado: Quilombo, Lages, Cocal do Sul, São José, Palmeira, Florianópolis, Massaranduba, Camboriú, Biguaçu, Xaxim e Gaspar.



O Águia 4, novo helicóptero que auxilia os municípios da Serra em emergências, como no combate a incêndios

HELICÓPTERO PARA A SERRA

Em 2015, a Secretaria de Estado da Segurança Pública adquiriu um helicóptero para a Região Serrana por meio de um convênio firmado entre a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e a PM. O objetivo é atender toda a população da região e, sob demanda, o Meio-Oeste, Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina. Com a aquisição, foi criada a Companhia de Aviação na cidade de Lages.

COMBATE AO CONTRABANDO

Santa Catarina participou da Operação Brasil Integrado (Fronteiras, Centro/ Sul e Sudeste) de combate ao contrabando e descaminho, na região Oeste do Estado. A Diretoria de Integração representou a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) nas reuniões de planejamento da operação, auxiliando na confecção do Plano Tático Estadual da Operação da SSP e no monitoramento de toda a execução.

OS NÚMEROS DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

NECRÓPSIAS

PERÍCIAS EM VIVOS

LAUDOS PELO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

INQUÉRITOS POLICIAIS INSTALADOS

BOLETINS DE OCORRÊNCIA

AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

MANDADOS DE PRISÃO

ATENDIMENTOS OPERACIONAIS (OCORRÊNCIAS DE SOCORRO, BUSCA/SALVAMENTO/RESGATE, COMBATE A INCÊNDIO, ETC.)

ATENDIMENTOS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO (VISTORIAS, ANÁLÍSES, ETC.)

ATENDIMENTOS NA OPERAÇÃO **VERANEIO 2015/2016 (SALVAMENTOS E ATIVIDADES PREVENTIVAS)**



NOVA SEDE

Em 2015, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) também deu continuidade às obras do Complexo da Segurança Pública, que abrigará os comandos da Polícia Militar (PM), da Polícia Civil (PC), do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), do Instituto Geral de Perícias (IGP) e do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), além de todas as

Diretorias da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Foram concluídas as torres 1 e 2, e foi construída a terceira torre. O prédio vai reduzir os custos com aluguéis e facilitar a comunicação entre as instituições e o atendimento aos cidadãos, possibilitando a prestação de serviços de forma integrada, eficiente e efetiva.

INDICADORES CRIMINAIS E DE ATIVIDADE POLICIAL

HOMICÍDIOS PARA CADA

HABITANTES, NO PERÍODO DE 12 MESES

OCORRÊNCIAS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANOS MATERIAIS

FURTOS

CASOS DE POSSE DE DROGAS

ENCONTRO/RECUPERAÇÃO DE OBJETOS

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

ROUBOS

CASOS DE LESÃO CORPORAL NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR

AMEAÇAS

CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CASOS DE PESSOAS FLAGRADAS CONDUZINDO VEÍCULO AUTOMOTOR SEM CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ASPECTOS SOCIAIS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Empreendedorismo e Inovação

Referência nacional em empreendedorismo e inovação, Santa Catarina investe para assegurar um ambiente cada vez mais propício aos negócios. O objetivo é garantir bons empregos aos catarinenses, ponto de partida para a dignidade e a qualidade de vida.

É O NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS EM SANTA CATARINA

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

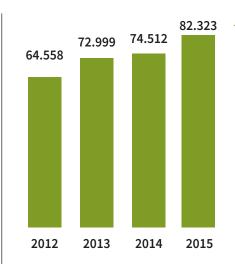
O Estado concede incentivos para atrair e manter investimentos em Santa Catarina. Em 2015:

- » mais de 1,2 mil empregos puderam ser criados por meio de ações do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que concede incentivo fiscal para a implantação ou a expansão de empreendimentos industriais;
- » 11 mil operações de crédito de até R\$ 3 mil foram concedidas para microempreendedores individuais por meio do projeto Juro Zero;
- » o projeto Economia Verde e Solidária disponibilizou recursos para 41 empreendimentos produtivos de baixa renda e sem fins lucrativos, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

SIMPLIFICA JUCESC

Para desburocratizar a abertura de empresas e atender melhor os empreendedores, a Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) investiu em uma série de serviços:

- » Jucesc Móvel (aplicativo para celular) - 1,2 milhão de consultas;
- » 90 Minutos (tempo para abertura de Sociedades Limitadas, Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada e Empreendedores Individuais) – 1.982 processos;
- » Via Azul (atendimento prioritário para empresas com capital igual ou superior a R\$ 5 milhões) -1.735 processos;
- » Plantão Processual -20 mil atendimentos; e
- » Praça do Empreendedor 7 mil atendimentos.



Número de empresas abertas em SC - Evolução



Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pery, no Rio Canoas, em Curitibanos

SC+ENERGIA

O SC+Energia é uma ação em parceria com outras Secretarias e órgãos governamentais, como JUCESC e FATMA. Visa ao fomento de investimentos em energias alternativas em Santa Catarina, principalmente as limpas e renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

GERAÇÃO TEC

Em 2015, mais de 1.100 mil jovens e adultos foram formados em cursos gratuitos oferecidos pelo Programa Geração TEC. O objetivo é garantir a profissionalização do mercado de trabalho na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

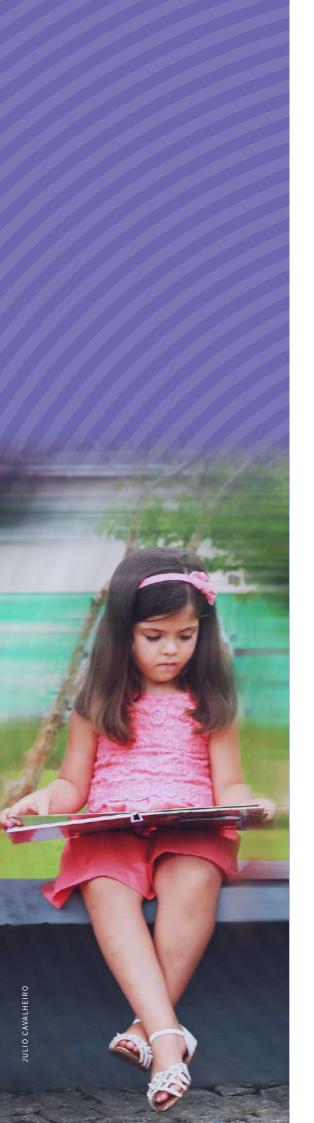
INOVAÇÃO

O Governo do Estado, em parceria com os municípios, está construindo Centros de Inovação com o objetivo de consolidar a cultura inovadora e empreendedora em Santa Catarina. No total, serão investidos R\$ 60 milhões pelo Pacto por Santa Catarina. Os Centros de Inovação das cidades de Chapecó, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Tubarão e Joaçaba já estão em construção. Os de Blumenau, Criciúma, Florianópolis e Joinville estão aguardando licitação.

Com o Programa SC+Energia, o Governo está estimulando empreendimentos de energias alternativas







Equilíbrio socioeconômico e resiliência diante da crise



o ano foi marcado por uma considerável retração da atividade econômica no País, ocasionada em grande parte pelo descontrole

fiscal do Governo

Federal, que gerou

inflação e incertezas

A ECONOMIA CATARINENSE

Santa Catarina se diferencia dos demais estados brasileiros por seu maior equilíbrio demográfico, social e econômico. A variedade de clima e relevo bem como a influência de uma formação cultural variada contribuíram para um desenvolvimento econômico bastante difuso e diversificado.

Esse perfil socioeconômico tem permitido ao Estado não somente uma maior resiliência diante da crise que afetam o País como também a obtenção dos melhores indicadores de educação, saúde e segurança pública.

Essa condição, com o bom equilíbrio fiscal do Estado, possibilitou atenuar o efeito da crise econômica que o País enfrenta desde 2014 e ainda atrair investimentos em inúmeras atividades, que vão desde a agricultura ao turismo.

No entanto, as incertezas no campo político e econômico em âmbito federal acabaram atingindo o Estado. Seus efeitos se fizeram sentir gradativamente ao longo do ano na maioria dos setores produtivos, no emprego e na arrecadação. Ainda assim, Santa Catarina exibiu indicadores econômicos melhores que o da média brasileira.

De toda forma, o ano foi marcado por uma grande retração da atividade

econômica no País, ocasionada em grande parte pelo descontrole fiscal do Governo Federal, que gerou inflação e incertezas, tendo por consequência a elevação dos juros, a redução do consumo das famílias, a queda no emprego, na renda e nos investimentos.

O cenário internacional também não ajudou. A desaceleração em importantes economias, especialmente a da China, derrubou o preço internacional das commodities, dificultando ainda mais a economia brasileira.

Somou-se a isso a crise política gerada no período pós-eleitoral de 2014, que veio acompanhada de escândalos de corrupção de proporções inéditas, derrubando as expectativas dos agentes econômicos aos níveis mais baixos das séries históricas.

Assim, para 2015, estima-se uma retração econômica de 2,7% na economia estadual, enquanto em nível nacional essa retração foi de 3,8%.

O adiamento dos ajustes necessários para criar um ambiente presente e futuro que assegure previsibilidade e confiança na economia tem sido um entrave à retomada do crescimento. Ainda não há uma perspectiva clara de reversão da crise que atingiu o País.

PRODUTO INTERNO BRUTO

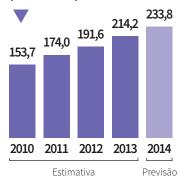
De acordo com os resultados oficiais que contemplam a incorporação de uma nova classificação de produtos e atividades, e tendo o ano de 2010 como base de referência, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual atingiu R\$ 214,2 bilhões em 2013, registrando um crescimento real de 3,6%. O Estado posiciona--se como a 6º economia do País.

Para 2014, as últimas previsões indicam um crescimento de 2,6%, elevando o PIB nominal para um valor superior a R\$ 230 bilhões, aproximadamente 4% do total nacional. O setor de serviços é a sua principal atividade econômica, que representou 63,2% do total. A indústria participou com 29,9%, e a agropecuária, com 6,9%.

Em 2015, a economia catarinense sofreu ao longo do ano o reflexo da crise econômica e política em nível nacional, com o seu PIB registrando uma retração de 2,7% segundo cálculos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) baseados em indicadores disponíveis até janeiro de 2016.

Os serviços (cerca de 63% do PIB) retraíram 2,8%, principalmente devido à queda no comércio, que foi de 8,2%, e nos transportes, de 4,9%. A indústria de transformação caiu 6,8% (destaque para a metalúrgica, a de máquinas elétricas, a têxtil e a de máquinas e equipamentos), enquanto a construção civil caiu 1,4%. O crescimento da agropecuária, dos serviços industriais de utilidade pública, da administração pública (APU) e de algumas outras atividades dos serviços não foi suficiente para compensar a retração dos demais. Os dados são previsões baseadas nos principais indicadores da atividade econômica do Estado, já que a estimativa mais recente do PIB estadual e dos seus municípios é para o ano de 2013.

Produto Interno Bruto de Santa Catarina - Base 2010 (R\$ bilhões)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF

PIB por Setor em 2014



Fonte: Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF

2010 2011 2012 2014 2013 2015 2016 Estimativa Previsão SC 5,4 3,5 1,6 3,6 2,6 -2,7 - Brasil 7,6 3,9 1,8 2,7 0,1 -3.8 -1,9

Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil e Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF

Taxa de Crescimento Real do PIB (%)



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB

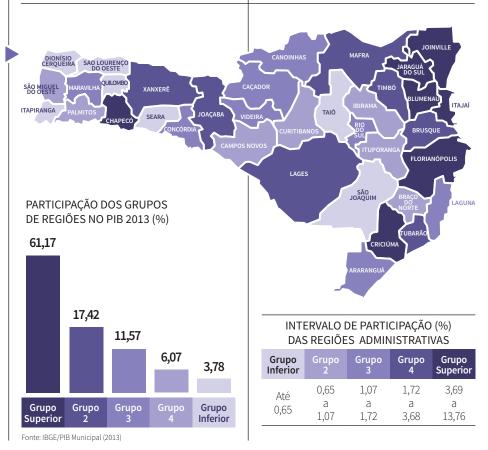
Apesar de Santa Catarina se distinguir entre os demais estados brasileiros pela diversidade e pelo relativo equilíbrio na distribuição da sua economia pelo território, observa-se um claro adensamento na região litorânea e no Vale do Itajaí. Assim, as regiões administrativas da Grande Florianópolis, de Joinville, de Itajaí, de Blumenau, de Criciúma, de Jaraguá do Sul e de Brusque concentram 61% da economia estadual.

A indústria tem expressiva concentração no Litoral Norte, na Grande Florianópolis e no Vale do Itajaí. Nas demais regiões do Estado, ainda se destacam o segmento agroindustrial no Oeste e o madeireiro na Região Serrana. A indústria de base tecnológica, além de estar presente na Grande Florianópolis, também é destaque em Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville.

Apesar dessa concentração regional, Santa Catarina é o estado brasileiro onde a indústria de transformação é a maior atividade econômica em 33% dos seus municípios, sendo a melhor distribuição da indústria entre os demais estados da Federação.

Assim como a indústria, a produção de serviços também está bastante concentrada nas regiões litorâneas. A agropecuária é a atividade mais dispersa pelo território, embora possua maior expressão no Oeste do Estado. Tem grande vínculo com os setores industriais e de serviços, assim como importância significativa para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente o comércio e os serviços.

Distribuição Espacial do **Produto Interno Bruto** Segundo as Regiões Administrativas - Santa Catarina - 2013



Participação	Ranking
10,25%	1
7,17%	2
6,84%	3
6,01%	4
3,66%	5
	10,25% 7,17% 6,84% 6,01%

Fonte: IBGE/PIB Municipal

No que se refere ao PIB per capita, Santa Catarina se mantém em posição de destaque, com um valor estimado para 2014 de R\$ 34.759, quase 28% acima da média nacional, que era de R\$ 27.229. Em 2013, último ano que permite a comparação entre os estados, Santa Catarina tinha o quarto maior PIB per capita brasileiro.

VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR ECONÔMICO

Segundo as estimativas para 2014, o setor de serviços foi responsável por R\$ 124,7 bilhões, o equivalente a 63% do total produzido no Estado. A indústria gerou R\$ 58,8 bilhões (29,9%), e a agropecuária, com uma participação de 6,9%, gerou em 2014 R\$ 13,7 bilhões.

Setor Terciário

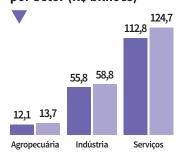
O setor de serviços é o maior no Estado, com uma participação de 62,4% no PIB em 2013. Entre as suas atividades, a principal é o comércio e reparação de veículos, seguida pela administração pública e pelas atividades imobiliárias.

		Serviços	Participação	Participação	
Atividade Econômica dos Serviços	Valor	Participação (%)	(%) no VAB de SC	(%) dos serviços de SC no Brasil	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	27.376,46	24,27	15,2	4,5	
Transporte, armazenagem e correio	8.129,27	7,21	4,5	4,0	
Alojamento e alimentação	3.898,39	3,46	2,2	3,6	
Informação e comunicação	3.982,80	3,53	2,2	2,5	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5.751,36	5,10	3,2	2,2	
Atividades imobiliárias	18.425,78	16,33	10,2	4,4	
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	11.205,93	9,93	6,2	3,1	
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	24.194,42	21,45	13,4	3,2	
Saúde e educação mercantil	5.100,92	4,52	2,8	3,4	
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	3.309,16	2,93	1,8	4,0	
Serviços domésticos	1.427,78	1,27	0,8	2,7	
TOTAL	112.802,29	100,00	62,4	3,6	

Fonte: IBGE

Participação dos Cinco Maiores Municípios no PIB de Santa Catarina e Colocação no Ranking em 2013

Produto Interno Bruto por Setor (R\$ bilhões)



Fonte: IBGE e Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF

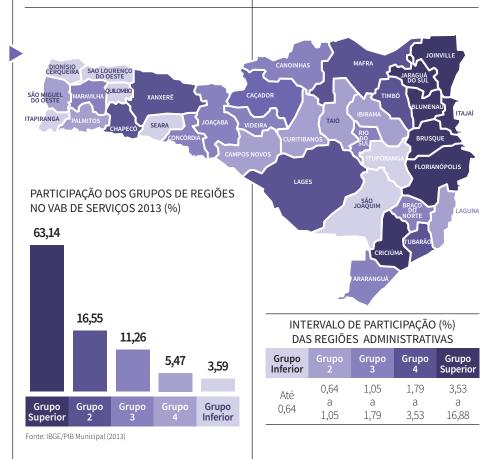
Santa Catarina - Valor Adicionado Bruto (VAB) das Atividades Econômicas dos Serviços, Contribuição das Atividades no VAB e Participação no Brasil em 2013 (R\$ milhões)



Santa Catarina contribuiu com 3,6% dos serviços produzidos no País, entretanto, algumas de suas atividades superam essa média. É o caso do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 4,5% da produção nacional, das atividades imobiliárias, com 4,4%, dos transportes, armazenagem e correio, com 4%, e da produção artística e de lazer, igualmente com 4%.

O setor de serviços também é bastante concentrado nas regiões litorâneas. Na Grande Florianópolis, que concentra a administração pública, os serviços de saúde e educação, o comércio, os serviços financeiros e turísticos do Estado, a produção de serviços tem maior expressão. As regionais de Itajaí (serviços portuários), Joinville (comércio e outros) e Blumenau (diversos), juntamente com a Grande Florianópolis, respondem por 50% da produção de serviços do Estado. As sete maiores regiões, que além das anteriores incluem Criciúma, Chapecó e Jaraguá do Sul, juntas respondem por 63% dos serviços.

Distribuição Espacial do Valor Adicionado Bruto do Setor de Serviços Segundo as Regiões Administrativas em 2013



Joinville é o maior município produtor de serviços do Estado, com 9,35% do total. Seguem no ranking Florianópolis, Itajaí, Blumenau e São José, que juntos geram 35,6% do valor dos serviços estaduais.

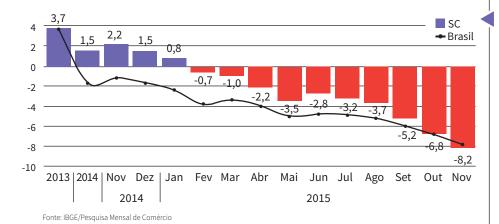
Participação	Ranking
9,35%	1
9,16%	2
6,73%	3
6,28%	4
4,13%	5
	9,35% 9,16% 6,73% 6,28%

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2013)

Santa Catarina: Participação e Posição dos Cinco Maiores Municípios no Setor de Serviços em 2013

Evolução das Vendas do Comércio Varejista Catarinense

O subsetor comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas constitui a principal atividade do setor de serviços, com a participação de 24,3% no Estado. O volume de vendas no comércio varejista é um importante indicador da atividade econômica e reflete o comportamento da renda, do emprego e da confiança na economia.



Observa-se, desde 2014, uma brusca retração das vendas. No acumulado de 12 meses até novembro de 2015, o volume das vendas caiu 8,2% na comparação com o período anterior, sendo o 10°

mês consecutivo de queda. Inflação elevada, juros altos, desemprego, redução da massa salarial e pessimismo no mercado foram as principais causas dessa retração.

SETOR SECUNDÁRIO

O setor secundário consiste na agregação das atividades da indústria extrativa mineral, da indústria de transformação, da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, esgoto e limpeza urbana (SIUP), e da construção civil.

Esse setor é o segundo maior da economia do Estado, contando com

uma participação de 30,9% no PIB em 2013. Entre as suas atividades, a principal é a indústria de transformação, que gera 71% do valor adicionado do setor, seguida pela construção civil, com 20%. Isoladamente, a participação da indústria de transformação no PIB estadual é de 21,9%.

Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado. Taxa Percentual de Crescimento Acumulada em 12 Meses (Base: 12 Meses Anteriores)



Santa Catarina gerou 4,9% da produção industrial do País. A indústria da transformação, exclusivamente, produziu 7,1%. Já os serviços industriais de utilidade pública produziram 4,4%, a construção civil 3,8% e a extrativa 0,5%.

Valor Adicionado Bruto (VAB) das Atividades Econômicas da Indústria de SC, Contribuição das Atividades no VAB e Participação no Brasil em 2013 (R\$ milhões)

Atividade Econômica		INDÚSTRIA	Participação	Participação (%)	
da Indústria	Valor	Participação (%)	(%) no VAB de SC	da Indústria de SC no Brasil	
Indústrias extrativas	894,5	1,60	0,50	0,47	
Indústrias de transformação	39.582,6	70,98	21,91	7,08	
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.110,1	7,37	2,27	4,43	
Construção	11.177,9	20,04	6,19	3,83	
INDÚSTRIA TOTAL	55.765,1	100,00	30,86	4,93	

Fonte: IBGE

Distribuição Espacial da Indústria

A economia industrial do Estado é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere a Santa Catarina padrões de desenvolvimento equilibrado entre as suas regiões.

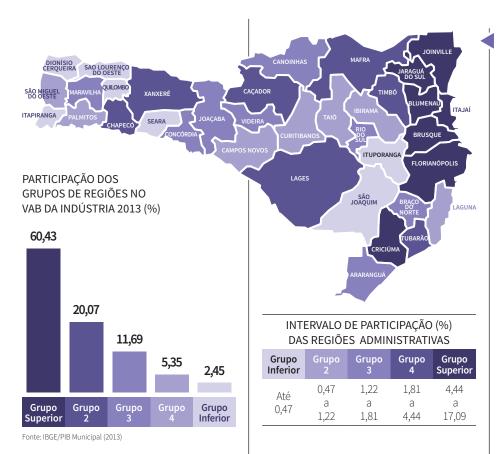
Apesar dessa diversificação e distribuição pelo território, o parque industrial catarinense vem cada vez mais se concentrando nas regiões litorâneas, especialmente no Litoral Norte e no Vale do Itajaí. Os setores mais expressivos naquela região são os de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, vestuário, mobiliário, cristais, como também os setores têxtil e naval.

Na região de Criciúma, destaca-se o setor cerâmico, de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos, enquanto na Grande Florianópolis o setor que se sobressai é o tecnológico.

No Oeste, o destaque é para a indústria de alimentos e para a de móveis. Na Região Serrana, destaca-se a indústria madeireira.

A indústria alimentar é bastante forte, sendo o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do País. É líder também em pescados. Na pauta de exportações, carnes e miudezas comestíveis são o primeiro produto. A indústria alimentar é a segunda maior empregadora entre os segmentos industriais. São 3.432 indústrias que empregavam 105,2 mil trabalhadores em 2014.

Na indústria têxtil e do vestuário, o Estado é o segundo maior polo do País. Produtos de maior valor agregado também fazem parte de seu portfólio, podendo-se citar geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, blocos e cabeçotes para motor, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança.



Distribuição Espacial do Valor Adicionado Bruto do Setor Industrial Segundo as Regiões Administrativas em 2013

A região de Joinville responde por cerca de 17% da produção industrial, sendo que as sete maiores regiões do Estado (Joinville, Blumenau, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma, Itajaí e Brusque) produzem juntas cerca de 60% da produção industrial.

Joinville é o maior município industrial de Santa Catarina, com 13,41% do total. Seguem no ranking, respectivamente, os municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó e Brusque, que com Joinville geram 32,28% da produção da indústria.

Municípios	Participação	Ranking
Joinville	13,41%	1
Blumenau	6,67%	2
Jaraguá do Sul	6,46%	3
Chapecó	2,93%	4
Brusque	2,81%	5
Fonte: IBGE/PIB Municipal (2013)		

Santa Catarina:
Participação e Posição
dos Cinco Maiores
Municípios no Setor
Secundário em 2013

Evolução da Produção da Indústria de Transformação Catarinense

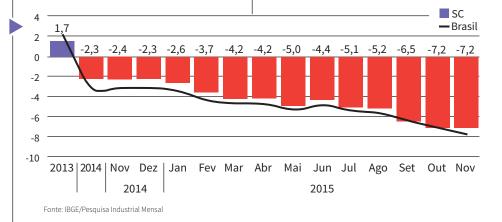
A produção física da indústria é um indicador de curto prazo no que se refere ao comportamento da produção indus-

trial. Por meio dele, é possível mensurar o ritmo da atividade da indústria de transformação no País e nos estados.



Os dados revelam que a indústria foi o setor mais afetado pela crise. Nos últimos 12 meses até novembro de 2015, a produção industrial teve um recuo de 7,2% em comparação com o mesmo período anterior, intensificando a trajetória de queda iniciada em 2014.

Produção Física da Indústria. Taxa Percentual Acumulada de Crescimento em 12 Meses (Base: 12 Meses Anteriores)



Das 12 atividades industriais pesquisadas, 11 reduziram a produção em 2015 na comparação com 2014. Os setores que mais influenciaram a queda foram os de metalurgia, de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, de máquinas e equipamentos, de produtos têxteis e da indústria automotiva.

A persistente queda na produção e nas vendas manteve o pessimismo dos empresários catarinenses nos níveis mais baixos da série histórica.

SETOR PRIMÁRIO

O setor primário consiste nas diversas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca. Suas características, em Santa Catarina, são de uma produção diversificada e que representa a base econômica da maioria dos seus municípios.

Esse setor destaca-se pelos altos índices de produtividade da agropecuária e pela sua vinculação com os complexos agroindustriais fundados no Estado, que resultaram em avançadas cadeias produtivas da avicultura e da suinocultura, principalmente.

Importante fonte de divisas, os produtos do agronegócio foram responsá-

veis por 63% das exportações catarinenses em 2014, patamar que deverá se manter em 2015. Na pauta de exportações, carnes e miudezas comestíveis são o primeiro produto.

A forte aptidão florestal também constituiu a base de relevante polo industrial de madeira, papel e móveis. Santa Catarina é o terceiro estado produtor de papel e celulose do Brasil.

Com mais de 561,4 quilômetros de costa oceânica, o Estado é também um grande produtor de pescados e crustáceos, sendo o produtor do País que mais se destaca no cultivo de ostras, vieiras e mexilhões.

Produção dos Principais Produtos Agropecuários e Participação Nacional

O setor contribuiu com 6,7% do PIB em 2013. Entre as suas atividades, a principal é a agricultura, que gerou 51,8% do valor adicionado do setor, seguida pela pecuária, com 33,4%. Isoladamente, a participação da agricultura no PIB estadual é de 3,48%.

O setor primário de Santa Catarina participa com 5% da produção primária do País. Considerando-se apenas as produções florestal e pesqueira, a participação do Estado é de 8,3%, a da pecuária é de 6,6% e a da agricultura é de 4%.

Atividade Econômica da Agricultura	Valor	Participação (%)	Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) da agropecuária de SC no Brasil
Pecuária	4.049,1	33,4	2,24	6,59
Agricultura	6.284,8	51,8	3,48	4,00
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.789,8	14,8	0,99	8,24
TOTAL	12.123,7	100,0	6,71	5,05

Fonte: IBGE

O Estado destaca-se como o maior produtor nacional de carne suína, cebola e alho, e o segundo de frango, arroz, fumo e maçã.

A suinocultura catarinense é competitiva internacionalmente. Possui o melhor nível de produtividade do País tanto no campo como na indústria. Tem os índices de produtividade semelhantes e superiores aos dos produtores europeus e americanos.

O segmento contribuiu, em 2014, com 37,2% das exportações de carne suína do Brasil. O montante exportado corresponde a 6,6% do total das exportações estaduais e a 0,7% das exportações brasileiras.

A avicultura catarinense é também marca reconhecida globalmente, sendo referência estratégica para a avicultura mundial, nacional e do Mercosul. O setor se desenvolveu adotando o modelo de parceria produtor/indústria implantado em Santa Catarina a partir do início dos anos 1970.

Com aproximadamente 17% da produção nacional (2,2 milhões de toneladas em 2014), a avicultura de Santa Catarina possui uma qualidade igual ou superior à obtida em outros países de avicultura adiantada. Além de atender a uma grande parte do mercado interno, o segmento participa com 25,5% das exportações brasileiras de carne de frango. Esse montante exportado corresponde ainda a 21,1% do total das exportações estaduais e a 3,3% do total das exportações brasileiras. Os principais destinos são Europa, Oriente Médio e Japão.

Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária Catarinense por Atividade, Participação das Atividades no VAB do Estado e Participação de SC no VAB por Atividade Econômica da Agricultura Brasileira em 2013 (R\$ milhões)



Agropecuária Catarinense -Participação e Posição na Produção Nacional em 2014

Produtos	Produção (toneladas)	Participação no Brasil (%)	Posição no Brasil
Alho	21.409	22,8	1º
Arroz em casca	1.082.441	8,9	2º
Banana	701.484	10,1	40
Batata-Inglesa	115.784	3,1	7°
Cebola	474.709	28,8	10
Feijão	145.171	4,4	7°
Fumo	258.245	29,9	2º
Maçã	633.079	45,9	2º
Mandioca	443.462	1,9	13°
Milho	3.149.729	3,9	80
Soja	1.668.235	1,9	110
Tomate	184.482	4,3	80
Aves	2.179.289	17,4	2º
Bovinos	93.615	1,2	140
Suínos	815.951	25,6	10
Leite (mil litros)	2.983.250	8,5	5°

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

A avicultura e a suinocultura são duas das mais importantes atividades econômicas do Estado, tendo grande impacto na produção agrícola, nos empreendimentos rurais, na logística, na produção de máquinas e equipamentos de alimentação animal, no varejo, entre outros.

A produção leiteira catarinense está em rápida expansão e passa por intenso processo de desenvolvimento tecnológico, especialmente na Região Oeste do Estado. Santa Catarina é o quinto produtor do Brasil e já participava, em 2014, com 10,4% da produção nacional adquirida pelas indústrias

inspecionadas, o dobro da participação de 10 anos atrás.

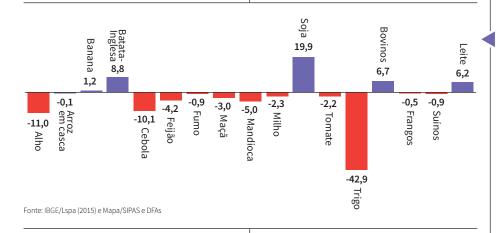
A produção florestal do Estado também é destaque. Com pouco mais de 9% da área plantada no País com pinus e eucalipto, Santa Catarina foi o sexto maior exportador de produtos florestais, respondendo por 10,1% do valor. Esse montante correspondeu a 11,1% do total exportado pelo Estado, em 2014.

Santa Catarina ainda é líder na produção nacional de moluscos, atividade que vem crescendo rapidamente no Estado. Atingiu 21,5 mil toneladas em 2014, empregando cerca de 3.400 pessoas em 12 municípios do litoral.

Desempenho da Produção dos Principais Produtos Agropecuários

Em 2015, com os dados preliminares disponíveis até o mês de dezembro, a produção agrícola indicava crescimento em volume, de 1,8%, e em preços, de 5,9%, na comparação com os dados da safra anterior.

A produção pecuária no mesmo período apontava um crescimento de 1,77%, enquanto os preços cresceram 0,8% na comparação com os dados do ano anterior. Os preços em ambas as comparações são nominais.



Variação Percentual na Produção Agropecuária 2015/2014

Problemas climáticos ao longo de 2015, especialmente a falta de frio e o excesso de umidade, afetaram as lavouras do Estado, derrubando a produção e a produtividade. Também vem ocorrendo um processo de avanço da cultura da soja, substituindo áreas an-

tes destinadas à cultura do milho ou à fruticultura.

Entre os 17 principais produtos agrícolas do Estado, 12 reduziram a produção em 2015 e cinco aumentaram, com destaque para a produção de soja, que apresentou o aumento mais expressivo.

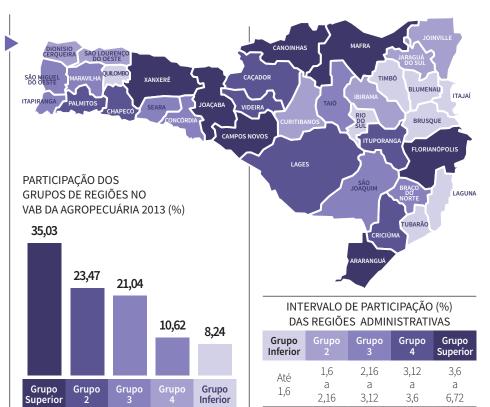
Distribuição Geográfica da Produção

A agropecuária é a atividade mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste e no Planalto Norte do Estado. Tem relevante vínculo com os setores industriais e de serviços e grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente o comércio e os serviços.





Participação (%) do Valor Adicionado Bruto do Setor Primário Segundo as Regiões Administrativas do Estado em 2013



1,6

2,16

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2013)

Observa-se, dessa forma, que as sete maiores regiões agropecuárias do Estado participaram com 35% da produção. Nesse grupo, estão as regiões do intervalo de participação entre 3,6% a 6,7%. Além de regiões do Oeste e do Planalto Norte, destaca-se a participação da Grande Florianópolis (hortaliças, plantas ornamentais e pesca) e da região de Araranguá (arroz, fumo e aves). As regiões do litoral Norte e Baixo Vale do Itajaí são as de menor produção primária do Estado.

3,12

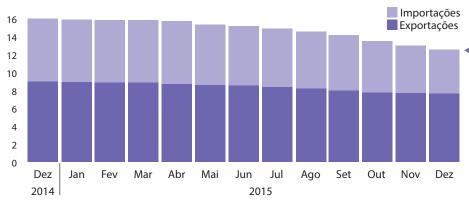
3,6

6,72



COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2015, o saldo da balança comercial catarinense teve um déficit de US\$ 4,9 bilhões, montante inferior aos US\$ 7 bilhões do ano anterior. A redução no déficit deve-se, principalmente, a uma queda nas importações maior do que aquela verificada nas exportações.



Valor Acumulado em 12 meses (US\$ bilhões)

Evolução da Balança

Comercial de SC -

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As exportações catarinenses atingiram US\$ 7,6 bilhões em 2015. O montante exportado equivale a 4,1% das exportações brasileiras no ano. O Estado é o 10º maior exportador nacional.

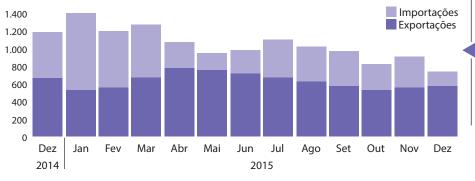
Do total exportado, 18% foram classificados como bens de capital, 44% como bens intermediários e 37% como bens de consumo.

No mesmo ano, as importações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 12,6 bilhões, o que representa 7,4% do total importado pelo Brasil. Santa Catarina é o 3º maior importador do País.

Do total importado, 19% foram classificados como bens de capital, 55% como bens intermediários e 25,6% como bens de consumo.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Nem mesmo a forte desvalorização do real ao longo de 2015 ajudou nas exportações do Estado, que caíram, em dólares, 15% em relação ao ano anterior, queda semelhante à verificada nacionalmente. As importações tiveram uma queda maior, de 21%, enquanto as importações em nível nacional caíram 25%.



Comércio Exterior de Santa Catarina. Valor Mensal (US\$ milhões)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)



A retomada das exportações deverá ser lenta. Depois do longo período de câmbio apreciado, muitas vendas foram reduzidas ou extintas, e o foco se voltou ao mercado interno. Por outro lado, a retração econômica no Brasil e o encarecimento das importações estão reduzindo as compras externas.

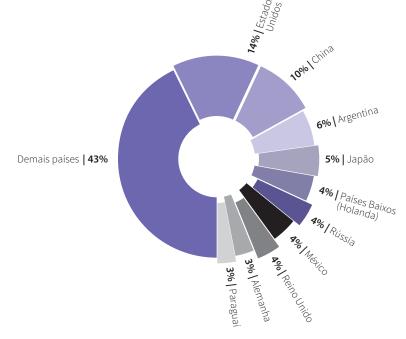
A economia brasileira está muito focada no mercado interno e tem dificul-

dade de aumentar a sua participação no mercado global. O declínio na competitividade dos produtos brasileiros decorre da baixa eficiência da economia brasileira, que enfrenta competidores globais cada vez mais arrojados e por vezes servidos de legislações mais favoráveis, de melhor infraestrutura e de trabalhadores mais bem qualificados.

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES EM 2015

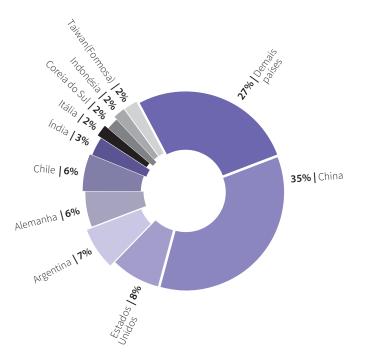
O destino das exportações estaduais é bastante diversificado. Entre os principais blocos, destacou-se a Ásia, que adquiriu 24% do total, seguida pela América Latina (22%), pela União Europeia (19%), pelos Estados Unidos (14%) e pelo Oriente Médio (6,6%). Considerando-se os países isoladamente, o principal destino foram os EUA (13,7%), a China (9,9%) e a Argentina (6%), que juntos adquiriram quase 30% das exportações estaduais.

Principais Destinos das Exportações Catarinenses em 2015



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As importações são bem mais concentradas. A Ásia atendeu a 51% das importações estaduais, e somente a China importou 35% do total. Isoladamente, os principais parceiros comerciais (Estados Unidos, China e Argentina) responderam por 49,8% daquilo que foi importado pelos portos catarinenses.



Origem das Importações Catarinenses em 2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS

O complexo agroindustrial destaca--se na pauta de exportações estaduais, sendo responsável por cerca de 60% do total exportado. Os quatro principais produtos exportados em valor, em 2015, foram frangos, soja, fumo e suínos, respectivamente. Entre as 10 maiores empresas exportadoras de Santa Catarina, sete tinham vinculação com o agronegócio. A BRF S.A. foi a empresa que mais exportou, seguida pela Seara Alimentos Ltda. As exportações das 10 maiores empresas de 2015 representaram 53% das exportações totais do Estado.

	Descrição	2015 US\$ F.O.B ¹	Participação nas Exportações Totais de SC (%)
1	BRF S.A.	719.158.675	9,41
2	SEARA ALIMENTOS LTDA.	689.039.628	9,01
3	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.	581.755.794	7,61
4	COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS	439.705.327	5,75
5	TUPY S.A.	405.010.857	5,30
6	WHIRLPOOL S.A.	394.722.845	5,16
7	SOUZA CRUZ S.A.	334.098.384	4,37
8	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURAOENSE LTDA.	185.730.013	2,43
9	BUNGE ALIMENTOS S.A.	185.371.655	2,43
10	JBS AVES LTDA.	143.825.172	1,88

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Exportações Catarinenses -Principais Empresas em 2015

 $A sigla F.O.B significa \textit{free on board} \ e \ m \ portugue \^s \ pode \ ser \ traduzida \ por "livre \ a \ bordo". Nesse tipo \ de \ frete, o \ comprador$ $assume\ todos\ os\ riscos\ e\ custos\ com\ o\ transporte\ da\ mercadoria\ assim\ que\ el a\ e\ colocada\ a\ bordo\ do\ navio.\ Por\ conta\ e$ risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador.



MERCADO DE TRABALHO

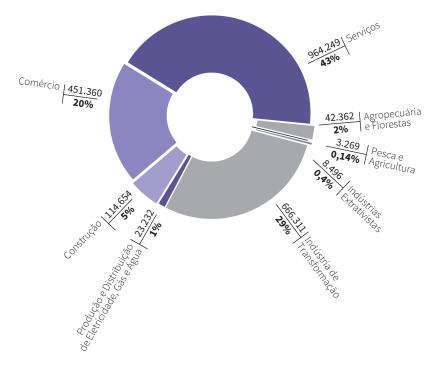
A queda prevista para o PIB estadual em 2015 teve forte repercussão no mercado de trabalho. Embora o Estado tenha, nos últimos anos, exibido taxas muito baixas de desemprego, o aprofundamento da crise política e econômica em nível nacional acabou afetando o mercado de trabalho.

EMPRESAS E EMPREGOS

De acordo com os últimos dados disponíveis, o estoque de emprego da economia catarinense em 2014 foi estimado em 2.273.933 trabalhadores, distribuídos em 223.029 estabelecimentos. O setor de serviços foi o que mais empregou, absor-

vendo 43% desse montante. A indústria de transformação foi a segunda maior, com 29% do total, seguida pelo comércio, com 20%. Juntos, esses três setores responderam por 92% dos postos de trabalho na economia catarinense.

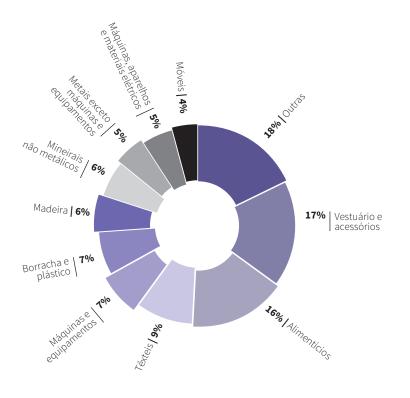
Número de Trabalhadores por Atividade Econômica em Santa Catarina em 2014



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2014)

A indústria de transformação catarinense ocupa uma posição de destaque no Brasil, sendo a quarta em quantidade de empresas (34.216) e a quinta em

número de trabalhadores. Os segmentos do vestuário e alimentar são os que mais empregam no Estado, seguidos pelo setor de artigos têxteis.



Indústria de Transformação: Trabalhadores por Atividade em Santa Catarina

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2014)

As microempresas são as maiores geradoras de emprego no Estado. As 207.036 microempresas catarinenses correspondem a 93% do total de estabelecimentos e empregam 32% dos trabalhadores. Já as grandes empresas representam 0,2% dos estabelecimentos e empregam 26% do total de trabalhadores. Santa Catarina possui uma média de 10,2 trabalhadores por empresa.

	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Empresas	207.036	13.324	2.252	417	223.029
Trabalhadores	735.896	504.947	447.018	586.072	2.273.933
Trabalhadores por Empresa	3,6	37,9	198,5	1.405,45	10,2

Micro: 0 a 19 empregados; Pequena: 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: 500 empregados ou mais.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2014) – CNAE 2.0

Número de Estabelecimentos e Trabalhadores do Estado em 2014, por Atividade e Tamanho

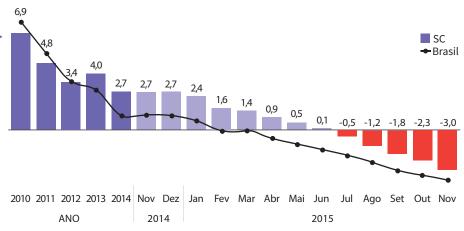




EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado pela contínua e significativa queda na taxa de crescimento do emprego. O saldo de empregos formais foi negativo e crescente. Em 12 meses até novembro, na comparação com o mesmo período anterior, foram fechados 61,6 mil postos de trabalho, o que representa uma queda de quase 3%. No País, no mesmo período, a queda foi de 3,7%, ou 1,5 milhão de postos fechados.

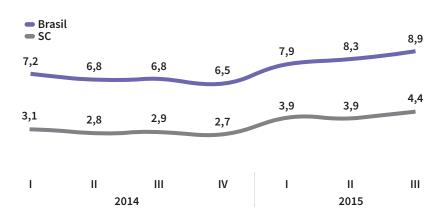
Taxa Percentual Acumulada de Crescimento em 12 Meses (Base: 12 meses anteriores)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

Evolução da Taxa de Desocupação

Naquele período, no Estado, a indústria de transformação liderou as demissões, seguida pela construção civil e pelos serviços. O único setor que teve crescimento positivo foi a agropecuária.



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

A taxa de desocupação em Santa Catarina foi a menor do País em 2015. Manteve-se estável ao longo do primeiro semestre em 3,9%, passando a 4,4% no terceiro trimestre. Embora em patamares baixos, as taxas mostraram tendência de

elevação quando comparadas a 2014, apesar de estarem significativamente abaixo da média nacional. O rendimento médio do trabalho em Santa Catarina, no terceiro trimestre de 2015, estava em R\$ 2.042 contra R\$ 1.866 no País.



SANTA CATARINA EM 2015

ASPECTOS FINANCEIROS



As ações certas contra a incerteza



PANORAMA GERAL

O ano de 2015 foi marcado por uma grande retração da atividade econômica no País, acompanhada de aumento da inflação, incerteza dos mercados, diminuição de investimentos e redução do consumo das famílias, mostrando que a economia brasileira está em recessão.

Em Santa Catarina, para minimizar os efeitos dessa recessão e evitar o desequilíbrio das contas públicas, diferentes ações foram empreendidas, não apenas em termos econômicos e financeiros, mas também na gestão administrativa e fiscal.

As principais ações envolveram a qualificação dos gastos públicos, o contingenciamento de despesas, a revisão de contratos, a extinção e a reorganização de Secretarias, assim como a reforma da previdência estadual.

Essa dinâmica objetivou garantir um Estado sustentável, com estruturas capazes de continuar entregando serviços de qualidade aos cidadãos catarinenses, e refletiu no aperfeiçoamento da gestão.

Assim, mesmo diante de dificuldades, Santa Catarina conseguiu, sem aumentar a carga tributária, dar prosseguimento às suas políticas. Os resultados alcançados refletem o esforço constante de supervisão da administração, incorporando às suas práticas de planejamento o gerenciamento intensivo.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento do setor público estadual é consolidado a partir de três instrumentos, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e
- 3) Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o ano de 2015, o sistema orçamentário do Estado foi estruturado da seguinte forma:

PPA 2012 - 2015

Lei nº 15.722/2011

Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada

LDO

Lei nº 16.445/2014

Orientou a elaboração do orçamento de 2015, definindo prioridades e metas

LOA

Lei nº 16.530/2014

Estimou a receita e fixou a despesa de 2015

ASPECTOS FINANCEIROS

A Lei Orçamentária Anual estimou as receitas e fixou as despesas do Estado de Santa Catarina para o exercício financeiro de 2015, de acordo com as prioridades do PPA e com as regras estabelecidas pela LDO.

A LOA compreende:

- I os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referentes aos três Poderes do Estado, seus fundos, seus órgãos, suas autarquias e suas fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como as empresas estatais dependentes; e
- II o Orçamento de Investimento das empresas não dependentes, das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

RECEITAS

Em 2015, a receita bruta prevista na Lei do Orçamento foi de R\$ 33,433 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Da receita bruta, deve-se subtrair os valores previstos de impostos que pertencem aos municípios (25% ICMS e 50% IPVA, por exemplo), os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as restituições de tributos aos contribuintes e outras deduções, que juntos constituem as chamadas "Deduções da Receita" e que somaram R\$ 8,616 bilhões em 2015.

Dessa forma, chega-se à receita líquida, que foi estimada em R\$ 24,816 bilhões em 2015. Foi sobre esse valor que foram fixadas as despesas.

Apesar dos esforços de arrecadação, as receitas do Estado tiveram redução da taxa de crescimento ao longo de 2015, fechando o ano com o valor bruto de R\$ 30,803 bilhões, o que representa um acréscimo de 5,16% em relação ao ano anterior.

A Receita Líquida fechou 2015 em R\$ 22,742 bilhões, ou seja, 91,64% do valor previsto, e corresponde a um acréscimo de 5,23% em relação a 2014 (R\$ 21,612 bilhões).

5,16%
TAXA DE CRESCIMENTO
DA RECEITA TOTAL EM 2015





Receita Prevista X Receita Arrecadada em 2015 (R\$ milhões)

A arrecadação foi 8,36% abaixo do valor previsto

	Receit	ta Prevista	Receita Arrecadada		Variação %
Descrição	Valor	%	Valor	%	Arrecadado/ Previsto
RECEITA BRUTA	33.433	100,00%	30.803	100,00%	-7,87%
Receitas Correntes	30.650	91,68%	29.517	95,83%	-3,70%
Receitas Tributárias	20.774	62,14%	19.345	62,80%	-6,88%
Impostos	20.162	60,30%	18.794	61,01%	-6,78%
Taxas	612	1,83%	551	1,79%	-9,90%
Receita de Contribuições	603	1,80%	728	2,36%	20,68%
Receita Patrimonial	544	1,63%	920	2,99%	69,18%
Receita Agropecuária	2	0,01%	1	0,00%	-60,36%
Receita Industrial	11	0,03%	4	0,01%	-61,63%
Receita de Serviços	486	1,45%	506	1,64%	4,07%
Transferências Correntes	6.418	19,20%	6.000	19,48%	-6,51%
Transferências Intergovernamentais	5.036	15,06%	4.237	13,75%	-15,86%
Transferências de Instituições Privadas	1.073	3,21%	1.698	5,51%	58,20%
Transferências de Pessoas	0,4	0,00%	0,5	0,00%	19,56%
Transferências de Convênios	309	0,92%	65	0,21%	-78,85%
Outras Receitas Correntes	569	1,70%	718	2,33%	26,09%
Multas e Juros de Mora	206	0,62%	314	1,02%	52,59%
Indenizações e Restituições	112	0,34%	53	0,17%	-52,35%
Receita da Dívida Ativa	20	0,06%	88	0,29%	343,48%
Receitas Diversas	231	0,69%	262	0,85%	13,36%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.243	3,72%	1.295	4,21%	4,21%
Receitas de Capital	2.783	8,32%	1.286	4,17%	-53,81%
Operações de Crédito	2.625	7,85%	1.147	3,72%	-56,31%
Alienação de Bens	50	0,15%	6	0,02%	-87,66%
Amortização de Empréstimos	46	0,14%	22	0,07%	-51,90%
Transferências de Capital	62	0,19%	50	0,16%	-19,87%
Outras Receitas de Capital	0	0,00%	37	0,12%	
Receitas Intraorçamentárias de Capital	1	0,00%	23	0,08%	2535,18%
Deduções da Receita Corrente	-8.616	-25,77%	-8.061	-26,17%	-6,45%
RECEITA LÍQUIDA	24.816	74,23%	22.742	73,83%	-8,36%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Danita Oncomontário Broata		2015		2014	Variação %
Receita Orçamentária Bruta	Valor	%	Valor	%	2015/2014
Receitas Correntes	29.517	95,83%	27.387	93,50%	7,78%
Receitas Tributárias	19.345	62,80%	18.687	63,80%	3,52%
Receitas de Contribuições	728	2,36%	630	2,15%	15,53%
Receita Patrimonial	920	2,99%	621	2,12%	48,06%
Receita Agropecuária	1	0,00%	1	0,00%	-23,09%
Receita Industrial	4	0,01%	5	0,02%	-16,62%
Receita de Serviços	506	1,64%	493	1,68%	2,55%
Transferências Correntes	6.000	19,48%	5.062	17,28%	18,53%
Outras Receitas Correntes	718	2,33%	668	2,28%	7,45%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.295	4,21%	1.219	4,16%	6,25%
Receitas de Capital	1.286	4,17%	1.904	6,50%	-32,47%
Operações de Crédito	1.147	3,72%	1.743	5,95%	-34,22%
Alienação de Bens	6	0,02%	6	0,02%	-3,97%
Amortização de Empréstimos	22	0,07%	20	0,07%	10,31%
Transferências de Capital	50	0,16%	27	0,09%	83,83%
Outras Receitas de Capital	37	0,12%	98	0,34%	-61,89%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	23	0,08%	9	0,03%	171,95%
TOTAL	30.803	100,00%	29.291	100,00%	5,16%

Receita Orçamentária Bruta Arrecadada (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Analisando-se a receita orçamentária bruta por categoria econômica, verifica-se que as receitas correntes arrecadadas totalizaram R\$ 29,517 bilhões (R\$ 27,387 bilhões em 2014) e representaram 95,83% da receita total, enquanto as receitas de capital responderam apenas por 4,17% do total da receita de 2015.

As receitas intraorçamentárias, incluídas respectivamente nas categorias econômicas de receitas correntes e de capital, referem-se às operações realizadas

entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado. Elas são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social", que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.



Receitas Arrecadadas, Livres de suas Deduções, por Categoria Econômica e Origem (R\$ milhões)

Receita Orçamentária Líquida		2015			Variação % 2015/2014
,	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes	21.456	94,35%	19.708	91,19%	8,87%
Receitas Tributárias	12.031	52,90%	11.613	53,73%	3,60%
Receitas de Contribuições	726	3,19%	627	2,90%	15,87%
Receita Patrimonial	876	3,85%	591	2,74%	48,20%
Receita Agropecuária	1	0,00%	1	0,01%	-23,27%
Receita Industrial	4	0,02%	5	0,02%	-16,62%
Receita de Serviços	506	2,22%	493	2,28%	2,55%
Transferências Correntes	5.435	23,90%	4.615	21,36%	17,77%
Outras Receitas Correntes	581	2,56%	544	2,52%	6,84%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.295	5,70%	1.219	5,64%	6,25%
Receitas de Capital	1.286	5,65%	1.904	8,81%	-32,47%
Operações de Crédito	1.147	5,04%	1.743	8,07%	-34,22%
Alienação de Bens	6	0,03%	6	0,03%	-3,97%
Amortização de Empréstimos	22	0,10%	20	0,09%	10,32%
Transferências de Capital	50	0,22%	27	0,12%	83,83%
Outras Receitas de Capital	37	0,16%	98	0,45%	0,00%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	23	0,10%	9	0,04%	171,95%
TOTAL	22.742	100,00%	21.612	100,00%	5,23%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



RECEITAS CORRENTES

Receitas correntes são as entradas de recursos oriundos das atividades operacionais e, em geral, afetam positivamente o patrimônio público. São as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes.

Considerando-se a origem da receita, as receitas tributárias foram as mais significativas, já que representaram 62,80% da receita bruta total e somaram R\$ 19,345 bilhões em 2015 (R\$ 18,687 bilhões em 2014), correspondendo a um crescimento de 3,52% em comparação ao ano anterior.

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 6 bilhões (19,48% da receita corrente bruta) e representaram o segundo maior valor por origem.

As receitas patrimoniais são os rendimentos de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de bens permanentes. Em 2015, atingiram R\$ 921 milhões, considerando-se também as receitas patrimoniais intraorçamentárias, o que gerou um acréscimo de 47,97% em relação a 2014.

As receitas de contribuições referem-se às contribuições pagas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais e, no caso da contribuição patronal, são registradas como receitas intraorçamentárias. Ao todo, somaram R\$ 1,742 bilhão em 2015, representando 13,35% a mais que em 2014, quando totalizaram R\$ 1,536 bilhão.

O restante das receitas correntes correspondeu a 9,07% da receita bruta total.

Dada a representatividade das receitas tributárias e das transferências correntes no que tange à receita orçamentária e à receita corrente, a seguir faz-se uma análise mais detalhada dessas duas origens de receita.

Receita Tributária

Em 2015, do total de R\$ 19,345 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 18,794 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 551 milhões.

Receita Tributária Bruta		2015		2014	Variação %
Receita iributaria Bruta	Valor	%	Valor	%	2015/2014
Impostos	18.794	97,15%	18.154	97,15%	3,53%
ICMS	15.926	82,32%	15.613	83,55%	2,00%
IRRF	1.241	6,42%	1.054	5,64%	17,82%
IPVA	1.433	7,41%	1.322	7,08%	8,35%
ITCMD	194	1,00%	164	0,88%	18,02%
ITBI	0,004	0,00002%	0,0003	0,000001%	1349,60%
Taxas	551	2,85%	533	2,85%	3,45%
Exercício do Poder de Polícia	510	2,64%	489	2,61%	4,39%
Prestação de Serviços	41	0,21%	44	0,24%	-6,91%
TOTAL	19.345	100,00%	18.687	100,00%	3,52%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Composição da Receita Tributária Bruta (R\$ milhões)



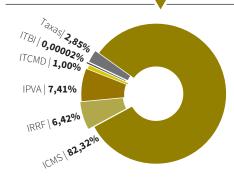
A receita tributária líquida, após os repasses aos municípios e ao Fundeb bem como as devoluções aos contribuintes e outras deduções, foi de R\$ 12,031 bilhões (crescimento de 3,6% em relação a 2014), o que representou R\$ 418,26 milhões a mais nos cofres públicos em relação ao ano de 2014.

Composição da Receita Tributária Líquida (R\$ milhões)

Receita Tributária Líquida		2015		2014	Variação %	
	Valor	%	Valor	%	2015/2014	
Impostos	11.480	95,42%	11.080	95,41%	3,61%	
ICMS	9.511	79,06%	9.366	80,65%	1,55%	
IRRF	1.241	10,32%	1.054	9,07%	17,82%	
IPVA	573	4,76%	529	4,55%	8,35%	
ITCMD	154	1,28%	131	1,13%	17,33%	
ITBI	0,003	0,00002%	0,0003	0,000002%	895,97%	
Taxas	551	4,58%	533	4,59%	3,45%	
Exercício do Poder de Polícia	510	4,24%	489	4,21%	4,39%	
Prestação de Serviços	41	0,34%	44	0,38%	-6,91%	
TOTAL	12.031	100,00%	11.613	100,00%	3,60%	

Receitas Tributárias Brutas em 2015

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), sem considerar multa, juros e dívida ativa, cresceu 2% e fechou o ano em R\$ 15,926 bilhões, o equivalente a 82,32% da receita tributária total.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

zar quanto do valor bruto arrecadado foi distribuído aos municípios e ao Fun
Evolução da Arrecadação do ICMS dos Últimos

deb, quanto foi restituído aos contribuintes e quanto sobrou ao Estado após as deduções (ICMS líquido).

do ICMS dos Últimos Quatro Anos, em Valores Nominais e sem Considerar a Arrecadação de Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)

	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação	2015
ICMS Bruto	12.630	11,1%	13.940	12,0%	15.613	2,0%	15.926
25% Municípios	3.135	10,4%	3.483	12,1%	3.903	2,0%	3.981
Fundeb	1.894	-39,7%	2.091	12,0%	2.342	2,0%	2.389
Restituições	6	10,1%	4	-45,8%	2	2184,8%	44
ICMS Líquido	7.595	10,4%	8.362	12,0%	9.366	1,6%	9.511

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Na próxima tabela, é possível visuali-

Também foram arrecadadas pelo Estado receitas com multas, juros e dívida ativa do ICMS, no montante de R\$ 222 milhões. Dessa forma, o ICMS total arrecadado foi de R\$ 16,147 bilhões no ano de 2015.

Tributo	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	
ICMS	15.926	-6.414	9.511	
Multa, Juros e Dívida Ativa de ICMS	222	-121	101	
Total (ICMS + Multa, Juros e Dívida Ativa)	16.147	-6.536	9.612	

Arrecadação Bruta e Líquida de ICMS em 2015 Incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa de ICMS (R\$ milhões)

IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação no ano de 2015 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A receita com o IPVA cresceu 8,35% em relação a 2014, e a arrecadação bruta do tributo, em 2015, chegou a R\$ 1,433 bilhão. Contribuíram para o in-

cremento da receita o aumento da frota, a melhoria no padrão dos veículos e as campanhas de recuperação de créditos.

A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb, e após as restituições aos contribuintes, foi de R\$ 572,999 milhões.

IPVA Bruto em 2015 R\$1,433 BI	Municípios R\$716,405MI	Fundeb R\$143,28MI	Restituições R\$0,125MI		IPVA líquido R\$572,999MI	
---	----------------------------	------------------------------	-----------------------------------	--	------------------------------	--

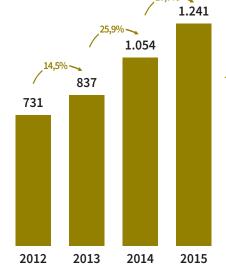
Arrecadação de IPVA em 2015

Tributo	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida
IPVA	1.433	-860	573
Multa, Juros e Dívida Ativa	13	-8	5
Total (IPVA + Multa, Juros e Dívida Ativa)	1.446	-868	578

Arrecadação Bruta e Líquida de IPVA em 2015 Incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa de IPVA (R\$ milhões)

Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

O terceiro imposto mais representativo em 2015 foi o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que, por força do artigo 157, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pertence ao Estado quando incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver. No ano, a arrecadação do IRRF foi de R\$ 1,241 bilhão, o que representa 6,42% das receitas tributárias brutas e caracteriza um aumento de 17,82% em relação a 2014.



Arrecadação de IRRF de 2012 a 2015 (R\$ milhões)



ITCMD

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 18,02% em 2015. O tributo, que incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança, garantiu R\$ 213 milhões para os cofres públicos, incluindo a arrecadação com multas, juros e dívida ativa. Desse valor, R\$ 44

milhões referem-se às deduções que representam os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes.

O bom desempenho da arrecadação do ITCMD é resultado do investimento contínuo em tecnologia, o que transformou Santa Catarina em modelo para outros estados quando se fala em recolhimento de ITCMD.

Arrecadação Bruta e Líquida de ITCMD em 2015 Incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa de ITCMD (R\$ milhões)

Tributo	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	
ITCMD	194	-40	154	
Multa, Juros e Dívida Ativa	19	-4	15	
Total (ITCMD + Multa, Juros e Dívida Ativa)	213	-44	169	

Taxas

A arrecadação bruta de 2015 com as taxas, sem considerar as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R\$ 551,35 milhões, o equivalente a 2,85% da Receita Tributária Bruta.

Em relação ao ano de 2014, a arrecadação desse tributo cresceu 3,45% e foi proveniente das taxas pelo exercício do poder de polícia (fiscalização de vigilância sanitária, controle e fiscalização ambiental, regulação de serviços de gás ca-

nalizado, entre outras) e das taxas pela prestação de serviços (taxa judiciária, taxa de segurança preventiva e taxa de registro de contrato de veículo).

Considerando a arrecadação com multas, juros e dívida ativa das taxas, o valor bruto total arrecadado com esse tributo foi de R\$ 552,82 milhões, e a arrecadação líquida (desconsideradas as restituições aos contribuintes) foi de R\$ 552,77 milhões.

Arrecadação Bruta e Líquida de Taxas em 2015 Incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)

Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida
551,35	-0,04	551,30
1,47	0,00	1,47
552,82	-0,04	552,77
	Bruta 551,35 1,47	551,35 -0,04 1,47 0,00



Transferências correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentes de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Em 2015, as transferências correntes brutas representaram 19,48% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 6 bilhões.

de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ICMS – Desoneração (Lei Kandir)

Outras Transferências

Transferências Correntes Brutas

O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado provém da União, sendo a principal o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R\$ 978 milhões em 2015, um incremento de 5,20% em relação a 2014.

Do total de transferências correntes, parte é destinada aos municípios e outra vai para o Fundeb, restando ao Estado R\$ 5,435 bilhões após as deduções legais.

Valor

53

57

1,04%

1,12%

2014

0/0

Variação %

2015/2014

0,00

4,03

2015

%

Intergovernamentais	4.237	70,61%	4.123	81,44%	2,76
União	2.272	37,86%	2.202	43,49%	3,19
Cota-Parte FPE	978	16,29%	929	18,36%	5,20
Cota-Parte IPI	262	4,37%	260	5,13%	0,95
Cota-Parte CIDE	16	0,27%	4	0,08%	281,47
Cota-Parte IOF Ouro	0,1	0,001%	0,1	0,002%	-39,65
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	56	0,93%	51	1,01%	9,06
Transferências de Recursos – Sistema Único de Saúde (SUS)	567	9,45%	608	12,02%	-6,84
Transferências de Recursos – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	1	0,01%	2	0,04%	-70,20
Transferências de Recursos – Fundo Nacional	281	4,69%	238	4,69%	18,41

53

59

0,88%

0,98%

Valor

Transferências Correntes Brutas (R\$ milhões)

Municípios	2	0,03%	0,01	0,0002%	18513,38
Multigovernamentais	1.963	32,72%	1.921	37,95%	2,19
Fundeb	1.963	32,72%	1.921	37,95%	2,19
Instituições Privadas	1.698	28,29%	831	16,42%	104,18
Pessoas	0,5	0,01%	0,4	0,01%	21,16
Convênios	65	1,09%	108	2,13%	-39,36
União	53	0,89%	85	1,67%	-36,90
Municípios	1	0,02%	7	0,14%	-81,90
Instituições Privadas	11	0,18%	16	0,31%	-32,61
Exterior	0,004	0,0001%	0,049	0,0010%	-92,27
TOTAL	6.000	100,00%	5.062	100,00%	18,53



Valores Transferidos pelo Estado aos Municípios (R\$ milhões) Cota parta (a) Fundos Cipe | 0,08% SEITE | 2,158%

Todas as deduções da receita corrente somaram R\$ 8,061 bilhões em 2015. Desse valor, R\$ 4,977 bilhões referem-se à transferência aos municípios

Deduções da Receita Corrente

catarinenses, R\$ 2,855 bilhões às transferências ao Fundeb e R\$ 229 milhões às restituições aos contribuintes e outras deduções.

Transferências		2015		2014	Variação %	
aos Municípios	Valor	%	Valor	%	2015/2014	
ICMS	4.037	81,10%	3.953	81,82%	2,13%	
IPVA	723	14,52%	667	13,81%	8,34%	
Cota-Parte IPI Exportação	66	1,32%	65	1,34%	0,95%	
Cota-Parte CIDE	4	0,08%	1	0,02%	281,47%	
FundoSocial	107	2,15%	106	2,19%	1,20%	
SEITEC	41	0,83%	39	0,82%	4,37%	
TOTAL	4.977	100,00%	4.831	100,00%	3,03%	
Factor Cintago Internada da Diagrafia	- C+=- FiI	(CICEE)				

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Dostinação ao Fundob —			2015	2014	Variação %	
Dest	Destinação ao Fundeb —		%	Valor	%	2015/2014
	ICMS	2.422	84,85%	2372	85,43%	2,13%
	IPVA	145	5,06%	133	4,81%	8,34%
	ITCMD	43	1,50%	36	1,28%	19,83%
	Cota-Parte FPE	196	6,85%	186	6,69%	5,20%
	Cota-Parte IPI Exportação	39	1,38%	39	1,40%	0,95%
	Lei Kandir	11	0,37%	11	0,38%	0,00%
	TOTAL	2.855	100,00%	2.776	100,00%	2,83%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Cota-Parte FPE / 6,85% ITCMD | 1,5%

Valores Transferidos pelo Estado ao Fundeb (R\$ milhões)

RECEITAS DE CAPITAL

Receitas de capital são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital que aumentam as disponibilidades financeiras, constituindo-se em instrumento de financiamento dos programas de ações orçamentárias, a fim de atingir as finalidades públicas.

As receitas de capital representaram 4,17% das receitas orçamentárias brutas de 2015 e, no ano, totalizaram R\$ 1,286 bilhão.

Receitas Brutas de Capital por Origem (R\$ milhões)

	2015	2014	Variação %	
Valor	%	Valor	%	2015/2014
1.147	89,22%	1.743	91,58%	-34,22%
6	0,48%	6	0,34%	-3,97%
22	1,71%	20	1,05%	10,31%
50	3,86%	27	1,42%	83,83%
37	2,91%	98	5,16%	-61,89%
23	1,82%	9	0,45%	171,95%
1.286	100,00%	1.904	100,00%	-32,47%
	1.147 6 22 50 37 23	Valor % 1.147 89,22% 6 0,48% 22 1,71% 50 3,86% 37 2,91%	Valor % Valor 1.147 89,22% 1.743 6 0,48% 6 22 1,71% 20 50 3,86% 27 37 2,91% 98 23 1,82% 9	Valor % Valor % 1.147 89,22% 1.743 91,58% 6 0,48% 6 0,34% 22 1,71% 20 1,05% 50 3,86% 27 1,42% 37 2,91% 98 5,16% 23 1,82% 9 0,45%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

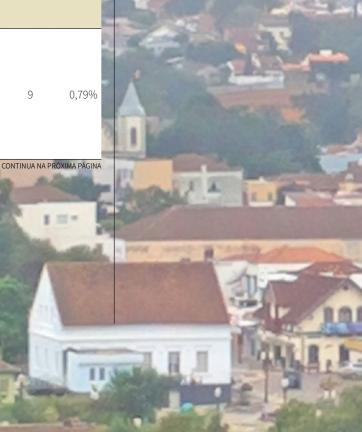
Operações de crédito

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa destas advém de operações de crédito (89,22%). Essas operações representam a contratação

de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Valores Liberados - Operações de Crédito	Finalidade	Valor	Percentual
Internas		928	80,91%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Cami- nhos do Desenvolvimento – Progra- ma de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste)	Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilida- de regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas.	38	3,31%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Acelera Sub C – Demais Programas	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, assim como saneamento básico.	151	13,19%
Banco Nacional de Desenvolvimen- to Econômico e Social (BNDES) – Sistema de Transporte Joinville	Implantação e requalificação de eixos estruturais de transporte, melhorias em terminais de integração, bem como implanta- ção de ciclovias e medidas moderadoras de tráfego.	9	0,75%
Banco Nacional de Desenvolvimen- to Econômico e Social (BNDES) – Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE)	Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Administração Estadual mediante ações voltadas à consolidação da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).	2	0,19%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – PMAE Gestão II	Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Administração Estadual II com vistas à execução de serviços para adequação da gestão documental do Estado aos requisitos estabelecidos no modelo de gestão do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).	9	0,79%

Operações de crédito captadas em 2015 por programa (R\$ milhões). As operações de crédito internas representaram 80,91% das liberações, e as externas 19,09%





CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco do Brasil – Pacto Por Santa Catarina Banco do Brasil – Caminhos Estratégicos da Produção Externas Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco) A Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Microbacias III	Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisional e socioeducativo, saúde e turismo. Investimentos em obras de prevenção a desastres naturais na região da Bacia do Rio Itajaí, obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e projetos estruturantes nas áreas da saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça e cidadania. Melhora na eficiência e na transparência da gestão fiscal do Estado, melhora e aumento na eficiência e na eficácia do gasto público, assim como provisão de melhores serviços ao cidadão. Aumento da competitividade nas organizações de produtores da agricultura familiar por meio da implementação dos Programas de Gastos Elegíveis (EEPs) pertinentes e prestação	300 419 219 13	26,16% 36,52% 19,09% 1,14%
Banco do Brasil – Caminhos Estratégicos da Produção Externas Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco) And Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Microbacias III	prevenção a desastres naturais na região da Bacia do Rio Itajaí, obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e projetos estruturantes nas áreas da saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça e cidadania. Melhora na eficiência e na transparência da gestão fiscal do Estado, melhora e aumento na eficiência e na eficácia do gasto público, assim como provisão de melhores serviços ao cidadão. Aumento da competitividade nas organizações de produtores da agricultura familiar por meio da implementação dos Programas de Gastos Elegíveis	219 13	19,09% 1,14%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco) An Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Microbacias III	transparência da gestão fiscal do Estado, melhora e aumento na eficiência e na eficácia do gasto público, assim como provisão de melhores serviços ao cidadão. Aumento da competitividade nas organizações de produtores da agricultura familiar por meio da implementação dos Programas de Gastos Elegíveis	13	1,14%
vimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco) A Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Microbacias III tr E: E: A n B R P	transparência da gestão fiscal do Estado, melhora e aumento na eficiência e na eficácia do gasto público, assim como provisão de melhores serviços ao cidadão. Aumento da competitividade nas organizações de produtores da agricultura familiar por meio da implementação dos Programas de Gastos Elegíveis		·
Banco Internacional para Recons- trução e Desenvolvimento (BIRD) – d Microbacias III P	nas organizações de produtores da agricultura familiar por meio da implementação dos Programas de Gastos Elegíveis	107	9 29%
	de assistência técnica.		3,2070
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) VI – Rodovias té	Execução de obras e serviços de pavimentação, reabilitação e revitalização de rodovias estaduais, além da supervisão técnica e ambiental das obras e das atividades de acompanhamento e gerenciamento da execução do programa.	85	7,39%
(CAF) – Programa de Intervenções N	Integração Viária do Planalto Norte – pavimentação de 110,2 quilômetros da rodovia SC-477.	15	1,27%
TOTAL		1.147	100,00%
Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Divida Pública (D.			

REPASSE AOS PODERES E À UDESC

De acordo com o dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias, parte dos recursos arrecadados pelo Poder Executivo devem ser repassados à Assembleia Legislativa (ALESC), ao Tribunal de Justiça (TJSC), ao Ministério Público (MPSC), ao Tribunal de Contas do Estado (TCESC) e à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com base no conceito da Receita Líquida Disponível (RLD).

A Receita Líquida Disponível apurada no exercício de 2015 foi de R\$ 12,627 bilhões.

Entidade	% da RLD
ALESC	4,51
TCESC	1,66
TJSC	9,31
MPSC	3,91
UDESC	2,49
Total	21,88

Fonte: Lei n° 16.445, de 5 de agosto de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Além dos percentuais sobre a Receita Líquida Disponível, parte da arrecadação do Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial) e dos Fundos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) também é repassada aos Poderes e Órgãos, conforme os dispositivos legais.

O valor total repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2015 foi de R\$ 2,866 bilhões, considerando a Receita Líquida Disponível de dezembro de 2014 a novembro de 2015 (R\$ 12,641 bilhões).

Recursos	Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	Tribunal de Justiça	Ministério Público	UDESC	TOTAL
Participação na RLD	570	210	1.177	494	315	2.766
Repasse FundoSocial	15	6	31	13	8	73
Repasse SEITEC	6	2	11	5	3	27
Total	591	217	1.219	512	326	2.866

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Percentuais de Distribuição da Receita Líquida Disponível em 2015 definidos na Lei de **Diretrizes Orçamentárias**

Repasses aos Poderes e Órgãos em 2015 (R\$ milhões)



DESPESAS

As despesas fixadas inicialmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2015 foram de R\$ 24,816 bilhões.

Entretanto, ao longo da execução do orçamento, podem surgir necessidades de despesas não previstas ou insuficientemente orçadas. Para que tais necessidades sejam supridas, a administração vale-se dos créditos adicionais que alteram o planejado inicialmente na Lei Orçamentária. Esses créditos podem ser: suplementares, quando uma dotação (verba consignada em orçamento) tornou-se insuficiente durante a execução

do orçamento; especiais, para atender a despesas não previstas inicialmente; e extraordinários, quando surgem despesas imprevisíveis ou urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A seguir, observa-se que a dotação inicial prevista no orçamento estadual de 2015 (R\$ 24,816 bilhões) passou para R\$ 28,515 bilhões, em virtude da abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 3,698 bilhões. Dessa forma, do total autorizado, o Estado executou 80,59% das despesas, o equivalente a R\$ 22,980 bilhões.

Despesa Autorizada x Despesa Executada em 2015 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (R\$ milhões)

Despesas	Fixada (a)	Créditos Adicionais (b)	Autorizada (c = a+b)	Executada (d)	% d /c
Correntes	19.648	2.595	22.243	20.205	90,84%
Pessoal e Encargos Sociais	11.758	2.167	13.925	13.473	96,76%
Juros e Encargos da Dívida	849	134	982	957	97,46%
Outras Despesas Correntes	7.041	295	7.336	5.775	78,72%
Capital	5.062	1.190	6.252	2.774	44,37%
Investimentos	4.262	893	5.154	1.816	35,24%
Inversões Financeiras	48	104	152	123	81,12%
Amortização da Dívida	753	194	946	835	88,22%
Correntes + Capital	24.711	3.785	28.496	22.980	80,64%
Reserva de Contingência	105	-86	19	0	-
TOTAL	24.816	3.698	28.515	22.980	80,59%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No total executado, verifica-se que todas as despesas com pessoal e encargos sociais, que são aquelas gastas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 13,473 bilhões, o que corresponde a 58,63% do total das despesas.

O segundo maior grupo de gastos é o das outras despesas correntes. Esse grupo engloba as despesas de custeio e manutenção dos serviços públicos, tais como serviços contratados, material de consumo, água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, etc., e totalizou R\$ 5,775 bilhões (25,13% do total das despesas).

Os investimentos e as Inversões Financeiras¹, que representam principamente as obras realizadas e a compra de bens permanentes, somaram R\$ 1,939 bilhão, ou seja, 8,44% do total das despesas realizadas.

Já o valor total desembolsado com a dívida pública alcançou R\$ 1,792 bilhão (7,8% do total de despesas). Desse montante, R\$ 957 milhões referem-se aos juros e aos encargos das operações de crédito internas e externas contratadas, e R\$ 835 milhões dizem respeito à amortização do valor principal da dívida.

Mais informações sobre a dívida e sobre os valores desembolsados são apresentadas no Volume II do Balanço, no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Em relação ao ano de 2014, as despesas totais executadas tiveram um crescimento nominal de 8,24%, e as despesas mais significativas quanto a valores foram a folha de pagamento e o custeio, com aumento de 9,97% e 8,15%, respectivamente. Já os investimentos e as inversões financeiras juntos tiveram redução de 14,41%.

Deeman		2015		2014	Variação %
Despesas	Valor	%	Valor	%	2015/2014
3 - Despesas Correntes	20.205	87,93%	18.402	86,68%	9,80%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.473	58,63%	12.252	57,71%	9,97%
2 - Juros e Encargos da Dívida	957	4,17%	811	3,82%	18,05%
3 - Outras Despesas Correntes	5.775	25,13%	5.339	25,15%	8,15%
4 - Despesas de Capital	2.774	12,07%	2.828	13,32%	-1,89%
4 - Investimentos	1.816	7,90%	2.191	10,32%	-17,10%
5 - Inversões Financeiras	123	0,54%	75	0,35%	64,18%
6 - Amortização da Dívida	835	3,63%	562	2,65%	48,58%
TOTAL	22.980	100,00%	21.230	100,00%	8,24%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Analisando-se as despesas executadas por função de governo, que demonstra a área de ação governamental em que a despesa foi realizada, observa-se que os maiores valores aplicados em 2015 foram na Previdência Social dos Servidores Estaduais (21,51%), na Educação (14,46%), na Saúde (12,25%) e na Segurança Pública (10,31%). As demais funções totalizaram 41,47% da despesa.

Despesa Realizada por Categoria Econômica e Grupos de Natureza (R\$ milhões)

¹ Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie já constituídas, quando a operação não importe o aumento de capital; e

III - constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Conforme ensinam Machado Jr. e Reis (2001), a distinção entre inversões financeiras e investimentos é meramente econômica. Investimento seria toda aquela despesa de capital que geraria serviços e, em consequência, acréscimo ao Produto Interno Bruto (PIB). A inversão financeira, por sua vez, seria a despesa de capital que, ao contrário de investimentos, não geraria serviços e incremento ao PIB. Como se vê, são noções técnicas de economia. Portanto, a fusão das duas classificações é perfeitamente possível e desejável, sem trazer prejuízo para a análise econômica. Sob o ângulo da administração patrimonial, tanto os investimentos como as inversões financeiras produzem alterações qualitativas e quantitativas no patrimônio público.



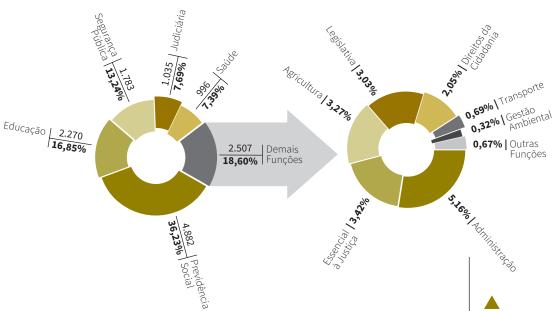
Despesas Empenhadas por Função (R\$ milhões)

D		2015		2014	Variação %
Despesas por Função	Valor	%	Valor	%	2015/2014
09 - Previdência Social	4.943	21,51%	4.192	19,75%	17,91%
12 - Educação	3.323	14,46%	3.128	14,74%	6,22%
10 - Saúde	2.815	12,25%	2.642	12,44%	6,57%
06 - Segurança Pública	2.368	10,31%	2.263	10,66%	4,66%
04 - Administração	1.965	8,55%	1.992	9,38%	-1,37%
28 - Encargos Especiais	1.848	8,04%	1.517	7,14%	21,84%
02 - Judiciária	1.654	7,20%	1.478	6,96%	11,92%
26 - Transporte	999	4,35%	1.035	4,87%	-3,41%
14 - Direitos da Cidadania	744	3,24%	647	3,05%	14,98%
20 - Agricultura	627	2,73%	605	2,85%	3,54%
01 - Legislativa	607	2,64%	580	2,73%	4,66%
03 - Essencial à Justiça	599	2,61%	538	2,53%	11,34%
18 - Gestão Ambiental	134	0,58%	151	0,71%	-11,77%
08 - Assistência Social	74	0,32%	91	0,43%	-18,18%
19 - Ciência e Tecnologia	55	0,24%	68	0,32%	-19,55%
27 - Desporto e Lazer	53	0,23%	95	0,45%	-44,44%
23 - Comércio e Serviços	50	0,22%	58	0,27%	-13,41%
13 - Cultura	42	0,18%	31	0,15%	33,03%
24 - Comunicações	40	0,18%	51	0,24%	-20,54%
16 - Habitação	25	0,11%	27	0,13%	-6,95%
11 - Trabalho	10	0,04%	33	0,16%	-68,95%
17 - Saneamento	3	0,01%	5	0,02%	-47,63%
15 - Urbanismo	0,51	0,00%	2	0,01%	-72,89%
07 - Relações Exteriores	0,19	0,00%	0	0,00%	100,00%
25 - Energia	0,001	0,00%	0,074	0,00%	-98,69%
TOTAL	22.980	100,00%	21.230	100,00%	8,24%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Conjugando-se as análises das despesas por grupo e por função de governo, observa-se que, do total de R\$ 13,473 bilhões de despesas com pessoal, a Previdência Social, que reúne todos os inativos e pensionistas, responde por 36,23% desse valor. Já os ativos da Educação re-

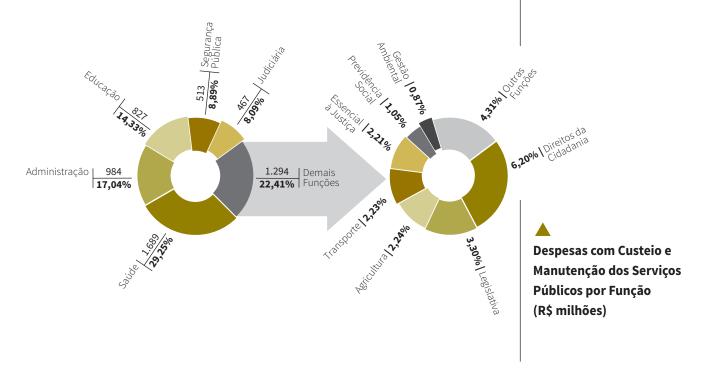
presentam 16,85% das despesas com a folha de pagamento do Estado, os da Segurança Pública 13,24%, os do Judiciário 7,69% e os da Saúde 7,39%. As despesas com servidores ativos das demais áreas somaram 18,60% da despesa com pessoal, ou seja, R\$ 2,507 bilhões.



Nas despesas com custeio e manutenção dos serviços públicos, a maior parte (29,25%) foi aplicada na Saúde, com as organizações sociais que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e os materiais hospitalares. A função Administração, que engloba as despesas de diversos órgãos estaduais, representou 17,04% do total do custeio, sendo os maiores valores re-

lacionados à contratação de serviços para o Plano de Saúde dos servidores estaduais e à contribuição para o PASEP. Em seguida, o custeio da Educação correspondeu a 14,33% do total, a Segurança Pública representou 8,89% e a função Judiciária ficou com 8,09%. As demais funções somaram R\$ 1,294 bilhão, o equivalente a 22,41% do total das outras despesas correntes.

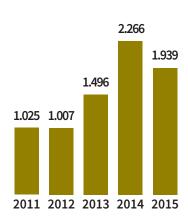
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais por Função (R\$ milhões)





Investimentos (mais inversões financeiras) no Período de 2011 a 2015 (R\$ milhões)





Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Despesas por Modalidade de Aplicação (R\$ milhões) Do total de investimentos e inversões financeiras, a parcela mais significativa (40,09%) foi direcionada para a função Transporte e Urbanismo, somando R\$ 777,5 milhões investidos. Com o valor, grandes obras de infraestrutura

foram concluídas em 2015. Elas trouxeram mais qualidade de vida aos cidadãos catarinenses e melhores condições logísticas para as empresas instaladas no Estado, além de favorecerem o turismo. Entre as obras, destacam-se:

- ▶ o elevado de Canasvieiras, em Florianópolis;
- ▶ a duplicação da SC-403, rodovia que liga a SC-401 ao bairro Ingleses, em Florianópolis (5,2 quilômetros);
- ► a pavimentação no Sul, entre a comunidade de São Luiz e o município de São Martinho (7,5 quilômetros);
- ▶ a pavimentação da SC-478, principal via de acesso ao Distrito de Santa Cruz do Timbó, em Porto União (10 quilômetros);
- ► a revitalização da SC-480, que liga Chapecó até a localidade de Goio-Ên divisa com o Rio Grande do Sul (19,8 quilômetros);
- ▶ a restauração da SC-350, que integra a nova travessia urbana de Caçador, no Meio-Oeste catarinense (6,6 quilômetros);
- ▶ a restauração do Terminal Rita Maria (obras em fase final);
- ▶ a revitalização da SC-157 ligando o contorno viário de São Lourenço do Oeste ao município de Formosa do Sul, no Oeste do Estado (40,3 quilômetros); e
- ▶ acesso a Chapecó (7,6 quilômetros).

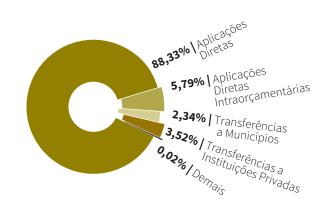
Outra forma de observar os gastos do Governo Estadual é por meio da modalidade de aplicação da despesa, que revela quanto do orçamento foi diretamente despendido pelo Estado ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo por instituições privadas.

Madelidade de Anlicacão		2015		2014	Variação %
Modalidade de Aplicação	Valor	%	Valor	%	2015/2014
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	5	0,02%	3	0,01%	63,37%
40 - Transferências a Municípios	288	1,25%	564	2,66%	-48,92%
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	177	0,77%	160	0,76%	10,03%
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	73	0,32%	82	0,39%	-10,97%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	784	3,41%	735	3,46%	6,67%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	25	0,11%	24	0,11%	1,41%
71 - Transferências a Consórcios Públicos	0,07	0,0003%	0	0,00%	100,00%
90 - Aplicações Diretas	20.297	88,33%	18.441	86,86%	10,06%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.331	5,79%	1.220	5,75%	9,11%
TOTAL	22.980	100,00%	21.230	100,00%	8,24%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Conforme a última tabela, em 2015 os valores diretamente gastos pelo Estado atingiram 94,12% do orçamento (modalidades 90 – Aplicações Diretas e 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades), totalizando R\$ 21,628 bilhões.

Dos gastos realizados indiretamente pelo Governo do Estado, 3,52% foram destinados a instituições privadas (modalidades 50 e 60), e 2,34% foram para os municípios (modalidades 40, 41 e 42) por meio de transferências legais e voluntárias.



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

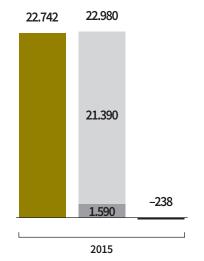
Despesas por Modalidade de Aplicação em 2015

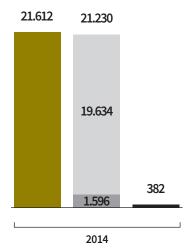
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Considerando-se o total de receitas líquidas realizadas em 2015 menos o total das despesas, chega-se a um resultado orçamentário deficitário de R\$ 238 milhões, o que indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram menores do que as despesas orçamentárias empenhadas.

Ocorre que parte das despesas empenhadas foram financiadas por recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávits financeiros), que serviram como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais. Ou seja, do total de despesas realizadas em 2015, R\$ 1,590 bilhão foi custeado com recursos do superávit financeiro de anos anteriores. Assim, se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2015 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superávit orçamentário de R\$ 1,352 bilhão.











R\$15,881BI RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

R\$19,410BI
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma gestão fiscal responsável, visando ao equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como inscrição dos restos a pagar.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado deve observar os dispositivos constitucionais que determinam a aplicação de recursos mínimos em educação e saúde. Para fins de verificação da aplicação desses valores, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de impostos estaduais e as transferências constitucionais e legais recebidas da União referentes à partilha de impostos, deduzidas as

transferências constitucionais do Estado aos municípios decorrentes da repartição de impostos e transferências. Em 2015, a RLI foi de R\$ 15,881 bilhões (R\$ 15,217 bilhões em 2014).

Já para a verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL), que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de servicos, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, e as restituições de receitas. Em 2015, a RCL totalizou R\$ 19,410 bilhões (R\$ 17,836 bilhões em 2014), o que representou um incremento de 8,83% em relação a 2014.

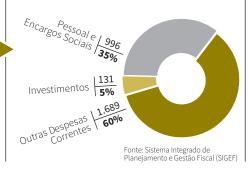
SAÚDE

Em 2015, foram aplicados mais de R\$ 2,815 bilhões em equipamentos, obras, manutenção de hospitais públicos e convênios com hospitais terceirizados, municipais e filantrópicos, além de organizações sociais. Comparado ao ano ante-

rior (R\$ 2,642 bilhões em 2014), o valor aplicado em 2015 foi 6,57% maior.

Do total aplicado, a maior parte refere-se aos gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em saúde, que totalizaram R\$ 2,685 bilhões (R\$ 2,499 bilhões em 2014). A folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 996 milhões (R\$ 898 milhões em 2014), e as demais despesas de custeio totalizaram R\$ 1,689 bilhão (R\$ 1,601 bilhão em 2014). Já os investimentos em saúde, que representam 5% do total das despesas, foram de R\$ 131 milhões em 2015 (R\$ 143 milhões em 2014).

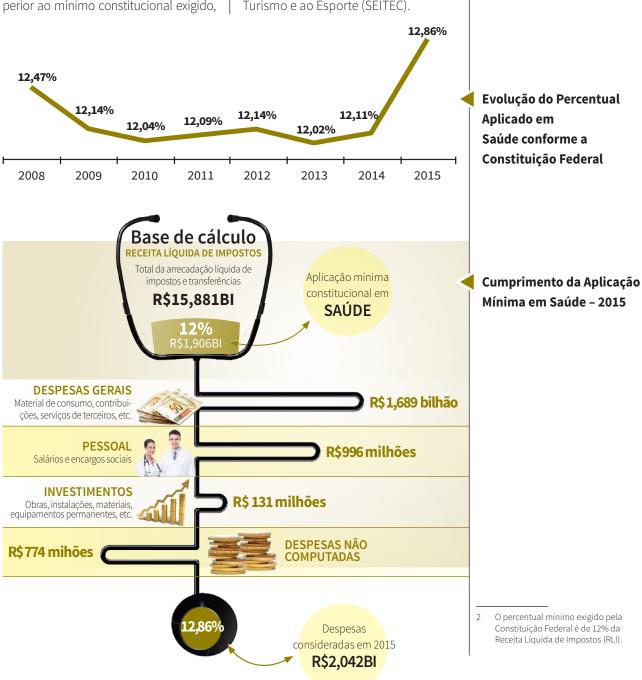
Despesas na Função Saúde em 2015 (R\$ milhões)



Para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional², que tem em conta basicamente as despesas custeadas com recursos de impostos e transferências, tendo em vista a determinação constitucional, em 2015 foram consideradas despesas no valor de R\$ 2,042 bilhões (R\$ 1,843 bilhão em 2014), representando 12,86% da receita líquida de impostos (12,11% em 2014). Esse percentual aplicado em saúde é 0,86 ponto percentual superior ao mínimo constitucional exigido,

o que representa R\$ 136 milhões aplicados a mais do que o obrigatório.

Atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC), em 2015 foram considerados na base de cálculo da Receita Líquida de Impostos os valores originários de receita tributária arrecadados pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial) e pelos Fundos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).





EDUCAÇÃO

Em 2015, o Governo Estadual aplicou R\$ 3,323 bilhões (R\$ 3,128 bilhões em 2014) na construção, na ampliação, na reforma e na manutenção de unidades escolares, centros de educação de

jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e também na remuneração do magistério.

Despesas na Função | Educação (R\$ milhões)

		l			
Despesas na		2015		2014	Variação %
Função Educação	Valor	%	Valor	%	2015/2014
Pessoal e Encargos Sociais	2.270	68,31%	2.138	68,34%	6,17%
Outras Despesas Correntes	827	24,90%	790	25,25%	4,76%
Investimentos	226	6,79%	200	6,41%	12,58%
TOTAL	3.323	100,00%	3.128	100,00%	6,22%

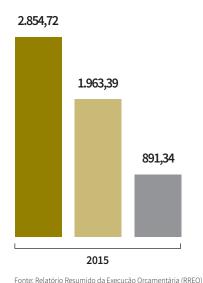
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Para garantir a aplicação do valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que 25% dos recursos dos impostos e das transferências dos estados e dos municípios sejam utilizados na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14/1996, foi criada uma subvinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio de um fundo, o Fundef, no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

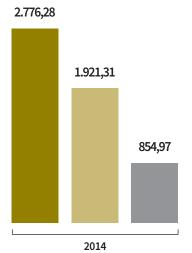
Em 2006, com a Emenda Constitucional nº 53/2006, essa subvinculação passou para 20% das receitas de alguns impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica. Dessa forma, o Fundo passou a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e a redistribuição dos recursos é feita com base no número de alu-

nos da educação básica pública, matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base nos alunos dos ensinos fundamental e médio.

Em 2015, o Estado de Santa Catarina repassou ao Fundeb R\$ 2,855 bilhões (R\$ 2,776 bilhões em 2014). De acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual, o retorno do Fundeb foi de R\$ 1,963 bilhão (R\$ 1,921 bilhão em 2014). A diferença entre o que o Estado repassa ao Fundo e o que recebe de volta para ser investido na rede estadual de ensino é chamada de "perda" do Fundeb e é considerada aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional. No ano de 2015, a perda do Fundeb foi de R\$ 891 milhões (R\$ 855 milhões em 2014). Na prática, essa diferença se reverte em resultados para o Estado de Santa Catarina em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento de crianças e de jovens que vivem no Estado.







Repasses x Retorno do Fundeb (R\$ milhões) Repasse ao Fundeb Retorno do Fundeb Perda

Outro item que recebe uma fatia de recursos públicos são os inativos vinculados à educação, que totalizaram R\$ 1,292 bilhão em 2015. Essas despesas são realizadas por intermédio do Fundo Financeiro, vinculado ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, que gerencia o pagamento das pensões e dos inativos do Estado. Para fins de apuração do mínimo constitucional em educação, o Estado vem reduzindo gradativamente a inclusão dessas despesas no cálculo. Em 2015, foram considerados 55% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, o que totalizou R\$ 710 milhões (R\$ 782 milhões em 2014).

Dessa forma, considerando as despesas com folha de ativos, custeio e investimentos da educação, custeadas com recursos de impostos e de transferências, a perda do Fundeb e 55% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, para fins do limite constitucional, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R\$ 4,379 bilhões em 2015. Esse valor equivale a 27,57% da receita líquida de impostos (28,39% em 2014) e está acima do valor mínimo constitucional exigido.

EDUCAÇÃO		2015		2014
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	Valor	% RLI	Valor	% RLI
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	3.970	25	3.804	25
Despesas consideradas	4.379	27,57	4.320	28,39

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orcamentária (RREO)

Aplicação na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino (R\$ milhões)



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta³, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e empenhados pela Epagri e pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional de Joinville e de Lages nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Aplicação em Ciência e Tecnologia (R\$ milhares)

Especificação	2015	2014
BASE DE CÁLCULO		
Receitas Correntes	29.517.102	27.386.905
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.060.836	-7.678.434
Total da Base de Cálculo	21.456.266	19.708.471
Valor a ser Aplicado (2%)	429.125	394.169
APLICAÇÕES		
Epagri		
Função 20 – Agricultura		
Despesas Empenhadas	345.417	323.746
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-692	-645
Total Aplicado – Epagri	344.726	323.101
FAPESC		
Função 19 - Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela FAPESC	39.404	30.560
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-351	-581
Despesas Empenhadas por Descentralização:		
Na Epagri	3.264	1.857
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-6	-1
Na SDR de Joinville		5
Na SDR de Lages		550
Total Aplicado – FAPESC	42.312	32.389
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	387.038	355.490
Percentual Aplicado	1,80%	1,80%
Aplicação abaixo do mínimo constitucional	-42.088	-38.679

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS: (1) Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados por Epagri e FAPESC, bem como os valores descentralizados também por Epagri e FAPESC, e empenhados pela Epagri e pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional de Joinville e de Lages, nas fontes de recursos do exercício corrente (x1xx e x2xx, exceto x191, x192, x193, x197 e x198) deduzidos os restos a pagar cancelados.

⁽²⁾ Na dedução das receitas correntes, não foram consideradas as deduções das Contas 493009902 – Dedução de Amortização de Financiamentos Diversos e 49219 – Dedução da Alienação de Bens, por serem deduções da Receita de Capital.

³ Conforme os artigos 100, I, e 112, §§ 1° e 2°, da Lei Complementar n° 381, de 7 de maio de 2007, com a nova redação dada pela Lei Complementar n° 534, de 20 de abril de 2011.

DESPESA COM PESSOAL

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a "despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

Esses limites foram estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada Poder e Órgão em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Em 2015, Santa Catarina ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF. As despesas com pessoal consolidadas representaram 58,35% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite prudencial (57%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 48,35% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial.

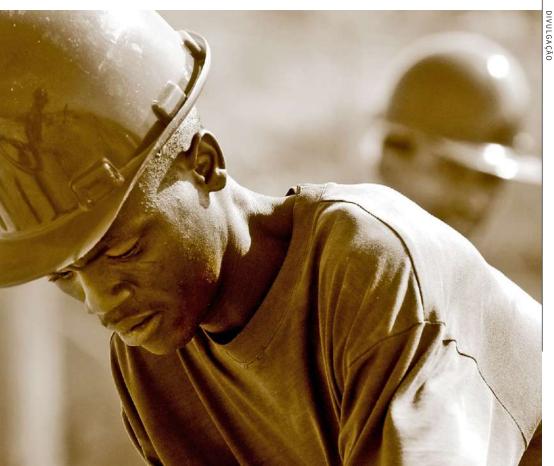
Especificação	2015	2014	Variação 2015/2014	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	48,35%	47,93%	0,88%	49,00%	46,55%	44,10%
Consolidado Geral	58,35%	57,55%	1,39%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Analisando-se detalhadamente os itens que compõem as despesas com pessoal, constata-se que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso

financeiro da folha de pagamento, cresceram 10,46% em 2015 no consolidado geral do Estado e 11,22% no Poder Executivo, enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu 8,83%.

Representatividade das **Despesas com Pessoal** em Relação à Receita **Corrente Líquida**





Valor e Variação de Cada Item que Compõe o Cálculo das Despesas com Pessoal, Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (R\$ milhões)

Especificação	2015	2014	Variação % 2015/2014
CONSOLIDADO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	13.344	12.081	10,46%
Pessoal Ativo	8.450	7.909	6,84%
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.872	4.147	17,47%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	23	25	-7,75%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.018	1.816	11,16%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	193	158	22,10%
Decorrentes de Decisão Judicial	90	140	-35,64%
Despesas de Exercícios Anteriores	92	90	1,73%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.643	1.427	15,139
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	11.326	10.265	10,34%
PODER EXECUTIVO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	10.963	9.857	11,22%
Pessoal Ativo	6.584	6.126	7,49%
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.356	3.707	17,52%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	23	25	-7,75%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.579	1.309	20,67%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	153	60	155,249
Decorrentes de Decisão Judicial	70	59	18,709
Despesas de Exercícios Anteriores	38	55	-30,49%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.318	1.135	16,15%
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	9.384	8.549	9,77%
Receita Corrente Líquida	19.410	17.836	8,83%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

NOTAS

- (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, **EXPLICATIVAS:** as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
 - (2) Conforme o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio--alimentação e auxílio-moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 – Locação de Mão de Obra – Servicos Terceirizados e as Pensões Especiais.
 - (3) As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614/2013 e da Lei Estadual nº 16.160/2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal por não estarem enquadradas no conceito do artigo 18 da LRF.
 - (4) Nas despesas com pessoal consolidadas, foram considerados os valores publicados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, bem como as despesas com pessoal da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas.
 - (5) Nas despesas com pessoal do Poder Executivo, não foram consideradas as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, em virtude de suas autonomias orçamentária e financeira, conforme dispõem o artigo 134 da Constituição Federal (com redação dada pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014) e o artigo 107 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, respectivamente.
 - (6) Para evitar a duplicidade de valores, estão sendo desconsiderados os registros de ressarcimentos realizados pelo Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na natureza de despesa 31.91.96.xx, destinados ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais de Santa Catarina (FMPIO), de acordo com o art. 3º, inciso X, do Decreto nº 1.245/2008, acrescido pelo Decreto nº 2.245/2009. Os valores de despesa em questão são relativos a servidores cedidos pela Secretaria de Estado da Administração, onde a execução orçamentária dessa despesa ocorre na natureza 31.90.xx.xx. Quando ingressados no FMPIO, os valores são registrados como Receita Intraorçamentária na rubrica 4.7.9.2.2.99.26, não sendo considerada no cálculo da Receita Corrente Líquida.
 - (7) Na análise das rubricas de despesas com pessoal, cadastradas nos Sistemas de Recursos Humanos (SIGRH e SIRH), foram identificadas despesas de natureza indenizatória classificadas incorretamente no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Dessa forma, não foram consideradas as despesas executadas nas rubricas (0044 - Ajuda de Custo; 0157 – Auxílio-Alimentação e 0257 - Diária de Curso Interno) no período de janeiro de 2015 a outubro de 2015.
 - (8) As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 – Indenização de Férias – Primeiro Contrato; 0332 – Indenização de Férias – Ano em Curso), para o magistério público estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual. Em 2015, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 10,295 bilhões, correspondendo ao percentual de 53,04% da RCL (45,14% em 2014) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

Divide Consolidade Limida		2015		2014
Dívida Consolidada Líquida	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	38.820	200	35.671	200
Dívida Consolidada Líquida	10.295	53,04	8.051	45,14

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida, e o limite para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2015, foi captado um montante de R\$ 1,147 bilhão em recursos de operações de crédito internas e externas. Desse total, 80,91% dos recursos foram provenientes das operações de crédito internas, com destaque para os contratos com o Banco do Brasil, que representaram 62,67% dos valores totais recebidos.

As operações de crédito internas e externas do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R\$ 1,085 bilhão em 2015 e representaram 5,59% da Receita Corrente Líquida (8,58% em 2014). No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Dívida Consolidada Líquida (R\$ milhões)



Assim, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas pelo Estado em relação à

Receita Corrente Líquida atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

Operações de Crédito

para Fins de Cumprimento
da Resolução nº 43/2001 do

Senado Federal

(R\$ milhões)

Onere a en de Cuédite		2015		2014
Operações de Crédito	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	3.106	16	2.854	16
Operações de Crédito Internas e Externas	1.085	5,59	1.530	8,58
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	1.359	7	1.248	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Vale lembrar que, conforme estabelece a referida resolução, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos estados, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado ao final de dezembro de 2015 foi de R\$ 707 milhões, representando 3,64% da RCL (3,48% em 2014) e atendendo ao limite máximo de 22% estabelecido pelo artigo 9º da Resolução do Senado nº 43/2001.

As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 707 milhões ao final do ano de 2015 (620 milhões em 2014),

em decorrência de contratos de financiamentos firmados entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CA-SAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF), além de um contrato de financiamento entre a CASAN e a Agence Française de Développement (AFD). Todos os contratos referem-se às intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado.

Garantias Concedidas | (R\$ milhões)

Cavantina Canandidae		2015		2014
Garantias Concedidas –	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.270	22	3.924	22
Total de Garantias	707	3,64	620	3,48

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Nota: (1) O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal (CEF) e dois contratos de contragarantia com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a CEF e a CASAN, no valor total de R\$ 302.002.093,35, referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns municípios do Estado.

(2) O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement (AFD) e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Em 2015, o Estado inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 647,194 milhões (R\$ 494,981 milhões em 2014), sendo R\$ 191,768 milhões processados e R\$ 455,426 milhões não processados. A disponibilidade de caixa bruta menos as obrigações financeiras⁴ totalizou, em 2015, R\$ 3,314 bilhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados). Após a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 2,858 bilhões (R\$ 2,887 bilhões em 2014), representando o superávit financeiro do exercício⁵.

Disponibilidade de Caixa Líquida

R\$ 3,314 bilhões

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Restos a Pagar não Processados

R\$ 455 milhões

Superávit Financeiro

R\$ 2,858 bilhões



As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária. No montante, já estão inclusos os valores inscritos em restos a pagar processados.

O superávit financeiro é apresentado no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial.





RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é a diferença entre a receita primária (receita total deduzidas as receitas financeiras) e a despesa primária (despesa total deduzidas as despesas financeiras). De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo, não sendo inclusas aí as receitas de aplicações financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos, nem de alienação de bens. Do lado da despesa, não são consideradas as despesas com juros e amortização da dívida, bem como as concessões de empréstimos.

Portanto, do lado das receitas não são considerados recursos de empréstimos obtidos, por exemplo. Porém, quando esses recursos são utilizados para o financiamento de investimentos importantes para o Estado, o resultado primário do período poderá ser deficitário, uma vez que os investimentos são despesas de capital (despesas primárias). Já os recursos de operações de crédito que financiaram essas despesas caracterizam-se como receitas financeiras, ou seja, não são receitas primárias.

Quando se faz a análise do resultado primário executado em relação à meta prevista na LDO, deve-se levar em conta dois fatores que afetam o resultado obtido e que não são considerados na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de operações de crédito em valor maior do que o previsto na LDO. E o segundo são as despesas executadas, custeadas

com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram déficits primários.

No ano de 2015, o Estado de Santa Catarina apresentou um déficit primário de R\$ 330,032 milhões, não atingindo a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um superávit primário de R\$ 826,150 milhões.

Conforme já explanado, o resultado primário do ano de 2015 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,590 bilhão, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito e outras receitas não primárias, que somaram R\$ 661,292 milhões. As principais operações de crédito dizem respeito à instituição do Programa Pacto por Santa Catarina, que prevê a realização de investimentos na ordem de R\$ 10,7 bilhões. Enquanto as obras do Pacto forem realizadas, o resultado primário do período será afetado.

O resultado primário continuará sendo afetado negativamente sempre que forem utilizados recursos de superávits de exercícios anteriores e que forem realizados investimentos tendo como fonte receitas de operações de crédito, pois as despesas primárias serão maiores que as receitas primárias, gerando assim um desequilíbrio no resultado primário.

RESULTADO NOMINAL

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzido do ativo dispo-

nível (disponibilidade de caixa bruta) e dos haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de 2014, que totalizou R\$ 5,875 bilhões, e a Dívida Fiscal Líquida de 2015, que totalizou R\$ 7,893 bilhões, gerou um Resultado Nominal de R\$ 2,018 bilhões, ou seja, um acréscimo da Dívida Fiscal Líquida.

Com isso, o Estado cumpriu a meta de resultado nominal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, que era de R\$ 5,466 bilhões. R\$2,018BI
RESULTADO NOMINAL

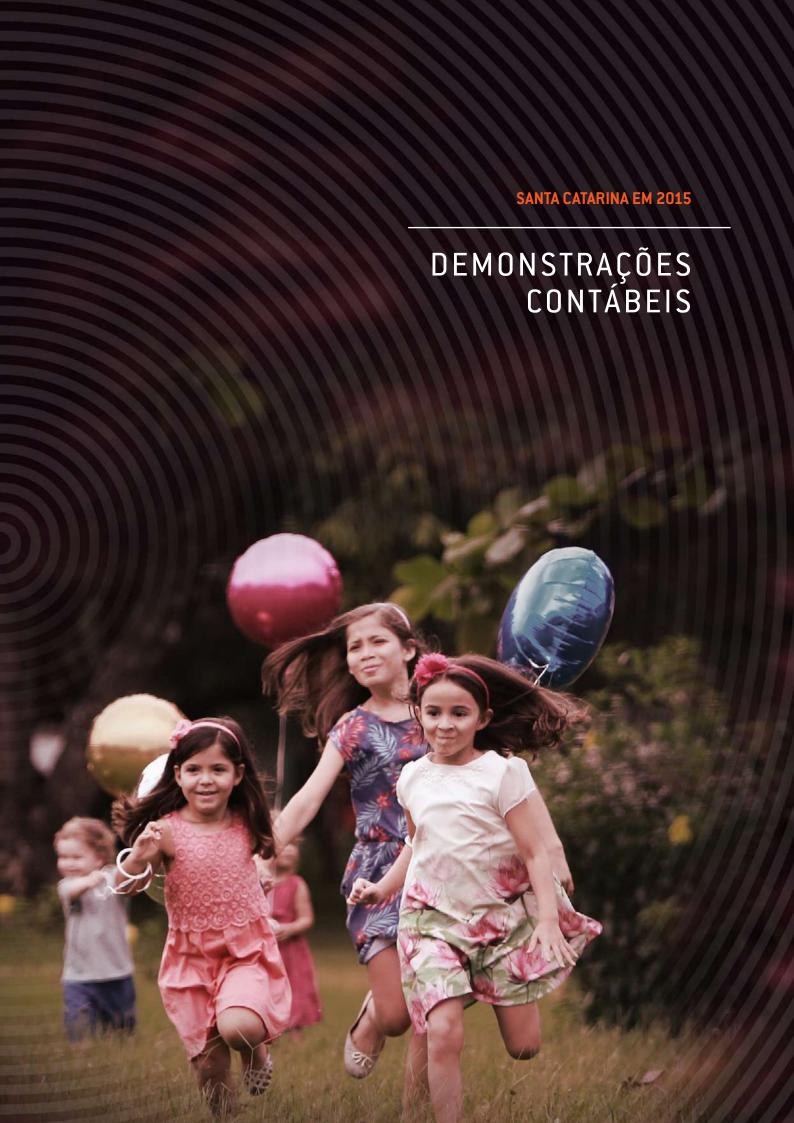




Resumo dos Principais Indicadores e Resultados do Estado de Santa Catarina (R\$ milhões)

		2015		2014
SAÚDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	1.906	12	1.826	12
Despesas consideradas	2.042	12,86	1.843	12,11
EDUCAÇÃO – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	3.970	25	3.804	25
Despesas consideradas	4.379	27,57	4.320	28,39
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	VALOR	% Receita Corrente	VALOR	% Receita Corrente
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 193, CE/89)	429	2	394	2
Despesas consideradas	387	1,80	355	1,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	19.410		17.836	
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	15.881		15.217	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	11.646	60	10.701	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	11.064	57	10.166	57
Despesa Total com Pessoal	11.326	58,35	10.265	57,55
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	38.820	200	35.671	200
Dívida Consolidada Líquida	10.295	53,04	8.051	45,14
GARANTIAS		% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.270	22	3.924	22
Total de Garantias	707	3,64	620	3,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	3.106	16	2.854	16
Operações de Crédito Internas e Externas	1.085	5,59	1.530	8,58
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	1.359	7	1.248	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	826		498	
Resultado Apurado	-330		-556	
RESULTADO NOMINAL	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	5.466		-35	
Resultado Apurado	2.018		516	
RESTOS A PAGAR	VALOR		VALOR	
Inscrição de Restos Processados	192		57	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos não Processados	3.314		3.324	
Inscrição de Restos não Processados	455		438	
Disponibilidade de Caixa Líquida após da Inscrição de Restos não Processados	2.858		2.887	





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2015

				R\$ milhares
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota PREVISÃO Explicativa INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.033.636	22.033.636	21.456.266	(577.369)
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.782.445	12.782.445	12.030.863	(751.583)
Impostos	12.170.515	12.170.515	11.479.559	(690.956)
Taxas	611.931	611.931	551.304	(60.627)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.558.296	1.558.296	1.739.935	181.640
Contribuições Sociais	1.558.296	1.558.296	1.739.935	181.640
Contribuições Econômicas	-		-	-
RECEITA PATRIMONIAL	544.915	544.915	877.716	332.801
Receitas Imobiliárias	7.112	7.112	9.096	1.984
Receitas de Valores Mobiliários	520.119	520.119	748.128	228.009
Receitas de Concessões e Permissões	15.266	15.266	5.795	(9.471)
Receita de Cessão de Direitos	1.323	1.323	113.644	112.322
Outras Receitas Patrimoniais	1.096	1.096	1.054	(42)
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.369	2.369	936	(1.433)
Receita da Produção Vegetal	982	982	554	(427)
Receita da Produção Animal e Derivados	1.378	1.378	382	(997)
Outras Receitas Agropecuárias	9	9	-	(9)
RECEITA INDUSTRIAL	16.429	16.429	4.232	(12.197)
Receita da Indústria de Transformação	11.829	11.829	35	(11.794)
Receita da Indústria de Construção	4.600	4.600	4.198	(402)
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	681.037	681.037	695.640	14.603
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.864.238	5.864.238	5.435.486	(428.752)
Transferências Intragovernamentais	4.654.377	4.654.377	3.921.427	(732.950)
Transferências de Instituições Privadas	900.668	900.668	1.448.233	547.565
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	432	432	516	84
Transferências de Convênios	308.761	308.761	65.309	(243.451)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	583.907	583.907	671.458	87.551
Multas e Juros de Mora	152.160	152.160	203.207	51.047
Indenizações e Restituições	186.512	186.512	143.429	(43.083)
Receita da Dívida Ativa	13.989	13.989	64.388	50.399
Receitas Correntes Diversas	231.246	231.246	260.434	29.188

Continua na próxima página



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇANIENTANIAS	Explicativa	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)		2.782.814	2.782.814	1.285.513	(1.497.301)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.624.855	2.624.855	1.146.895	(1.477.960)
Operações de Crédito Internas		2.281.338	2.281.338	927.934	(1.353.403)
Operações de Crédito Externas		343.518	343.518	218.961	(124.557)
ALIENAÇÃO DE BENS		49.473	49.473	6.137	(43.336)
Alienação de Bens Móveis		11.198	11.198	5.700	(5.497)
Alienação de Bens Imóveis		38.276	38.276	437	(37.839)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		45.696	45.696	21.979	(23.717)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		61.899	61.899	49.599	(12.300)
Transferências Intergovernamentais		11.899	11.899	7.999	(3.900)
Transferências de Instituições Privadas		-	-	23	23
Transferências do Exterior		-	-	-	
Transferências de Pessoas		-	-	-	
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	-	-	
Transferências de Convênios		50.000	50.000	41.576	(8.424)
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		890	890	60.903	60.013
Integralização do Capital Social		-	-	23.446	23.446
Dívida Ativa Prov. da Amortização de Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	
Restituições		-	-	-	
Receitas de Capital Diversas		890	890	37.457	36.567
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)		-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		24.816.449	24.816.449	22.741.779	(2.074.670)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-	
Operações de Crédito Internas		-	-	-	
Mobiliária		-	-	-	
Contratual		-	-	-	
Operações de Crédito Externas		-	-	-	
Mobiliária		-	-	-	
Contratual		-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		24.816.449	24.816.449	22.741.779	(2.074.670)
DÉFICIT (VII)	42	-	-	237.857	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		24.816.449	24.816.449	22.979.636	(2.074.670)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS	ADICIONAL	S)			
Superávit Financeiro	41		2.379.474	1.589.660	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-	

Reabertura de Créditos Adicionais
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2015

Continuação da página anterior

ESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	
DESPESAS CORRENTES (IX)	19.648.278	22.243.094	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.758.404	13.924.921	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	848.726	982.239	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.041.148	7.335.934	
DESPESAS DE CAPITAL (X)	5.062.387	6.252.472	
INVESTIMENTOS	4.261.791	5.154.408	
INVERSÕES FINANCEIRAS	47.813	151.673	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	752.784	946.391	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	105.784	19.325	
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	
UBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	24.816.449	28.514.891	
MORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
UBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	24.816.449	28.514.891	
UPERÁVIT (XVI)	-	-	
OTAL (XVII) = (XV + XVI)	24.816.449	28.514.891	

R\$ milhares

R\$ milhares			
SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)	DESPESAS PAGAS (i)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS EMPENHADAS (g)
2.037.820	19.710.760	19.892.818	20.205.274
451.703	13.448.549	13.460.936	13.473.218
24.953	957.286	957.286	957.286
1.561.164	5.304.925	5.474.596	5.774.770
3.478.109	2.621.683	2.631.393	2.774.363
3.338.002	1.665.099	1.674.618	1.816.406
28.641	121.660	121.850	123.032
111.467	834.924	834.924	834.924
19.325	-	-	-
-	-	-	-
5.535.254	22.332.443	22.524.211	22.979.637
-	-	-	-
-	-		-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
5.535.254	22.332.443	22.524.211	22.979.637
-	-	-	-
5.535.254	22.332.443	22.524.211	22.979.637

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Execução de Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

		INSCRITOS				
Restos a Pagar não Processados	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2014 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	-	305.748	154.211	154.210	151.537	1,4
Pessoal e Encargos Sociais	-	14.896	14.176	14.176	721	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	290.852	140.036	140.034	150.816	1,4
Despesas de Capital	-	132.000	56.932	56.932	75.068	0,2
Investimentos	-	132.000	56.932	56.932	75.068	0,2
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	437.748	211.144	211.142	226.605	1,7



Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

R\$ milhares

		INSCRITOS			
Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2014 (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	-	46.694	45.132	1.562	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	6.083	6.083	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	40.611	39.049	1.562	-
Despesas de Capital	-	10.539	10.248	290	-
Investimentos	-	10.539	10.248	290	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	57.233	55.381	1.852	-

Consolidado Geral | Balanço Financeiro

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

			R\$ milhares
INGRESSOS	Nota Explicativa	2015	2014
Receita Orçamentária (I)		22.741.779	21.612.111
Ordinária		14.520.401	13.789.001
Vinculada		8.221.378	7.823.109
Recursos Vinculados à Educação		2.325.983	2.233.582
Recursos Vinculados à Saúde		574.871	611.587
Recursos Vinculados à Previdência Social		1.830.816	1.617.561
Recursos Vinculados à Assistência Social		1.131.460	404.677
Recursos Vinculados à Segurança Pública		525.905	507.393
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		124.703	120.825
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		48.127	42.859
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		12.753	3.574
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		6.444	5.404
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		6.168	6.391
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.147.970	1.743.699
Outras Vinculações de Recursos		486.177	525.556
Transferências Financeiras Recebidas (II)		65.716.316	59.890.826
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		17.626.765	16.816.761
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		44.919.352	40.382.456
Transferências Recebidas Aportes RPPS		3.170.199	2.691.609
Recebimentos Extraorçamentários (III)		15.384.679	15.938.506
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		455.426	437.748
Inscrição de Restos a Pagar Processados		191.768	57.233
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43	12.242.001	11.383.850
Aplicações do RPPS		2.495.421	4.059.655
Outros Recebimentos Extraorçamentários		64	20
Saldo do Exercício Anterior (IV)		7.239.307	6.175.639
Caixa e Equivalentes de Caixa	44	7.239.307	6.175.639
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	43	111.082.082	103.617.082

Continua na próxima página



Continuação da página anterior

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	Nota Explicativa	2015	2014
Despesa Orçamentária (VI)		22.979.637	21.230.114
Ordinária	'	14.863.376	13.858.339
Vinculada		8.116.261	7.371.775
Recursos Vinculados à Educação		2.341.215	2.329.181
Recursos Vinculados à Saúde		629.345	669.77
Recursos Vinculados à Previdência Social		1.636.808	1.427.336
Recursos Vinculados à Assistência Social		1.133.701	455.090
Recursos Vinculados à Segurança Pública		547.689	534.07
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		129.107	121.450
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		35.605	15.523
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		13.186	43
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		19.761	21.19
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		15.177	3.47
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.235.514	1.355.76
Outras Vinculações de Recursos		379.153	438.48
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		65.714.276	59.882.54
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		17.624.725	16.808.48
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		44.919.352	40.382.45
Transferências Concedidas Aportes RPPS		3.170.199	2.691.60
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		14.388.216	15.265.11
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		211.142	308.87
Pagamento de Restos a Pagar Processados		55.381	94.88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43	11.425.115	10.612.00
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		2	1
Aplicações do RPPS		2.696.576	4.244.76
Perdas Aplicação Financeira RPPS		-	3.93
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	64
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		7.999.954	7.239.30
Caixa e Equivalentes de Caixa	35-44	7.999.954	7.239.30
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	43	111.082.082	103.617.082

Consolidado Geral | Balanço Financeiro

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

	2015		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária	22.323.482	7.803.081	14.520.401
Vinculada	8.479.133	257.754	8.221.378
Recursos Vinculados à Educação	2.326.042	59	2.325.983
Recursos Vinculados à Saúde	574.904	33	574.871
Recursos Vinculados à Previdência Social	1.834.464	3.648	1.830.816
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.339.422	207.962	1.131.460
Recursos Vinculados à Segurança Pública	525.940	35	525.905
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	165.803	41.101	124.703
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	48.127	-	48.127
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	16.780	4.027	12.753
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	6.765	322	6.444
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	6.168	-	6.168
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.147.970	-	1.147.970
Outras Vinculações de Recursos	486.746	569	486.177
TOTAL	30.802.615	8.060.836	22.741.779

R\$ milhares

		R\$ milhares
		2014
Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
21.316.670	7.527.668	13.789.001
7.973.874	150.765	7.823.109
2.233.591	9	2.233.582
611.587	-	611.587
1.620.834	3.273	1.617.561
510.697	106.020	404.677
507.500	107	507.393
160.208	39.383	120.825
42.859	-	42.859
4.630	1.056	3.574
5.508	104	5.404
6.391	-	6.391
1.743.699	-	1.743.699
526.370	813	525.556
29.290.544	7.678.434	21.612.111
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	F 1 6'1 11 1	de Dianeiamente e Costão Fiscal (SICEE)

Consolidado Geral | Balanço Patrimonial

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

DĊ	mi	lhո	ro

			R\$ milhares
	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10 - 35	9.453.687	9.039.326
Créditos a Curto Prazo		1.118.043	1.206.596
Créditos Tributários a Receber	11	1.049.062	1.131.410
Clientes	12	56.129	62.943
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	28.892	28.892
Dívida Ativa Tributária	14	167.346	366.213
Dívida Ativa Não Tributária	15	937	949
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(184.323)	(383.811)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	1.724.965	1.273.082
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	730.590	529.435
Estoques	19	209.715	343.183
VPDs Pagas Antecipadamente	20	5.370	3.427
TOTAL DO ATIVO CIDCULANTE		12 242 270	12 205 040
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		13.242.370	12.395.049
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.844.650	2.569.647
Créditos a Longo Prazo		2.479.934	2.311.050
Créditos Tributários a Receber	11	2.145.747	1.956.022
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	284.086	290.933
Dívida Ativa Tributária	14	11.527.879	9.967.169
Dívida Ativa Não Tributária	15	237.157	173.729
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(11.714.936)	(10.076.803)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	153.872	135.839
Estoques	19	16.590	16.605
VPDs Pagas Antecipadamente	20	194.254	106.154
Investimentos	21	3.325.114	3.226.098
Imobilizado	22	12.088.166	10.810.933
Intangível	23	195.437	162.256
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.453.367	16.768.934
TOTAL DO ATIVO		31.695.737	29.163.983

Continua na próxima página



Continuação da página anterior			R\$ milhare
	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	218.709	149.279
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	970.308	753.563
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	457.280	196.314
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	18.084	16.453
Provisões a Curto Prazo	28	470.347	504.72
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.937.939	6.394.70
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		9.072.669	8.015.032
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	763.716	732.57
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	17.277.421	14.613.50
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.324.171	1.359.08
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	258.459	242.42
Provisões a Longo Prazo	28	653.419	816.18
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	639.113	469.78
Resultado Diferido	30	644.230	517.69
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		21.560.529	18.751.25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		221.543	198.09
Reservas de Capital		368	36
Demais Reservas		8.088	8.08
Resultados Acumulados	31 - 34	832.540	2.191.14
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.062.540	2.397.69
TOTAL DO DASCINO E DO DATRIMÂNIO LÍCUIDO		21 665 727	20.152.22
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.695.737	29.163.983

Consolidado Geral | Balanço Patrimonial

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares
24/42/2244

31/12/2015	31/12/2014
10.260.318	9.623.934
21.435.420	19.540.049
31.695.737	29.163.983
'	
7.325.572	6.681.996
23.762.635	20.521.975
31.088.208	27.203.971
607.529	1.960.012
	10.260.318 21.435.420 31.695.737 7.325.572 23.762.635

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Patrimonial Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/64

		R\$ milhares
Especificação	31/12/2015	31/12/2014
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas	976.044	846.143
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	976.044	846.143
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas	707.292	620.249
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	408.410	466.491
Obrigações Contratuais	22.197.062	16.005.140
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	10.688.387	9.147.871
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	34.001.151	26.239.751



Consolidado Geral | Balanço Patrimonial Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/64

		R\$ milhares
FONTES DE RECURSOS	31/12/2015	31/12/2014
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(46.745)	(5.505)
0.101 - Recursos ordinários - diversos	1.547	-
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	1.807	(4)
0.111 - Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	20.388	334
0.119 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	7.630	821
0.120 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	5.452	0,2
0.121 - Cota-parte contrib. intervenção no domínio econ. CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	1.797	-
$0.122 - Cota-parte \ da \ compensação \ financeira \ dos \ recursos \ hídricos - recursos \ do \ tesouro - exercício \ corrente$	12.614	-
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.008	-
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	165	-
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	11.573	-
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.240	-
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	1.907	-
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	58	-
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	3.448	(5.200)
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	7.952	16
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	9.746	-
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	17.533	0,05
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	2.183	(1.400)
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário -		
recursos do tesouro - exercício corrente	110.331	(6.456)
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	3.770	-
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	52.398	0,002
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	2.193	-
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - Salário-Educação	2	-
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	661	-
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	488.563	-
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	13.651	-
0.195 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	23.323	-
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	626	-
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	25	-
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	21.945	(12.993)
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	607	-
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	20.491	(939)
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	15.699	
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	232	-
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	111.231	(1.807)
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	152.667	(1.001)
0.259 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	132.007	
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.565	10
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	36.591	10
0.261 - Receitas diversas - Fundosociai - recursos de outras fontes - exercício corrente	15.006	1
0.202 - Neceitas diversas - SELLEC - Lecuisos de outras folltes - exercició colletite	15.006	1

Continua na próxima página

Continuação da página anterior R\$ milhares

Continuação da página anterior		R\$ milhares
FONTES DE RECURSOS	31/12/2015	31/12/2014
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.386	-
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	7.048	R\$ milhares
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	846	-
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	102.993	(14.590)
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.890	-
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	980	-
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.720	113
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	91.553	-
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	64.802	-
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.309	-
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	417	-
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	18.179	209.419
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	467	2.848
0.302 - Recursos do tesouro - Programa Revigorar III - exercícios anteriores	15	1
0.309 - Superávit Financeiro - Recursos Convertidos - Recursos do tesouro -Receitas Correntes	8	552
0.310 - Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.791	4.312
0.311 - Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.441	29.658
0.319 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.593	13.467
0.320 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	187	1.429
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE-Estadual	782	3.065
0.322 - Cota-parte da compensação dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	27.793
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	18.708	39.131
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	5	117
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	119	2.705
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	3.360	8.815
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	52	6.487
0.331 - Fundeb - transferências da União - exercícios anteriores	-	6.221
0.332 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercícios anteriores	5.913	16.855
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercícios anteriores	500	510
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	4.560	10.590
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	925	1.777
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores	0,2	11.198
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	10.744	19.430
0.382 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercícios anteriores	61	5.061
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	71.005	109.192
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	1.937	4.510
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	32.567	74.471
0.386 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	32.301	749
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - Salário-Educação	53	1.565
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores		608
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superávit	333.854	843.707
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	4.965	14.077
0.395 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.447	6.693
0.398 - Receita de Alienação de Bens - exercícios anteriores	202	792
0.399 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercícios anteriores	202	701
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	20.704	53.218
0.023 CONVENIO - Disterna Onico de Saude - recursos do tesouro - exercícios antenores	20.104	JJ.Z10

Continua na próxima página



Continuação da página anterior R\$ milhares

		NŞ IIIIII ares
FONTES DE RECURSOS	31/12/2015	31/12/2014
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	2.723	3.022
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	35.379	57.484
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	4.212	11.730
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	26	32
0.640 - recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	41.543	234.893
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222	222
0.650 - Contribuição previdenciária	406.465	429.926
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	31.960	31.960
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	13.291	16.751
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	5.040	35.608
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	8.230	25.060
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercícios anteriores	-	38.972
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção ensino superior - exercícios anteriores	152	152
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	-	1.003
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	84.585	191.875
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	8.609	9.993
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	137	10.423
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	12.413	13.081
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	116.286	154.535
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	62.080	62.080
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.096	14.324
0.699 - Não primárias - outras receitas	35.072	40.544
1.100 - Contrapartida - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	(278)	-
2.100 - Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	(175)	-
2.191 - Contrapartida de operações de crédito internas - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	(6.639)	_
2.391 - Contrapartida - BID - operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	109
2.661 - Contrapartida - BID - receitas diversas - FundoSocial - receitas de outras fontes - exercícios anteriores		570
4.191 - Contrapartida de outros empréstimos - operação de crédito interna - recursos do tesouro	(2.052)	-
4.661 - Contrapartida de outros empréstimos - receitas diversas - FundoSocial - exercícios anteriores	-	160
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	567	432
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - rec. do tesouro - exercício corrente	2.172	-
7.240 - Contrapartida de convênios - rec. de serviços - rec. de outras fontes - exercício corrente	4	_
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - rec. de outras fontes	391	(474)
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.768	9.652
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública e defesa do Cidadão -		
rec. tesouro - exercícios anteriores	967	1.537
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - rec. do tesouro - exercícios anteriores	3	2.500
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - rec. outras fontes	1.000	2.250
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	146	287
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	4	249
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	881	881
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - rec. de outras fontes - exercícios anteriores	96	570
7.680 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - rec. de outras fontes - exercícios anteriores	14	14
7,000,000,000,000,000,000,000,000,000,0	-	15
7.698 - Contrapartida de convênios - receita de alienação de bens - exercícios anteriores		
8.263 - Contrapartida de convenios - receita de alienação de bens - exercicios anteriores 8.263 - Contrapartida de empréstimos internos - receitas diversas - Programa Pró-Emprego	(2.882)	-

Consolidado Geral | **Demonstração das Variações Patrimoniais**

Anexo 15 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	Nota Explicativa	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33	20.777.754	19.905.343
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda - Consolidação		2.963.219	2.518.237
Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação		17.069.764	16.645.435
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação		510.044	488.609
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação		234.727	253.062
Contribuições		1.724.520	1.515.351
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação		727.583	626.424
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS		996.937	888.927
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		876.805	808.299
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação		19.121	17.123
Venda Bruta de Produtos - Consolidação		4.783	6.784
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		669.414	611.820
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS		183.730	172.794
(-) Dedução Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		(243)	(221)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.902.084	1.647.25
Transferências e Delegações Recebidas	33	74.104.970	68.587.79
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		327.792	923.14
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		327.792 50.793.735	923.14 27.994.73
			27.994.73
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		50.793.735	27.994.73
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		50.793.735	27.994.73
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		50.793.735	27.994.73 121.381.91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		50.793.735 150.507.659	27.994.73 121.381.91 8.488.17
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos		50.793.735 150.507.659 9.289.848	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais		50.793.735 150.507.659 9.289.848 4.984.845	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		50.793.735 150.507.659 9.289.848 4.984.845 3.810.585	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		50.793.735 150.507.659 9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas		9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias		9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	34	9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748 50.564.893	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46 27.924.22 120.070.64
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais Diminutivas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	34	9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748 50.564.893 151.978.244	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46 27.924.22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais Diminutivas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	34	9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748 50.564.893 151.978.244	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46 27.924.22 120.070.64 1.311.26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais Diminutivas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	34	9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748 50.564.893 151.978.244 (1.470.585)	27.994.73 121.381.91 8.488.17 4.236.44 3.465.53 2.394.03 71.655.93 1.730.83 175.46 27.924.22 120.070.64 1.311.26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais Diminutivas TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	34	9.289.848 4.984.845 3.810.585 4.503.855 76.583.598 2.052.966 186.906 748 50.564.893 151.978.244 (1.470.585)	



Consolidado Geral | **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Anexo 18 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

			R\$ milhares
	Nota Explicativa	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		87.223.886	79.610.633
Receitas Derivadas e Originárias		14.725.429	13.874.065
Transferências Correntes Recebidas	36	6.730.838	5.834.408
Outros Ingressos Operacionais	37	65.767.619	59.902.160
Desembolsos		85.992.238	78.836.703
Pessoal e Demais Despesas	38	16.591.101	15.317.762
Juros e Encargos da Dívida		957.286	810.888
Transferências Concedidas	36	2.657.508	2.798.090
Outros Desembolsos Operacionais	37	65.786.343	59.909.963
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		1.231.648	773.930
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		28.116	26.314
Alienação de Bens		6.137	6.391
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		21.979	19.923
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		1.529.863	1.659.046
Aquisição de Ativo Não Circulante	38	1.401.872	1.500.048
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		10.284	8.549
Outros Desembolsos de Investimento		117.706	150.449
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(1.501.746)	(1.632.732)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		1.257.397	1.877.323
Operações de Crédito		1.146.895	1.743.428
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		23.446	8.621
Transferências de Capital Recebidas	36	49.599	26.981
Outros Ingressos de Financiamentos		37.457	98.293
Desembolsos		834.924	561.955
Amortização/Refinanciamento da Dívida		834.924	561.955
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		422.472	1.315.369
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		152.374	456.567
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		3.384.329	2.927.762
Caixa e Equivalente de Caixa Final	35	3.536.702	3.384.329
	5 . 01.		0 . 7 5 1 (0) 0 5 5

Consolidado Geral | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

			rty minimareo
	Nota Explicativa	2015	2014
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receitas Tributárias		12.030.863	11.612.600
Receitas de Contribuições		726.047	626.590
Receita Patrimonial		155.932	41.887
Receita Agropecuária		936	1.220
Receita Industrial		4.232	5.076
Receita de Serviços		505.734	493.165
Remuneração das Disponibilidades		720.246	549.331
Outras Receitas Originárias e Derivadas		581.439	544.197
Total das Receitas Derivadas e Originárias		14.725.429	13.874.065

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Demonstração dos Fluxos de Caixa Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas**

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

			NŞ IIIIII lares
	Nota Explicativa	2015	2014
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		2.012.799	1.991.922
Da União		2.009.849	1.984.598
De Estados e do Distrito Federal		-	-
De Municípios		2.950	7.324
Multigovernamentais		-	-
Intragovernamentais	36	1.295.352	1.219.140
Outras Transferências Correntes Recebidas		3.422.687	2.623.346
Total das Transferências Recebidas		6.730.838	5.834.408
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		542.225	808.299
União		-	209
Estados e Distrito Federal		-	-
Municípios		542.225	808.091
Intragovernamentais	36	1.306.818	1.224.648
Outras Transferências Correntes Concedidas		808.464	765.144
Total das Transferências Concedidas		2.657.508	2.798.090



Consolidado Geral | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

	Nota	2015	2014
	Explicativa	2015	2014
Legislativa		529.888	516.338
Judiciária		1.371.123	1.250.951
Essencial à Justiça		521.206	452.403
Administração		1.473.074	1.420.163
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		1.920.563	1.801.655
Relações Exteriores		193	-
Assistência Social		35.809	32.964
Previdência Social		4.922.850	4.184.688
Saúde		1.810.014	1.726.412
Trabalho		5.253	4.700
Educação		2.444.492	2.350.851
Cultura		27.652	21.164
Direitos da Cidadania		517.748	480.881
Urbanismo		1	-
Habitação		23.465	20.684
Saneamento		2.390	3.545
Gestão Ambiental		74.184	73.255
Ciência e Tecnologia		27.143	18.571
Agricultura		549.607	514.999
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		31.079	34.351
Comunicações		37.020	53.080
Energia		1	74
Transporte		181.741	165.588
Desporto e Lazer		28.735	46.507
Encargos Especiais		55.871	143.939
Reserva de Contigência		-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		16.591.101	15.317.762

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Demonstração dos Fluxos de Caixa Quadro de Juros e Encargos da Dívida**

Período: janeiro a dezembro de 2015 e de 2014

R\$ milhares

			R\$ milinares
	Nota Explicativa	2015	2014
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		791.688	668.181
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		114.827	81.685
Outros Encargos da Dívida		50.771	61.022
Total dos Juros e Encargos da Dívida		957.286	810.888

Consolidado Geral | **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Anexo 19 | Lei Federal nº 4.320/64 Valores em 31/12/2014 e 31/12/2015

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		189.476	-	368	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		-	-	-	
AUMENTO DE CAPITAL		8.621	-	-	
Com Reservas e Lucros		-	-	-	
Com Subscrição de Novas Ações		8.621	-	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-	
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS		-	-	-	
DIVIDENDOS PROPOSTOS		-	-	-	
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	39	198.097		368	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	33	136.031		308	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31	-	-	-	
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		-	-	-	
AUMENTO DE CAPITAL		23.446	-	-	
Com Reservas e Lucros		-	-	-	
Com Subscrição de Novas Ações		23.446	-	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	34	-	-	-	
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS		-	-	-	
DIVIDENDOS PROPOSTOS		-	-	-	
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	39	221.543	-	368	

R\$ milhares

						R\$ milhares
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.815	-	-	2.274	(2.415.735)	-	(2.217.802)
-	-	-	-	3.295.611	-	3.295.611
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	8.621
-	-	-	-	-	-	-
-			-	-		8.621
-	-	-	-	1.311.266	-	1.311.266
-				-		
-	-	-	-	-	-	-
5.815	-	-	2.274	2.191.143	-	2.397.696
-	-	-	-	111.983	-	111.983
-	-	-	-	-	-	-
-				-	-	23.446
-		-	-	-	-	-
-			-	-	-	23.446
-	-	-	-	(1.470.585)	-	(1.470.585)
-		-		-		
-	-	-	-	-	-	-
5.815	-	-	2.274	832.540	-	1.062.540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado são amparadas pela Lei Estadual nº 16.530, de 23 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2015.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania; Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2015, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina aquelas empresas em que o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2015, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes:

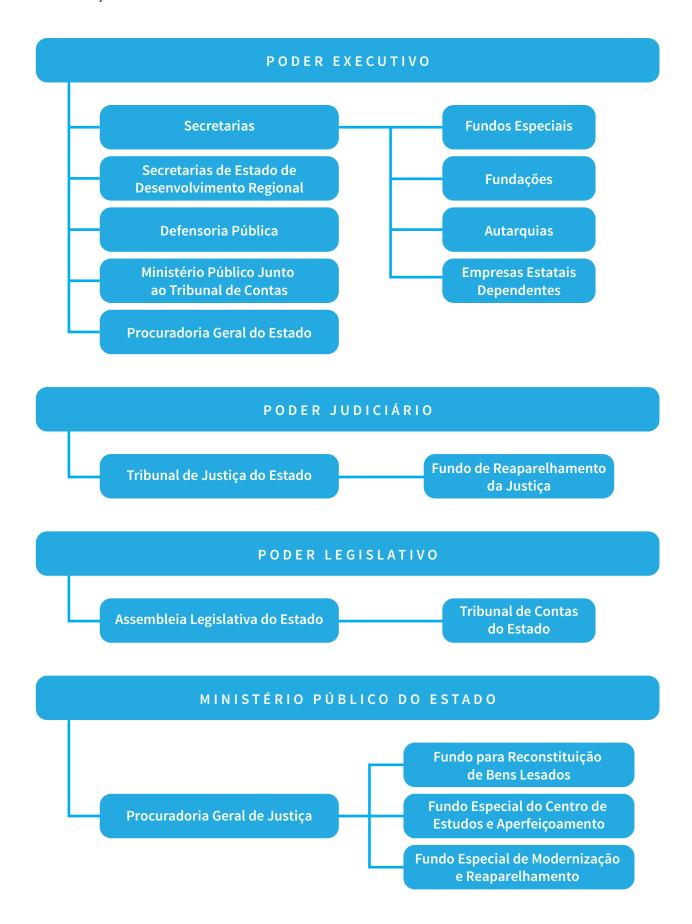
- I Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
- II Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- III Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- IV Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

b) Empresas não Dependentes:

- I Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
- II Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)¹
- III Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
- IV Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)
- V Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
- VI Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
- VII Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)
- VIII Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC)
- IX Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)
- X SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)

¹ Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

3. Relação das Entidades Consolidadas nas Demonstrações Contábeis do Exercício, conforme a Lei Orçamentária Anual





3.1. Relação Nominal das Entidades e dos Fundos Consolidados no Poder Executivo

a) Secretarias

Gabinete do Vice-Governador

Secretaria de Estado da Administração

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Secretaria de Estado da Casa Civil

Secretaria de Estado da Defesa Civil

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Fazenda

Secretaria de Estado da Infraestrutura

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Secretaria de Estado de Comunicação

Secretaria de Estado do Planejamento

Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Secretaria Executiva de Articulação Nacional

Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais

b) Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

São Miguel do Oeste	Caçador	Grande Florianópolis	São Joaquim
Maravilha	Laguna	Tubarão	Palmitos
São Lourenço	Curitibanos	Criciúma	Dionísio Cerqueira
Chapecó	Rio do Sul	Araranguá	Itapiranga
Xanxerê	Ituporanga	Joinville	Quilombo
Concórdia	Ibirama	Jaraguá do Sul	Seara
Joaçaba	Blumenau	Mafra	Taió
Campos Novos	Brusque	Canoinhas	Timbó
Videira	Itaiaí	Lages	Braco do Norte

- c) Defensoria Pública
- d) Procuradoria Geral do Estado
- e) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
- f) Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Fundação Catarinense de Esportes (FESPORTE)

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

Fundação do Meio Ambiente (FATMA)

Fundação Escola do Governo (ENA)

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

g) Autarquias

Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS)

Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN)

Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC)

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)

Departamento de Transportes e Terminais (DETER)

Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)

Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)

Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

h) Empresas Estatais Dependentes²

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

i) Fundos Especiais

Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar

Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville

Fundo Rotativo da Penitenciária Sul

Fundo para Melhoria da Segurança Pública

Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos

Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis

Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó

Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Fundo Estadual de Defesa Civil

Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina

Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo

Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Fundo Estadual de Assistência Social

Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)

Fundo Estadual do Artesanato e da Economia Solidária

Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)

Fundo para a Infância e Adolescência

Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente

Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Fundo Estadual de Saneamento

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas

Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais

² Somente as empresas estatais dependentes são consolidadas na Prestação de Contas do Exercício de 2015. A participação do Estado nas empresas não dependentes não faz parte do processo de consolidação das contas.



Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)

Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento

Fundo Especial da Defensoria Dativa

Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina

Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural

Fundo Estadual de Sanidade Animal

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior

Fundo Estadual de Educação (FEDUC)

Fundo Previdenciário

Fundo Financeiro

Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais

Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais

Fundo Patrimonial

Fundo Estadual de Saúde

Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE)

Fundo Estadual de Apoio aos Municípios

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina

Fundo de Esforço Fiscal

Fundo Pró-Emprego

Fundo Estadual de Transporte

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Lei Estadual nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, promoveu a fusão da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico (AGESAN) com a Agência Reguladora de Serviços Públicos (AGESC), criando a Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARESC).

A Lei Complementar Estadual nº 662, de 11 de dezembro de 2015, extinguiu o Fundo Previdenciário, incorporando-o ao Fundo Financeiro.

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) encontra-se em fase de liquidação, sendo a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) a sua liquidante.

A Lei Estadual nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015, transformou as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), Secretarias Executivas vinculadas à Secretaria de Estado da Casa Civil. A mesma lei extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, contudo, não dispôs sobre a transferência dos saldos patrimoniais. Portanto, até que se defina a unidade gestora que receberá os saldos da SDR da Grande Florianópolis, o balancete contábil dessa unidade não será encerrado.

5. Base de Preparação

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

O Estado de Santa Catarina vem implementando uma série de ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas estão: o reconhecimento pelo regime de com-

petência dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

As demonstrações financeiras estão consolidadas considerando as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas de "intra". Para fins de análise sem considerar as operações "intra", estão disponíveis os demonstrativos no Volume II deste balanço, que excluem os grupos de contas com essa denominação.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Governo do Estado fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado. No exercício de 2015, destacam-se os valores atribuídos aos túneis que foram avaliados pelo DEINFRA;
- b) na redução a valor recuperável dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos;
- c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado e do intangível, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998;
- d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base um laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são as mesmas revisadas a cada data-base; e
- e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia **29/2/2016** pelo Secretário de Estado da Fazenda.



9. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando os motivos que a originaram deixarem de existir.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2015 das empresas públicas e das sociedades de economia mista. O lapso temporal das demonstrações financeiras das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas). A IPSAS 7 – Investimentos em coligadas e em controladas – prevê como prazo máximo desse lapso temporal o período de três meses.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial (Unidade Gestora 470093).

f) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Ele é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos anteriormente a $1^{\circ}/1/2010$, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando-se tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou a sua incorporação ao patrimônio estatal. Nesse sentido, a solução adotada pelo Estado de Santa Catarina buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio do Estado.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de reavaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

i) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional – EC nº 62, de 9 de dezembro de 2009).

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do artigo 1º do Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

De acordo com o Decreto Estadual nº 2.057, de 26 de fevereiro de 2014, para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, sendo o montante repassado em uma ou mais parcelas, até o mês de outubro do respectivo exercício, ou em parcelas mensais de 1/12 avos.

O Decreto Estadual nº 428, de 3 de novembro de 2015, prorrogou o prazo para repasse para até 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciários, são utilizados:

I - 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo para os precatórios em geral;



II - 50% (cinquenta por cento) para pagamento de precatórios por meio de leilão, de ordem única e crescente de valor por precatório e de acordo direto com os credores, conforme definido em legislação estadual específica³.

Em março de 2013, a Emenda Constitucional 62/2009 foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) nºs 4.357 e 4.425, ficando pendente a apreciação da questão de seus efeitos – modulação da decisão no tempo.

Por cautela, em 11 de abril de 2013, o STF determinou que os Tribunais de Justiça de todos os estados e do Distrito Federal dessem continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando, até que a Corte Suprema decida sobre a modulação da decisão proferida. Portanto, no exercício de 2015, foram mantidas as regras de pagamento de precatórios adotadas com a publicação da EC nº 62/2009.

Em março de 2015, a Suprema Corte concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009. Segundo o STF, fica mantido parcialmente o regime especial pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016. Com tal decisão, o Estado, que teria o período de dez anos para liquidar os precatórios, agora terá a metade do tempo.

Do valor total repassado pelo Governo do Estado ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios em 2015, aproximadamente 57% foram provenientes de depósitos judiciais tributários. A utilização de depósitos judiciais tributários para pagamento de precatórios é respaldada pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, que autoriza os estados a utilizarem parte dos depósitos tributários e não tributários em que Santa Catarina seja parte para pagamento de precatórios mediante a instituição de um fundo garantidor.

j) <u>Custos dos Empréstimos</u>

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

k) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2014 e não liquidados até 31/1/2015 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados. Todos os restos a pagar inscritos em 2014 e não pagos até 31/12/2015 foram cancelados, sendo inscritos no passivo com atributo "P - Permanente". Os pagamentos dessa dívida deverão ocorrer à conta de Despesas de Exercícios Anteriores (elemento de despesa 92).

l) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

m) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil de Santa Catarina é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o "Tesouro do Estado" (Unidade Gestora 520099). Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

n) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento dessas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como

³ Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, e alterações posteriores; Decreto Estadual nº 3.379, de 14 de julho de 2010; Decreto nº 228, de 13 de maio de 2011; Lei Estadual nº 15.300, de 13 setembro de 2010; e Lei nº 15.693, de 21 de dezembro de 2011.

cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

o) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, por meio da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF), o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). Em 2015, as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGRH), o Sistema de Gestão Prisional do Estado e o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

p) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho dentro do exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

		R\$ milhares
TÍTULOS	31/12/2015	31/12/2014
Conta Única – Tesouro	279	288
Banco do Brasil	1.453.733	1.800.019
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.453.454)	(1.799.730)
Conta Única – RPPS	697	-
Bancos Conta Movimento – Plano Financeiro	-	2
Bancos Conta Movimento – RPPS	43.080	31.610
Bancos Conta Movimento – Plano Previdenciário	685.570	495.488
Bancos Conta Movimento – Taxa de Administração	2.420	2.118
(-) Aplicações Financeiras – RPPS	-	(2)
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro	(42.384)	(31.610)
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Previdenciário	(685.570)	(495.488)
(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração	(2.420)	(2.118)
Outras Contas	18.472	10.455
Banco do Brasil – outras contas	1.423.986	1.238.166
Bradesco	-	24
Caixa Econômica Federal	5.107.829	4.178.377
Demais Contas Bancárias	-	-
(-) Aplicações financeiras – outros bancos	(6.513.343)	(5.406.112)
Arrecadação Indireta	13.709	22.721
Aplicações Financeiras	7.966.797	7.205.842
CDB/RDB	928.990	1.837.484
Poupança	87.745	95.191
Fundos	6.856.038	5.216.102
Outras aplicações	94.025	57.066
Limite de Saque	1.453.733	1.800.019
TOTAL	9.453.687	9.039.326



Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381, de 7 de maio de 2007, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras "(-) Aplicações financeiras da conta única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo "Aplicações Financeiras".

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro", "(-) Aplicações Financeiras – Fundo Previdenciário" e "(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a nota explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e ainda não recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ milhares

					31/12/2015
Aplicações Financeiras	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	TOTAL
Executivo	781.109	86.388	1.310.277	56.438	2.234.212
Legislativo	100.000	-	10.098	-	110.098
Judiciário	47.881	1.356	5.384.925	-	5.434.162
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	37.587	37.587
Ministério Público	-	-	150.738	-	150.738
TOTAL	928.990	87.745	6.856.038	94.025	7.966.797

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 5,385 bilhões aplicados em fundos, R\$ 5,024 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais).

Limite de Saque

A utilização da conta limite de saque nas unidades gestoras do Poder Executivo está fundamentada na sistemática de operacionalização da conta única, a qual é registrada de forma centralizada na Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, na conta contábil 1.1.1.1.1.02.01.00 (Conta Única – Tesouro – Banco do Brasil).

Dessa forma, todos os valores depositados nas contas de arrecadação registradas na conta contábil 1.1.1.1.1.03.01.01 (Conta Arrecadação – Banco do Brasil) dos órgãos e das entidades do Estado são, automaticamente, transferidos para a conta única do Tesouro, gerando a baixa desses valores na conta arrecadação e a incorporação de um direito no órgão, com a correspondente obrigação no Tesouro pela centralização da arrecadação. O direito-órgãos e a obrigação-Tesouro denominam-se limite de saque. No ativo dos órgãos e das entidades, o limite de saque é representado pela conta contábil 1.1.1.1.2.40.01.01 (Limite de Saque) e, no passivo do Tesouro, pela conta contábil 2.1.8.9.2.40.01.00 (Recursos a Liberar – Limite de Saque).

Para melhor compreensão da sistemática das contas de limite de saque, apresentam-se a seguir, resumidamente, o esquema contábil de contabilização da arrecadação de valores nos órgãos e nas entidades, e a centralização na conta única:

Pela arrecadação do recurso

a) No órgão arrecadador:

D – 1.1.1.1.03.01.01 (Conta Arrecadação – Banco do Brasil)

C – Conta de Receita, Conta de Passivo ou Conta de Direito

D – 1.1.1.1.2.40.01.01 (Limite de Saque)

C – 4.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Débitos – Limite de Saque)

b) No Tesouro:

D – 3.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Créditos – Limite de Sague)

C – 2.1.8.9.2.40.01.00 (Recursos a Liberar – Limite de Saque)

Pela Transferência do Recurso para a Conta Única

No órgão arrecadador:

D – 3.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Créditos – Limite de Sague)

C – 1.1.1.1.03.01.01 (Conta Arrecadação – Banco do Brasil)

No órgão centralizador - Tesouro:

D – 1.1.1.1.02.01.00 (Conta Única – Tesouro – Banco do Brasil)

C – 4.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Débitos – Limite de Saque)

Como consequência do tratamento contábil da centralização da arrecadação pela conta única, ressalta-se que, para fins de análise das demonstrações contábeis e consolidação geral das contas, o valor do limite de saque deverá ser desconsiderado tanto no ativo quanto no passivo, pois ambos não constituem disponibilidades/obrigações financeiras efetivas e são evidenciados no nível de consolidação "2- intra".



11. Créditos Tributários a Receber

R\$ milhares

	31/12/2015					31/12/2014
Créditos Tributários a Receber	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	565.632	-	565.632	539.970	-	539.970
Contribuições Sociais	2.131	-	2.131	67	-	67
Créditos Tributários Parcelados	468.353	-	468.353	578.292	-	578.292
Créditos Tributários PRODEC	-	2.145.747	2.145.747	-	1.956.022	1.956.022
Créditos Previdenciários Parcelados	12.946	-	12.946	13.081	-	13.081
TOTAL	1.049.062	2.145.747	3.194.809	1.131.410	1.956.022	3.087.433

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impostos

A partir do exercício de 2012, em observância ao regime de competência previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade e nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a IPSAS 23 (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS), foram reconhecidos os valores de créditos tributários a receber relativos a ICMS, IPVA e ITCMD.

Em atendimento às orientações do MCASP⁴, foram reconhecidos os parcelamentos das notificações fiscais emitidas e a estimativa de valores declarados de ICMS no Ativo Circulante da Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Durante o exercício de 2015, os valores foram atualizados, conforme as estimativas mensais de recebimento dos impostos.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto e, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelos estados pertence aos municípios. Para refletir tal situação e, em decorrência dos princípios contábeis da competência e da prudência, são provisionados os valores que pertencem aos municípios (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na Unidade Gestora do Tesouro Estadual (unidade gestora 520099). Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios são provisionados (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) referente ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda, bem como os valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo "outros créditos da dívida ativa tributária", no valor de R\$ 30,078 milhões (nota explicativa nº 14).

⁴ Portaria Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

12. Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas entre os diversos órgãos do Estado.

Na tabela a seguir, estão apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes.

R\$ milhares

	0.1.10.10.0.7	NŞ IIIIII ales
Unidades Gestoras	31/12/2015	31/12/2014
Fundação Catarinense de Cultura	20	26
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	-	453
Fundação do Meio Ambiente	-	3
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	-	1
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	10	2.256
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.982	2.018
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	21	-
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	52.910	57.971
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	2	-
Fundação Escola de Governo (ENA)	2	-
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	50	38
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	34	-
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	20	8
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	18	120
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	60	50
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	56.129	62.943
(-) Ajuste de Perdas de Devedores Duvidosos	(66)	(902)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	56.063	62.041

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos.

R\$ milhares

	31/12/2015				31/12/2014	
Unidades Gestoras	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28.892	21.965	50.857	28.892	21.965	50.857
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.938	7.938	-	8.166	8.166
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	79.256	79.256	-	73.959	73.959
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	93.591	93.591	-	105.507	105.507
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	28.892	284.086	312.978	28.892	290.933	319.825
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.162)	-	(16.162)	(16.162)	-	(16.162)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	12.730	284.086	296.816	12.730	290.933	303.663



14. Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Dívida Ativa Tributária	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	148.433	11.189.098	11.337.531	355.115	9.678.343	10.033.459
IPVA	5.944	218.067	224.010	3.635	174.512	178.147
ITCMD	11.548	51.073	62.621	7.439	36.439	43.878
Outros Créditos	1.422	69.641	71.063	25	77.874	77.899
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	167.346	11.527.879	11.695.225	366.213	9.967.169	10.333.382
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(167.199)	(11.487.658)	(11.654.856)	(365.827)	(9.913.669)	(10.279.495)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	148	40.222	40.369	387	53.500	53.887

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Cobrança da Dívida Ativa

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2015	31/12/2014
Estoque de Dívida Ativa Tributária	11.695.225	10.333.382
Cobrança no Exercício	143.367	96.764

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos

Entre outros créditos, estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) – R\$ 30,078 milhões, referentes aos créditos previdenciários parcelados conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda, bem como os valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir:

- 1. média percentual de recebimentos passados; e
- 2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados é calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

15. Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como FATMA, DETER, DEINFRA e CIDASC, em função de suas atividades-fins. A provisão para perdas da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 14).

R\$ milhares

	31/12/2015				31/12/2014		
Dívida Ativa Não Tributária	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Dívida Ativa não Tributária Antes dos Ajustes de Perdas	937	237.157	238.094	949	173.729	174.678	
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(897)	(227.278)	(228.175)	(921)	(163.135)	(164.056)	
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	40	9.879	9.919	28	10.594	10.622	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

16. (-) Ajuste de Perdas de Créditos

O quadro detalha a conta de ajuste de perdas. A metodologia de cálculo do ajuste das perdas da dívida ativa tributária e não tributária está descrita nas notas 14 e 15, respectivamente.

R\$ milhares

	31/12/2015				31/12/2014		
Ajustes de Perdas de Créditos	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	66	-	66	902	-	902	
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.162	-	16.162	16.162	-	16.162	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	167.199	11.487.658	11.654.856	365.827	9.913.669	10.279.495	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Não Tributária	897	227.278	228.175	921	163.135	164.056	
TOTAL	184.323	11.714.936	11.899.259	383.811	10.076.803	10.460.615	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

17. Demais Créditos e Valores

R\$ milhares

		3	31/12/2015	31/12/2			
Demais Créditos e Valores	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	10.748	-	10.748	5.035	-	5.035	
Suprimento de Fundos/Diárias	16.146	-	16.146	15.136	-	15.136	
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.274.167	-	1.274.167	958.778	-	958.778	
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	25.349	-	25.349	11.369	-	11.369	
Tributos a Recuperar/Compensar	5.861	-	5.861	5.758	-	5.758	
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	476	-	476	476	-	476	
Créditos por Danos ao Patrimônio	197.884	-	197.884	156.412	-	156.412	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	62.352	67.737	130.089	44.589	48.120	92.709	
Outros Créditos e Valores a Receber	498.212	86.166	584.378	386.733	87.853	474.586	
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	2.091.195	153.903	2.245.098	1.584.286	135.973	1.720.259	
(-) Ajuste de Perdas	(366.230)	(32)	(366.262)	(311.204)	(134)	(311.338)	
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.724.965	153.872	1.878.836	1.273.082	135.839	1.408.921	



Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 13º salário e 1/3 de férias, o que ocorre principalmente com adiantamentos de 13º salário de empresas estatais dependentes, por convenção coletiva de trabalho.

Suprimento de Fundos/Diárias

Os suprimentos de fundos/diárias são adiantamentos concedidos pelo ente a servidores para despesas de pequeno vulto, de pronto atendimento e de diárias, que, após serem realizadas, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação das transferências efetuadas:

R\$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2015	31/12/2014
Convênios	1.011.255	776.002
Subvenções Sociais	18.641	22.437
Contrato de Apoio Financeiro – PF e PJ	72.294	61.338
Contratos de Gestão	112.925	40.561
Contrato de Apoio à Pesquisa	42.119	38.208
Subvenções Econômicas	16.845	20.234
Termos de Parceria	89	-
TOTAL	1.274.167	958.778

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamento para Pagamento de Precatórios - Regime Especial

Apresenta os valores repassados pelo Poder Executivo ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para pagamento de precatórios. A baixa desse valor ocorre com a confirmação do pagamento do precatório pelo TJSC.

Tributos a Recuperar/Compensar

Registra os créditos tributários a compensar, tais como IRRF, INSS, IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, entre outros. A tabela a seguir demonstra os saldos da conta Tributos a Recuperar/Compensar por unidade gestora credora do tributo.

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2015	31/12/2014
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	677	677
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	5.183	5.079
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	1	1
TOTAL	5.861	5.758

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001, de 17 de outubro de 2008.

R\$ milhares

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	72.785	76.110
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/llegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	43.347	35.791
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	2.011	219
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	2.535	1.117
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/llegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados – TCE	17.741	12.149
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial – TCE	49.171	31.026
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico – TCE	10.295	-
TOTAL	197.884	156.412

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

		3	31/12/2014			
Outros Créditos e Valores a Receber	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	367.823	969	368.792	314.229	2.655	316.884
Multas de Trânsito a Receber	35.755	-	35.755	29.289	-	29.289
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	26.507	-	26.507	20.749	-	20.749
Outros Créditos e Valores a Receber	68.127	85.197	153.324	22.466	85.198	107.664
TOTAL	498.212	86.166	584.378	386.733	87.853	474.586

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R\$ milhares

	31/12/2015				31/12/2014		
Unidades Gestoras	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Fundação Catarinense de Cultura	-	-	-	40	-	40	
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	3	-	3	3	-	3	
Fundo Patrimonial	1	-	1	11	-	11	
Departamento Estadual de Infraestrutura	367.820	941	368.761	314.175	2.655	316.830	
Departamento de Transportes e Terminais	-	28	28	-	-	-	
TOTAL	367.823	969	368.792	314.229	2.655	316.884	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio e de outros bens. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516, de 4 de outubro de 2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930, de 11 de janeiro de 2006.



A "Provisão para Perdas" está sendo reconhecida pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composta pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial nº 023.09.028623-8).

Na sequência, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2015, por devedor:

R\$ milhares

		3	31/12/2015			
			Não Circulante			
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens - DEINFRA (Credor)	Direitos	Provisão Perdas	Subtotal	Direitos	Provisão Perdas	Subtotal
CASAN	1.647	(1.647)	-	-	-	-
Casa de Pedra Energia S.A.	559	(559)	-	-	-	-
Celesc	362.441	(362.441)	-	-	-	-
Claro S.A.	-	-	-	297	-	297
Embratel	354	(354)	-	-	-	-
Demais devedores	2.819	(408)	2.411	644	(32)	612
TOTAL	367.820	(365.409)	2.411	941	(32)	909

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

18. Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (vide nota explicativa nº 35).

R\$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de Investimento em Renda Fixa	727.954	527.101
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	2.420	2.118
Ações Passíveis de Alienação	216	216
TOTAL	730.590	529.435

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

19. Estoques

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Estoques	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Mercadorias para Revenda	1.112	-	1.112	1.140	-	1.140
Matérias-Primas	1.068	-	1.068	1.636	-	1.636
Almoxarifado	206.492	-	206.492	329.912	-	329.912
Outros Estoques	1.044	-	1.044	10.494	-	10.494
Terrenos	-	15.608	15.608	-	15.608	15.608
Obras em Andamento	-	981	981	-	981	981
Estoque de Bens Móveis Inservíveis	-	1	1	-	15	15
TOTAL	209.715	16.590	226.305	343.183	16.605	359.788

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. Inclui no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

	31/12/2015 31/12/20						
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	5.370	194.254	199.624	3.427	106.154	109.581	
TOTAL	5.370	194.254	199.624	3.427	106.154	109.581	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

21. Investimentos

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2015	31/12/2014
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	3.324.745	3.225.726
Participação em Empresas	2.802.906	2.567.617
Adiantamento para Aumento de Capital	521.839	658.110
Participação – Método do Custo	370	370
Demais Investimentos Permanentes	-	2
TOTAL	3.325.114	3.226.098

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes⁵, além das participações em outras empresas.

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

Na consolidação das contas, os valores das empresas estatais dependentes, que totalizam R\$ 24,663 milhões, devem ser desconsiderados para evitar duplicidade dos saldos. Dessa forma, o PCASP identifica essas participações no 5º nível (código "2" – intra), representando uma operação entre as unidades integrantes do mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Essa sistemática inibe a duplicidade dos registros. Considerando a consolidação, o valor das participações societárias soma R\$ 3,300 bilhões.

O valor de R\$ 8,896 milhões registrado como perdas para valor realizável líquido é referente à participação na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), registrado na Unidade Gestora Fundo Previdenciário, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

As participações nas empresas estatais dependentes CIDASC e COHAB apresentaram a partir do exercício de 2015 valores zerados, tendo em vista que o patrimônio líquido nas empresas passou a ser negativo.

⁵ Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.

R\$ milhares

				31/12/2015
	Participações :	Societárias		
DISCRIMINAÇÃO	Método da Equivalência Patrimonial	Método do Custo	Adiantamento para Aumento de Capital	TOTAL
SC Participações	96.859	-	449.976	546.835
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	791.272	-	36.931	828.203
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	276.084	-	-	276.084
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	2.209	6	-	2.215
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	11	-	20.321	20.332
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	455.110	8.896	14.610	478.616
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	6.083	-	-	6.083
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	451.865	-	-	451.865
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	698.753	-	-	698.753
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	23.446	65	-	23.511
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	1.212	-	-	1.212
Tele Norte Celular Participações S.A.	-	9	-	9
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL)	-	71	-	71
Blumenautur Empreendimentos Turísticos S.A.	-	6	-	6
OI S.A.	-	148	-	148
Companhia Hidromineral de Piratuba	-	22		22
BESC S.A.	-	32	-	32
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC)	-	1	-	1
Telecomunicações de Santa Catarina S/C (TELESC)	-	11	-	11
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	(8.896)	-	(8.896)
TOTAL	2.802.906	370	521.838	3.325.114

22. Imobilizado

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Imobilizado	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	2.079.575	(551.785)	1.527.789	2.111.742	(407.591)	1.704.151
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	764.585	(206.337)	558.248	853.056	(163.475)	689.581
Equipamentos de Tecnologia da Informação	316.381	(74.231)	242.150	243.291	(47.366)	195.926
Móveis e Utensílios	328.392	(70.949)	257.443	346.419	(51.247)	295.172
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	109.427	(387)	109.041	113.248	(453)	112.794
Veículos	515.379	(188.967)	326.412	502.077	(136.534)	365.544
Armamentos	36.812	(7.147)	29.665	42.467	(4.378)	38.090
Demais Bens Móveis	8.599	(3.769)	4.830	11.183	(4.139)	7.044
Bens Imóveis	10.836.850	(276.474)	10.560.376	9.277.126	(170.344)	9.106.782
Bens de Uso Especial	6.225.955	(236.820)	5.989.136	5.850.595	(151.448)	5.699.147
Bens de Uso Comum do Povo	1.170.160	(34.822)	1.135.338	786.642	(14.245)	772.397
Bens Imóveis em Andamento	3.364.786	-	3.364.786	2.569.180	-	2.569.180
Instalações	56.074	(2.924)	53.150	57.695	(2.743)	54.952
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	7.458	(1.908)	5.550	5.817	(1.908)	3.909
Demais Bens Imóveis	12.417	-	12.417	7.198	-	7.198
TOTAL	12.916.425	(828.259)	12.088.166	11.388.869	(577.935)	10.810.933

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado de Santa Catarina no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares.

Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

A evolução do trabalho de reavaliação é sintetizada na tabela a seguir.

				Prazo para Reavaliação dos B			
		2013		2014		2015	
Situação da Reavaliação	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	
Iniciada/concluída	42	51,85	65	80,25	68	83,95	
Não iniciada	26	32,10	12	14,81	6	7,41	
Unidade não possui bens	13	16,05	4	4,94	7	8,64	
TOTAL	81	100,00	81	100,00	81	100,00	

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração

As bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3.486/2010, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.



No exercício de 2015, foram reavaliados 56 imóveis da administração direta. A Gerência de Bens Imóveis, vinculada à Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, emitiu a Informação n° 2.072/2015, de 13 de maio de 2015, em que destaca o reduzido quadro de engenheiros designados para a realização do procedimento de reavaliação. Nesse documento, sugere a contratação de empresa especializada para a realização desses procedimentos e, também, a dilatação do prazo para concluí-los.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa n° 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações.

Depreciação

R\$ milhares

		Bens Móveis – Depreciação Acu			
Tipo de Consolidação	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	
Administração Direta	345.811	234.945	135.559	73.003	
Autarquias	25.025	20.446	15.642	9.856	
Fundações	45.714	32.450	21.204	11.257	
Fundos Especiais	34.603	20.547	9.935	5.183	
Empresas Dependentes	100.632	99.203	87.889	78.592	
Consolidado Geral	551.785	407.591	270.229	177.891	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados (os cálculos se prolongavam por três dias, segundo a empresa de processamento de dados do Estado, antes da adoção desse valor de corte, passando a três horas após a sua adoção), o Poder Executivo considera que atende ao disposto no item QC 35 (equilíbrio entre custo e benefício) da Resolução CFC n° 1.374, de 8 de dezembro de 2011.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em	► Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001/2011.
operação até 31/12/2009	► Vida útil definida no laudo da avaliação.
Bens móveis adquiridos e postos em	► Método das cotas constantes.
operação a partir de 1º de janeiro de 2010	▶ Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF n° 162/1998.

A política para a depreciação de bens imóveis dos órgãos e das entidades do Poder Executivo (exceto as empresas, que devem observância à legislação própria) está de acordo com o estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

R\$ milhares

			Bens Imóveis – Depreciação Acumulad		
Tipo de Consolidação	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	
Administração Direta	3.032	1.021	297	22	
Autarquias	34.932	14.340	71	49	
Fundações	964	326	1.190	1.190	
Fundos Especiais	208.490	126.467	47	-	
Empresas Dependentes	29.056	28.190	28.595	26.945	
Consolidado Geral	276.474	170.344	30.201	28.207	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O valor elevado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE nº 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público nº 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nº 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

Em 2015, de acordo com o previsto no cronograma constante no Anexo I da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, foram avaliados e registrados os túneis sob o controle do Estado. Isso explica a elevação do saldo dessa classe de ativos (túneis), conforme pode ser visualizado na tabela a seguir.

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2014	ncorporações em 2015	Saldo em 31/12/2015
1.2.3.2.1.03.01.00 – Ruas/Estradas/Rodovias	231.465	188.592	420.057
1.2.3.2.1.03.03.00 – Pontes e Viadutos	551.295	21.470	572.765
1.2.3.2.1.03.04.00 – Túneis	3.191	173.455	176.646
1.2.3.2.1.03.05.00 – Barragens	472	-	472
1.2.3.2.1.03.99.00 - Outros Bens de Uso Comum do Povo	220	-	220
TOTAL	786.643	383.517	1.170.160

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Desde 2013, estão sendo reconhecidos os bens de infraestrutura (novas construções e restaurações significativas) concluídos, tais como (1) rodovias e estradas, (2) pontes e viadutos, (3) túneis e (4) barragens.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda, optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou reavaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas/redução a valor recuperável, seguindo a orientação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em 2015, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 216,422 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
CONTAS DE REGISTRO	31/12/2015	31/12/2014
3.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(6.362)	(7.898)
3.6.1.5.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	(6)	(7.882)
3.6.1.5.1.02 – Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(262)	(2.672)
4.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPA	29.663	43.889
4.6.1.1.1.02 – Reavaliação de Bens Imóveis	193.390	804.801
TOTAL	216.422	830.238



Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes⁶ estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2015, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 5,815 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro abaixo:

R\$ milhares

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2015
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	5.815

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

23. Intangível

R\$ milhares

		31/12/2015 3				
Intangível	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	149.306	(17.013)	132.293	114.104	(9.091)	105.013
Softwares em Desenvolvimento	62.952	-	62.952	57.043	-	57.043
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	248	(56)	192	248	(48)	200
TOTAL	212.506	(17.069)	195.437	171.395	(9.140)	162.256

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, especialmente – mas não exclusivamente –, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas dessa unidade da Federação. As tabelas a seguir apresentam uma relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento, em algumas unidades do Poder Executivo (apenas valores materiais são apresentados).

Principais Softwares Registrados em Alguns Órgãos

R\$ milhares

Unidade	Software	Valor
	ACT – Sistema de Acidentes de Trânsito	2.179
	CCO – Sistema de Contratos de Consultoria, Fiscalização	1.535
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	SCO – Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários	1.687
	SGF – Sistema de Gerenciamento Financeiro	4.151
	SICOP – Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas	-
	SQM – Sistema de Quantitativos e Medições	2.464
	SPJ – Sistema de Gestão de Processos Jurídicos	1.441
	SAT – Sistema de Administração Tributária	9.273
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	Licenças Oracle	6.910
	SICOP	4.738
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	PGE-Net – Processo Eletrônico	4.883
Administração do Porto de São Francisco (APSFS)	Sistema PORTONET	3.615

Fonte: Unidades Gestoras

⁶ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Santa Catarina Turismo (Santur) e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB).

Principais Softwares em Desenvolvimento Registrados em Alguns Órgãos

R\$ milhares

		πφ πππατου
Unidade	Software em Desenvolvimento	Valor
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica	1.314
	SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	19.226
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	Business Intelligence – BI	4.907
	Sistema de Administração Tributária (SAT)	4.733
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Plataforma FAPESC	2.138
	SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	18.666
Secretaria de Estado da Administração (SEA)	SGPE – Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico	15.858
	DOESC – Diário Oficial Eletrônico	1.984

Fonte: Unidades Gestoras

Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e por seus respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e Softwares do DEINFRA), e não estão sujeitos à amortização, dado que não foi possível estimar a sua vida útil, observado o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na Nota Técnica nº 001, de 4 de março de 2011, item 35.

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

Evolução de Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2014	114.104	57.043	171.147
Adições	64.901	7.652	72.553
Baixas	29.699	1.743	31.442
Saldo em 31/12/2015	149.306	62.952	212.258

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares

		no minares
Contas de Registro	31/12/2015	31/12/2014
3.6.1.6.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	(5.862)	-
4.6.1.2.1.01 – Reavaliação de Ativos Intangíveis	2.175	3.748
TOTAL	(3.687)	3.748

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A evolução dos saldos das contas demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar a sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.



PASSIVOS

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Obvigaçãos Typholkistos Bysvidaysiávica		Não	31/12/2013		Não	31/12/2014
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	Circulante	Nao Circulante	TOTAL	Circulante		TOTAL
Pessoal a Pagar	76.479	144.289	220.768	56.280	123.625	179.905
Férias	14.938	-	14.938	15.494	-	15.494
Décimo Terceiro Salário	3.338	-	3.338	3	-	3
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	21.820	-	21.820	26.804	-	26.804
Precatórios de Pessoal – Antes de 5/5/2000	-	-	-	74	668	743
Precatórios de Pessoal – a Partir de 5/5/2000	36.072	144.289	180.361	13.651	122.956	136.608
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	310	-	310	256	-	256
Benefícios Previdenciários a Pagar	47.052	178.804	225.856	21.669	173.853	195.522
Benefícios Previdenciários	2.351	-	2.351	2.351	-	2.351
Precatórios de Benefícios Previdenciários – a Partir de 5/5/2000	44.701	178.804	223.505	19.317	173.853	193.171
incargos Sociais a Pagar	95.177	440.624	535.801	71.330	435.100	506.430
Entidades de Previdência Privada e Complementar	1.291	-	1.291	1.704	-	1.704
Contribuição a Regime Próprio de Previdência	12.671	12.671	25.342	12.805	25.342	38.147
Contribuição ao Plano de Saúde do Exercício	16.389	-	16.389	54	-	54
INSS a Pagar	64.826	427.953	492.779	56.767	409.758	466.525
TOTAL	218.709	763.716	982.426	149.279	732.578	881.857

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Precatórios de Pessoal

A reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009 pelo STF, na qual o Estado tem cinco anos a partir de 1º/1/2016 para quitar o saldo de precatórios (ver nota explicativa nº 9, letra i).

25. Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Internos	594.465	13.711.804	14.306.269	514.544	12.115.092	12.629.635
Externos	375.844	3.565.617	3.941.460	239.017	2.498.416	2.737.433
TOTAL	970.308	17.277.421	18.247.729	753.561	14.613.508	15.367.068

INTERNOS

	R\$ milhares
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2015
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	7.883
Contrato de 31/3/98 - Lei nº10.637, de 23 de dezembro de 1997	7.883
BANCO DO BRASIL S.A.	11.009.397
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	827
Contrato de 10/11/98 – COHAB – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	22.164
Contrato de 31/3/98 012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	9.080.754
Contrato de 21/01/98 – DMLP – Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997	61.547
Contrato de 22/10/09 – PFE-I – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	18.803
Contrato de 18/7/13 – Prevenção de Desastres Naturais – Lei nº 15.941, de 21 de dezembro de 2012	1.430.221
Contrato de 27/11/13 – Pacto por Santa Catarina – Lei nº 16.129, de 23 de setembro de 2013	395.081
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	3.288.933
Contrato de 11/9/09 – PMAE – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	7.084
Contrato de 30/6/10 – PEF II – Lei nº 15.067, de 30 de dezembro de 2009	43.489
Contrato de 13/8/10 – CASAN/PAC – Lei n º 15.255, de 5 de agosto de 2010 e Lei nº 14.436, de 21 de maio de 2008	93.592
Contrato de 15/12/11 – Sistema Transporte Joinville – Lei n º 14.031, de 22 de junho de 2007	30.072
Contrato de 14/5/12 – PMAE Gestão Lei nº 15.289, de 23 de agosto de 2010	8.621
Contrato de 21/11/12 – Caminhos do Desenvolvimento – Lei nº 15.830, de 30 de maio de 2012	417.003
Contrato de 4/4/13 – Acelera Santa Catarina – Lei nº 15.903, de 20 de dezembro de 2012	2.689.072
FINANCIAMENTOS	56
Contrato de Fornecimento de Equipamentos e Prestação de Serviços nº 044/2012	56
TOTAL	14.306.269

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

EXTERNOS

	R\$ milhares
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2015
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 1390/OC/BR-ROF: TA 154202	
Contrato assinado em 9/5/2002 – Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001	286.609
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 4660 BR-ROF: 232598	
Contrato assinado em 10/5/2002 – Lei nº 12.007, de 29 de novembro de 2001	36.857
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 9/4/2010 − Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	173.506
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 1º/9/2010 - Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008	89.771
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF	
Contrato assinado em 31/8/2010 – Lei nº 13.919, de 27 de dezembro de 2006	116.644
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 7952 BR-RURAL	
Contrato assinado em 30/9/2010 – Lei nº 14.962, de 3 de dezembro de 2009	269.051
BANK OF AMERICA – BAML TA – 634758	
Contrato assinado em 27/12/2012 – Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012	2.509.974
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2900	
Contrato assinado em 9/1/2013 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	439.387
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF PROVIAS	
Contrato assinado em 2/8/2014 – Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011	19.662
TOTAL	3.941.460
Enota: Diretoria da Cantação da Pacursos a da Dívida Dública (SEE)	

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)



Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar (valor de R\$ 3,9048) datada de 31 de dezembro de 2015.

A Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, já com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Atualmente, o Governo do Estado de Santa Catarina discute com a União a forma de aplicação dos dispositivos da citada legislação, o que poderá ocasionar uma significativa redução no saldo devedor dessa operação de crédito, que em 2015 representa cerca de 63% do total das operações de crédito internas.

Demais informações sobre os contratos listados são encontradas no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD) de 2015, parte do Volume II deste Balanço Geral.

26. Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ milhares

_					31/12/2014	
Fornecedores e Contas a Pagar	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	126.250	51	126.301	45.313	47	45.360
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	331.030	1.324.120	1.655.150	151.001	1.359.039	1.510.040
TOTAL	457.280	1.324.171	1.781.452	196.314	1.359.086	1.555.400

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Precatórios de Fornecedores

A reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009 pelo STF, na qual o Estado tem, a partir de 1º/1/2016, cinco anos para quitar o saldo de precatórios (ver nota explicativa nº 9, letra i).

27. Obrigações Fiscais

R\$ milhares

		31/12/2015				
Obrigações Fiscais	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	17.258	258.444	275.701	15.626	242.411	258.037
Demais Obrigações Fiscais	827	15	842	827	15	842
TOTAL	18.084	258.459	276.543	16.453	242.426	258.879

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

28. Provisões

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Provisões	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	14.956	12.363	27.319	12.484	8.991	21.475
Provisão para Riscos Cíveis	3.745	3.400	7.146	3.700	1.499	5.200
Provisão para Riscos Fiscais	-	34.442	34.442	-	34.456	34.456
Provisão para Repartição de Créditos	415.306	-	415.306	452.200	-	452.200
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	603.213	603.213	-	771.238	771.238
Outras Provisões	36.340	-	36.340	36.340	-	36.340
TOTAL	470.347	653.419	1.123.766	504.724	816.184	1.320.909

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

R\$ milhares

		31/12/2015				
Impostos	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios		
ICMS	141.451	235.752	156.709	261.182		
IPVA	4.465	22.323	4.360	21.798		
ITCMD	11.315	-	8.151	-		
TOTAL	157.231	258.075	169.220	282.980		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

<u> </u>			31/12/2015			31/12/2014
	Plano	Plano		Plano	Plano	
TÍTULOS	Financeiro	Previdenciário	TOTAL	Financeiro	Previdenciário	TOTAL
Provisão para Benefícios Concedidos						
Aposentadoria/Pensões Outros Benefícios	80.860.559	9.587	80.870.146	72.155.034	2.678	72.157.712
Contribuições dos Inativos	(2.083.505)	(135)	(2.083.640)	(1.662.021)	-	(1.662.021)
Contribuições dos Pensionistas	(536.739)	(15)	(536.754)	(408.133)	(2)	(408.135)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(70.154.259)	-	(70.154.259)	(70.026.068)		(70.026.068)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(8.086.056)	(479)	(8.086.535)	-	-	-
Total da Provisão para Benefícios Concedidos	-	8.956	8.956	58.812	2.676	61.488
Provisão para Benefícios a Conceder						
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	83.625.073	2.012.228	85.637.301	94.943.033	7.026.385	101.969.418
Contribuições do Ente	(18.095.062)	(761.603)	(18.856.665)	(6.114.231)	(3.107.702)	(9.221.933)
Contribuições dos Ativos	(9.033.440)	(761.603)	(9.795.043)	(3.202.692)	(3.418.472)	(6.621.164)
Compensação Previdenciária	(8.362.507)	(100.611)	(8.463.118)	(1.670.981)	(25.723)	(1.696.704)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(48.134.064)	-	(48.134.064)	(83.955.129)	-	(83.955.129)
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano	-	205.846	205.846	-	235.262	235.262
Total da Provisão para Benefícios a Conceder	-	594.256	594.256	-	709.750	709.750
TOTAL	-	603.213	603.213	58.812	712.426	771.238



A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2015 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 053/2014, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

- a) as hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial são as seguintes:
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência Geral (IBGE, 2012);
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos (IBGE, 2012); e
 - » Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.
- b) a taxa de juros atuarial aplicada nos cálculos de 5,75% para o fundo previdenciário é de 0,00% para o fundo financeiro ao ano e atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2009;
- c) nessa avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;
- d) foi adotada a taxa de rotatividade de 1% para os fundos previdenciário e financeiro militar e de 0% para o fundo financeiro civil;
- e) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA;
- f) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina para o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) estão posicionadas em dezembro de 2014.

Na avaliação atuarial do exercício de 2015, a cobertura da insuficiência financeira foi de R\$ 118,288 bilhões (R\$ 153,981 bilhões em 2014).

Comparativo da Insuficiência Financeira em Relação às Obrigações Atuariais

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	166.507.446	174.127.130	199.341.303
Cobertura da Insuficiência Financeira	118.288.323	153.981.197	172.690.601
IMPACTO RELATIVO	71,04%	88,43%	86,63%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em valores relativos, comparando-se as obrigações atuariais dos planos financeiro e previdenciário, observa-se uma significativa redução, no período de 2014-2015 (cerca de 20%), da necessidade do Tesouro Estadual de cobrir a insuficiência financeira dos planos.

A Lei Complementar nº 662, de 11 de dezembro de 2015, aumentou as alíquotas de contribuição do servidor de 11% para 14% e a patronal de 22% para 28%. Os aumentos ocorrerão gradualmente a partir de 2016 até 2018, na proporção de 1 ponto percentual (p.p) para os servidores e 2 p.p para a cota patronal.

29. Demais Obrigações

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Demais Obrigações	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	74.531	278.511	353.042	68.846	182.809	251.656
Dividendos a Pagar	1.104	-	1.104	1.104	-	1.104
Consignações	31.020	-	31.020	2.798	-	2.798
Garantias	7.024	-	7.024	7.412	-	7.412
Depósitos Judiciais	5.148.611	135.751	5.284.362	4.219.918	98.293	4.318.211
Depósitos	111.586	-	111.586	224.050	-	224.050
Limite de Saque	1.453.733	-	1.453.733	1.800.019	-	1.800.019
Outras Obrigações	110.330	224.852	335.182	70.553	188.677	259.229
TOTAL	6.937.939	639.113	7.577.052	6.394.701	469.780	6.864.480

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina por conta da prestação de serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriados mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Depósitos Judiciais

R\$ milhares

			31/12/2015			31/12/2014
Unidade Gestora	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Tribunal de Justiça do Estado	5.024.154	-	5.024.154	4.097.214	-	4.097.214
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	-	3	3	-	3
Secretaria de Estado da Educação	-	-	-	3	-	3
Diretoria do Tesouro Estadual	124.449	-	124.449	122.693	-	122.693
Administração do Porto de São Francisco do Sul	5	-	5	5	-	5
Encargos Gerais do Estado	-	135.751	135.751	-	98.293	98.293
TOTAL	5.148.611	135.751	5.284.362	4.219.918	98.293	4.318.211

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total contabilizado na conta de Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 5,024 bilhões, que equivale a 95,1%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) (ver nota explicativa nº 10).

Depósitos

Entre os valores registrados nesta rubrica, destacam-se aqueles recebidos pelo FADESC referentes ao PRODEC⁷. Ao final do contrato, esses valores são reconhecidos como receita orçamentária.

⁷ Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.



Conforme previsto na legislação⁸, os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contrapartida de recursos oriundos do Governo Federal ou repassados à SC Parcerias S.A.

Embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, permite a sua utilização para investimentos de alto interesse do Estado, havendo, portanto, o diferimento do reconhecimento de uma receita tanto sob o enfoque orçamentário quanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita significa dizer que houve o fato gerador dessa receita, que, sob a ótica orçamentária, é a arrecadação (artigo 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista seria o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não foi feito o seu reconhecimento.

30. Resultado Diferido

Registra-se, nesta rubrica, o diferimento da receita orçamentária. Em 2015, o acréscimo desta conta ocorreu em função dos valores repassados pelo FADESC à SC Parcerias S.A. (R\$ 38,4 milhões), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (R\$ 31 milhões) e à BMW do Brasil (R\$ 57,1 milhões). Ao final do contrato de mútuo, as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação (vide nota explicativa no 29). Em 2015, o resultado diferido totaliza R\$ 644,2 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2015, substancialmente, em função de:

- a) mudança de práticas contábeis, inclusive:
 - » reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem. A Diretoria de Contabilidade Geral optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial à conta de ajuste de exercícios anteriores.
- b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:
 - » ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes, devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e
 - » incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo a exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 22).

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

	R\$ milhares
Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	Valor
a) Mudança de Práticas Contábeis	102.682
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	9.301
TOTAL	111.983

Fonte: Unidades Gestoras

No item de mudanças de práticas contábeis, destacamos o DEINFRA, que, em 2015, avaliou bens de infraestrutura da classe "Túneis" no valor de R\$ 173,455 milhões.

⁸ Decreto Estadual nº 704/2007, artigo 14, §2º.

⁹ Lei Estadual nº 13.342/2005, artigo 9º, § 2º.

PASSIVOS CONTINGENTES

32. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R\$ milhares

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	31/12/2015	31/12/2014
Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996	2.166.920	1.921.815
Sentenças Judiciais Passivas em Trâmite	8.488.564	7.193.153
INVESC	6.146.366	5.644.738
DEINFRA	2.278.902	1.484.916
UDESC	9.443	9.817
Epagri	53.654	53.682
Santur	199	-
Dívida com a Celesc	32.903	32.903
TOTAL	10.688.387	9.147.871

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996 com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 delas.

INVESC

No ano de 1995, foram captados pela Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R\$ 104,22 milhões por meio da emissão de 10.000 debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 – PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC).

Celesc

Trata-se de dívida cobrada do Estado pela Celesc referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o Processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, conforme protocolo de intenções ECP nº 03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403.

UDESC

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

33. Impostos e Transferências

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências). Os valores a seguir já consideram as deduções dessas receitas, sendo, portanto, líquidos.

		R\$ milhares
TRIBUTOS	31/12/2015	31/12/2014
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	·	
Impostos	20.032.984	19.163.672
Taxas	744.770	741.671
TOTAL	20.777.754	19.905.343
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		
		R\$ milhares
RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Impostos		
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	1.241.377	1.053.603
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.491.023	1.291.827
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	230.816	172.806
Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sob. Imóveis – ITBI	3	-
Sobre Operações Relativas à Circ. Merc. e Prest. Serv. Trans. Interest. Interm. e Com ICMS	17.069.764	16.645.435
TOTAL	20.032.983	19.163.671
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		
		R\$ milhares
RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Transferências e Delegações Recebidas	·	
Transferências Intragovernamentais	67.516.971	62.697.279
Transferências Intergovernamentais	4.340.698	4.504.379
Transferências das Instituições Privadas	1.606.835	929.106

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outras Transferências e Delegações Recebidas

34. Resultado Patrimonial

TOTAL

Transferências do Exterior

Transferências de Pessoas Físicas

O resultado patrimonial do período foi negativo de R\$ 1,471 bilhão ante um resultado positivo em 2014 de R\$ 1,311 bilhão, o que gera uma variação negativa de aproximadamente 212%. Grande parte desse desempenho ruim é decorrente do resultado financeiro, tendo em vista que as variações patrimoniais diminutivas financeiras cresceram 88% em 2015, enquanto as variações patrimoniais aumentativas financeiras cresceram 15,47%, contribuindo significativamente para o déficit patrimonial do período.

O resultado negativo de R\$ 1,471 bilhão já está considerando os efeitos da fusão da AGESC e da AGESAN ocorrida em 2015 e que contabilmente teve as contas de resultado encerradas em 31/8/2015, sendo transferido o saldo para a conta 2.3.7.1.C.04 - Superávit ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão.

49

616

456.366

68.587.794

4

516

639.946

74.104.970

R\$ milhares

RESULTADO PATRIMONIAL	
Decorrente da Fusão da AGESC e da AGESAN – Apurado em 31/08/2015	(798)
Decorrente das Demais Unidades Gestoras - Apurado em 31/12/2015	(1.469.787)
Resultado Patrimonial Consolidado do Exercício Financeiro de 2015	(1.470.585)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Excluindo-se as operações intra, o resultado foi negativo de R\$ 1,434 bilhão.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações/desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas/despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2015	31/12/2014
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	49.536.466	27.306.416
4.9.7.1.1.03.00.00 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	49.704.491	26.869.053
TOTAL	168.025	-437.363

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2015	31/12/2014
3.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.503.855	2.394.039
4.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.902.084	1.647.254
TOTAL	-2.601.771	-746.785

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2015	31/12/2014
3.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas	76.583.598	71.655.932
4.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas	74.104.970	68.587.794
TOTAL	-2.478.628	-3.068.138

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2015	31/12/2014
3.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Negativo de Participações	133.263	229.700
4.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Positivo de Participações	172.021	187.489
TOTAL	38.758	-42.211



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

35. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo esse saldo diferente do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 730,374 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais.

No Balanço Patrimonial, está sendo computado o caixa e equivalente de caixa no nível de consolidação "2" – intra, o que deverá ser desconsiderado para fins de análise no balanço consolidado.

Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$ milhares

BALANÇO P	ATRIMONIAL	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA BALANÇ		ANÇO FINANCEIRO	
1.1.1.1.1.	7.999.954	1.1.1.1.1 (exceto disponibilidade extraorçamentária)	2.806.328.	1.1.1.1.1.	7.999.954
1.1.1.1.2	1.453.733	1.1.4.1.1.09	727.954		
		1.1.4.1.1.14	2.420		
TOTAL	9.453.687	TOTAL	3.536.702	TOTAL	7.999.954

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

36. Transferências Correntes Recebidas e Concedidas/Transferências de Capital Recebidas

Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2014, apresentada nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, nas Transferências Correntes Recebidas e nas Transferências Concedidas eram consideradas as transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses. A partir de 2015, essas transferências foram registradas como "Outros Ingressos/Desembolsos Operacionais".

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2015)	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2014)
INGRESSOS – FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Transferências Correntes Recebidas	5.834.408	64.506.094
DESEMBOLSOS – FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Transferências Concedidas	2.798.090	61.373.866

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado Geral – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Anos 2014 e 2015

Em 2014, as transferências de capital recebidas foram consideradas como ingressos dos fluxos das atividades de investimentos. Em 2015, estão sendo consideradas como ingressos dos fluxos das atividades de financiamento.

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2015)	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2014)
INGRESSOS – FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS		
Transferências de Capital Recebidas	-	26.981
INGRESSOS – FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTOS		
Transferências de Capital Recebidas	26.981	-

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado Geral – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Anos 2014 e 2015

A nova metodologia provocou alteração na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2014 (divulgada em 2015), reduzindo o fluxo de caixa das atividades de investimentos e aumentando o fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

37. Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais

No exercício de 2015, estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses. Em 2014, esses valores foram computados como transferências intragovernamentais.

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2015)	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2014)
INGRESSOS – FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Outros Ingressos Operacionais	59.902.160	11.334
DESEMBOLSOS – FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Outros Desembolsos Operacionais	59.909.963	27.416

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado Geral – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Anos 2014 e 2015

A alteração de metodologia não provocou alteração no fluxo de caixa das atividades operacionais, tendo em vista que os itens alterados estão no mesmo fluxo.

38. Pessoal e Demais Despesas e Aquisição de Ativo Não Circulante

Em 2015, a nova metodologia de eleboração da DFC considerou as despesas na modalidade "91" como transferências intragovernamentais, enquanto que em 2014 esse valores tinham o mesmo tratamento das despesas na modalidade de aplicação "90 – Aplicação Direta". Tal alteração influenciou na composição dos fluxos de caixa das operações e de investimentos.

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2015)	31/12/2014 (Prestação de Contas de 2014)
DESEMBOLSOS – FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Pessoal e Demais Despesas	15.317.762	16.563.822
DESEMBOLSOS – FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.500.048	1.707.278

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado Geral – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Anos 2014 e 2015



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

39. Variação do Patrimônio Líquido no Período

O Patrimônio Líquido do Governo do Estado de Santa Catarina variou negativamente no ano de 2015 no montante de R\$ 1,335 bilhão, saindo de R\$ 2,398 bilhões para R\$ 1,063 bilhão. O fator que mais contribuiu para a redução do patrimônio líquido foi o resultado patrimonial do período, que foi negativo (R\$ 1,471 bilhão).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

40. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

R\$ milhares

			Despesa In	traorçamentária
Poder/Órgão	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos (Restituição)	Total
Executivo	799.106	278.728	9.443	1.087.277
Legislativo	50.594	3.460	-	54.054
Judiciário	118.726	9.345	-	128.071
Ministério Público	60.335	1.180	-	61.515
Consolidado Geral	1.028.761	292.713	9.443	1.330.917

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

			Receita Intraorçamentária
Poder/Órgão	Corrente	Capital	Total
Executivo	1.295.351	23.446	1.318.797
Legislativo	-	-	-
Judiciário	-	-	
Ministério Público	-	-	-
Consolidado Geral	1.295.351	23.446	1.318.797

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

41. Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

Vinculados à Saúde

Vinculados à Educação

Vinculados à Previdência

Demais Vinculações

Recursos Ordinários

1.589.660

Do total das despesas executadas no ano de 2015, o valor de R\$ 1.589.660 mil foi custeado com o superávit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em anos anteriores.

42. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 237,857 milhões e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (22,742 bilhões) e a despesa empenhada (22,980 bilhões).

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

43. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Na elaboração do Balanço Financeiro do exercício de 2014, apresentado na prestação de contas de 2015 (para comparativo entre os dois anos), foi considerada a movimentação credora (recebimentos extraorçamentários) e devedora (pagamentos extraorçamentários) da conta contábil 2.1.8.9.4.18.01 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb (F). Como não houve a inclusão dessa conta na elaboração do Balanço Financeiro do exercício de 2014, apresentado na prestação de contas de 2014, haverá uma divergência nas linhas referentes aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e no total, conforme demonstrado a seguir.

R\$ milhares 31/12/2014 31/12/2014 **BALANCO FINANCEIRO** (Prestação de Contas de 2015) (Prestação de Contas de 2014) Recebimentos Extraorçamentários Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 11.383.850 8.848.298 Pagamentos Extraorçamentários Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 10.612.002 8.076.450 103.617.082 **TOTAL** 101.081.530

Fonte: Balanço Financeiro - Consolidado Geral - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Anos 2014 e 2015

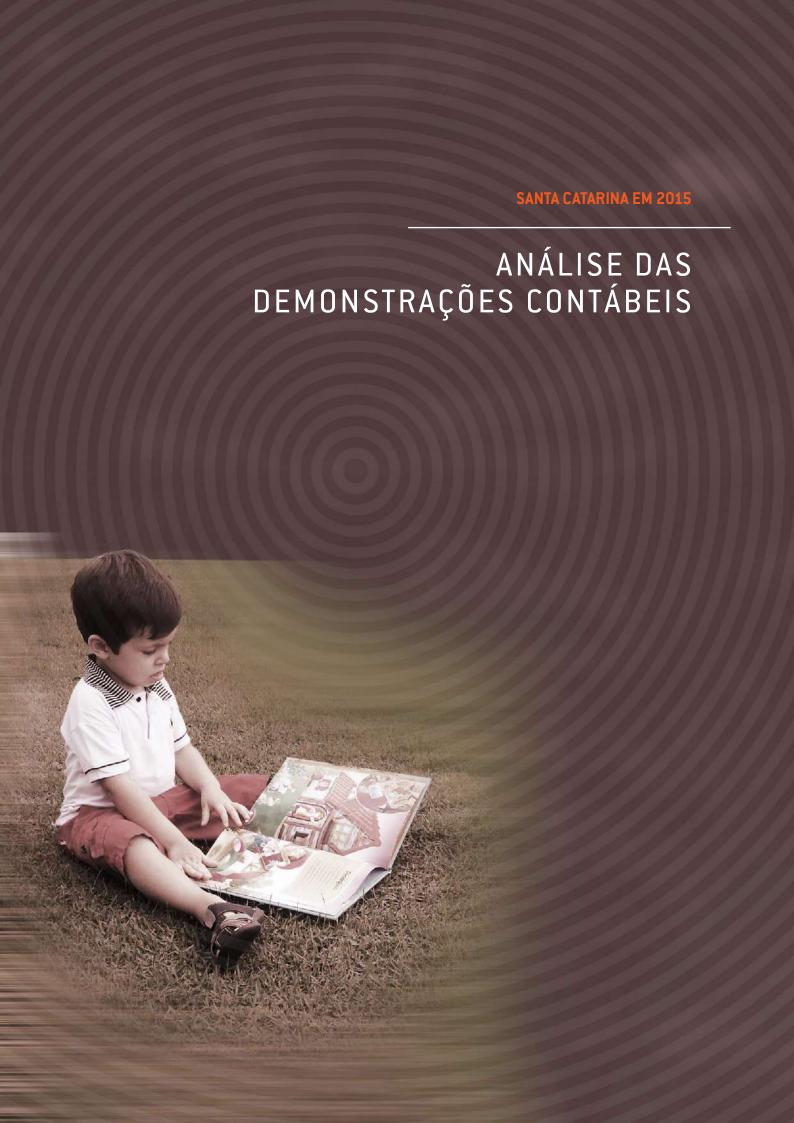
As divergências acima apontadas não alteram o resultado apurado no Balanço Financeiro da Prestação de Contas de 2014, pois o movimento credor (recebimentos extraorçamentários) e devedor (pagamentos extraorçamentários) da conta contábil 2.1.8.9.4.18.01 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb (F) é igual.

44. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 760,647 milhões de reais e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 8 bilhões) e no início do ano (R\$ 7,239 bilhões).

45. Eventos Subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização destas demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento enquadrado pelas normas de contabilidade como subsequente.





A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Estado, auxiliando no processo de tomada de decisão. Essa análise observa a evolução de indicadores nos últimos quatro anos. A variação entre um ano e o anterior é denominada análise horizontal, sendo identificada com o termo H%.

Os indicadores estão divididos em cinco partes: Indicadores do Balanço Patrimonial, Análise da Execução Orçamentária, Análise do Balanço Financeiro, Análise das Variações Patrimoniais e Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos publicados no capítulo "Demonstrações Contábeis", que apresenta os valores consolidados do Estado.

As análises desconsideraram, no Ativo e no Passivo, os valores da fonte 9.9.99 (fonte extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque também foram descontados os valores da fonte 9.9.99 para não haver duplicidade na retirada desses valores.

Nas páginas seguintes, apresentam-se alguns conceitos definidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela Lei nº 4.320/64, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e por outras literaturas da área, com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão da metodologia estruturada nas Demonstrações Contábeis do Balanço Geral.

Ativo – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Abrange as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Patrimônio Público – é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Ativo Circulante – compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo den-

tro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Permanente – compreende os bens, os créditos e os valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Ativo Financeiro – compreende os créditos e os valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.

Passivo Circulante – compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Permanente – compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Passivo Financeiro – compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).



Variações Patrimoniais – são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. Elas são divididas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, subdividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) – são variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) – são variações patrimoniais que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Balanço Patrimonial – evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orcamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente nele; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários. Ressalta ainda que alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.

Análise do Balanço Patrimonial

Situação financeira

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Situação Financeira ^{1,2}	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	3,74	162%	9,79	-48%	(9.039.325 + 529.435 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) ÷ (6.681.996 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) (R\$ milhares)	5,09	

Nota 1: no Ativo Financeiro, foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (2015: R\$ 9.453.687 - Nota 10) e Investimentos e Aplicações Temporárias (2015: R\$ 730.590 - Nota 18), desconsiderando o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 - Nota 10), que equivale ao saldo da conta única. No Passivo Financeiro, também foi excluído o saldo da rubrica limite de saque, pois não se configura dívida.

Nota 2: em todos os anos foram desconsiderados, no Ativo e no Passivo, valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque foram descontados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Liquidez Corrente 1,2	Metodologia Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	1,56	73%	2,69	17%	2014 (12.395.049 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) ; (8.015.032 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) (R\$ milhares)	3,15	

Nota 1: no Ativo Circulante e no Passivo Circulante, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 - Nota 10), que equivale ao saldo da conta única.

Nota 2: em todos os anos foram desconsiderados, no Ativo e no Passivo, valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque foram descontados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.

Н%	2015		Interpretação
-8%	(9.453.687 + 730.590 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) ÷ (7.325.572 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) (R\$ milhares)	4,69	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Há o equilíbrio da situação financeira. > 1 Há superávit financeiro. < 1 Há déficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.

Н%	2015		Interpretação
-16%	(13.242.370 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) ÷ (9.072.669 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626)	2,65	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.
	(R\$ milhares)		= 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.
			>1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.
			Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.
			Conclusão: quanto maior, melhor.

Endividamento

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Composição do Endividamento ¹	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	0,15	-26%	0,11	-12%	(8.015.032 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) ÷ (8.015.032 - 1.800.019 - 4.384.197 + 18.751.255) (R\$ milhares)	0,10	
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total ²	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo ÷ Ativo Total	0,85	-4%	0,82	-19%	(753.561 + 14.613.508) ÷ (29.163.983 - 1.800.019 - 4.384.197) (R\$ milhares)	0,66	
Dívida Onerosa Líquida ³	Disponível ÷ Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos	0,12	103%	0,24	-2%	(9.039.325 + 529.435 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) ÷ (753.561 + 14.613.508) (R\$ milhares)	0,23	

- Nota 1: no Passivo Circulante, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 Nota 10). Em todos, os anos foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque foram descontados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.
- **Nota 2**: no Ativo Total, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 Nota 10). Em todos os anos foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque foram descontados valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.
- Nota 3: no Disponível, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 Nota 10). Em todos os anos, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque, foram descontados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.

Н%	2015		Interpretação
7%	(9.072.669 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) ÷ (9.072.669 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626 + 21.560.529) (R\$ milhares)	0,10	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. < 1 Indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Conclusão: quanto menor, melhor.
10%	(970.308 + 17.277.421) ÷ (31.695.737 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) (R\$ milhares)	0,73	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas com instituições financeiras. = 1 Indica que a totalidade dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas. > 1 Indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado. < 1 Indica que parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas. Conclusão: quanto menor, melhor.
-15%	(9.453.687 + 730.590 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) ÷ (970.308 + 17.277.421) (R\$ milhares)	0,20	 Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face à sua dívida onerosa. = 1 Indica equilíbrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. > 1 Indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Indica falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. Conclusão: quanto maior, melhor.

Análise do Balanço Orçamentário

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Execução da Receita	Receita Executada	1,04	-2%	1,02	-0%	21.612.111	1,01	
	÷ Receita Prevista					÷ 21.293.336		
						(R\$ milhares)		
						,		
Equilíbrio	Despesa Fixada	1,00	0%	1,00	0%	21.293.336	1,00	
Orçamentário	÷ Receita Prevista					÷ 21.293.336		
						(R\$ milhares)		
						(rty riminares)		
Execução da Despesa	Despesa Executada ÷	0,86	-2%	0,84	1%	21.230.114 ÷	0,85	
	Dotação Atualizada					25.010.907		
						(R\$ milhares)		
Resultado	Receita Executada	0,93	10%	1,02	-0%	21.612.111	1,02	
Orçamentário	÷ Despesa Executada	,		,		÷ 21.230.114		
	Везреза Елесанача					(R\$ milhares)		
						(N\$ IIIIIIales)		
Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente ÷	1,03	5%	1,08	-1%	19.708.473 ÷	1,07	
Corrente	Despesa Corrente					18.402.189		
						(R\$ milhares)		
Execução Orçamentária	Receita de Capital	0,68	4%	0,71	-5%	1.903.638	0,67	
de Capital	÷ Despesa de Capital					÷ 2.827.924		
						(R\$ milhares)		
						,		

Н%	2015		Interpretação
-10%	22.741.779	0,92	O indicador permite avaliar a precisão do orçamento.
	- 24.816.449		= 1 A receita executada é igual à prevista.
	(R\$ milhares)		>1 A diferença representa excesso de arrecadação.
			<1 Há arrecadação menor do que o previsto.
			Conclusão: quanto maior que 1, melhor.
0%	24.816.449 ÷	1,00	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA.
	24.816.449		= 1 Há equilíbrio orçamentário.
	(R\$ milhares)		>1 A diferença representa o montante de créditos adicionais abertos.
			<1 A lei de orçamento pode ter sido aprovada com superávit, e não com equilíbrio.
			Conclusão: o ideal é igual a 1.
-5%	22.979.637 ÷	0,81	Avalia a eficácia do orçamento no tocante à fixação da despesa.
	28.514.891		= 1 Há equilíbrio na execução da despesa.
	(R\$ milhares)		>1 Foi utilizada dotação sem autorização legal.
			<1 Há economia orçamentária.
			Conclusão: quanto menor que 1, melhor.
-3%	22.741.779 ÷	0,99	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário.
	22.979.637		= 1 Há equilíbrio no resultado orçamentário.
	(R\$ milhares)		>1 Há superávit orçamentário na execução.
			<1 Há déficit orçamentário na execução.
10/	21 456 266	1.00	Conclusão: quanto maior, melhor.
-1%	21.456.266 ÷ 20.205.274	1,06	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receita de capital.
	(R\$ milhares)		= 1 Há equilíbrio na execução orçamentária corrente.
	(113 1111111111111111111111111111111111		>1 Há superávit orçamentário corrente.
			<1 Há déficit orçamentário corrente, indicando que será necessário utilizar receita de capital para supri-la dos recursos requeridos.
			Conclusão: quanto maior, melhor.
-31%	1.285.513	0,46	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital.
	÷ 2.774.363		- 1 116 m 1/1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m
	(R\$ milhares)		 = 1 Há equilíbrio na execução orçamentária de capital. > 1 Existe superávit orçamentário de capital, demonstrando ter ocorrido alienação de bens e de
	(Ny minares)		valores e, portanto, diminuição do patrimônio ou operação de crédito.
			<1 Existe déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para a cobertura de despesa de capital.
			Conclusão: o ideal é igual ou menor que 1.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%		2014	
Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Aumentativas ÷ Total das Variações Diminutivas	1,01	-1,31%	1,00	1,42%	121.381.913 ÷ 120.070.646 (R\$ milhares)	1,01	

Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária ÷ Despesa Orçamentária Paga	1,00	6%	1,06	-4%	21.612.111 ÷ 20.735.132 (R\$ milhares)	1,02	
Execução Extraorçamen- tária	Receita Extraorçamentária ÷ Despesa Extraorçamentária	1,00	10%	1,10	-5%	13.402.954 ÷ 12.729.562 (R\$ milhares)	1,04	
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	1,04	27%	1,32	-11%	7.239.307 ÷ 6.175.639 (R\$ milhares)	1,17	

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2012	Н%	2013	Н%	2014		
Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida ¹	Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total do Passivo	0,05	29%	0,07	-52%	773.930 ÷ (29.163.983 - 1.800.019 + 207.311 - 4.384.197) (R\$ milhares)	0,03	
Quociente da Atividade Operacional ²	Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total de Geração Líquida de Caixa	4,24	-62%	1,63	4%	773.930 ÷ 456.567 (R\$ milhares)	1,70	

Nota 1: no Disponível, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (2015: R\$ 1.453.733 - Nota 10). Em todos os anos, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Na rubrica limite de saque, foram descontados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 95.789) para não haver duplicidade na retirada desses valores.

Nota 2: o valor do caixa líquido gerado nas Operações sofreu alteração nos valores de 2014, conforme informado nas Notas Explicativas deste demonstrativo.



Н%		2015	Interpretação
-2,04%	150.507.659	0,99	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial.
	± 151.978.244		= 1 A situação patrimonial está equilibrada.
	(R\$ milhares)		>1 Há superávit patrimonial no exercício.
	(<1 Há déficit patrimonial no exercício.
			Conclusão: quanto maior, melhor.

Н%	2015		Interpretação
-3%	22.741.779 ÷ 22.979.637 (R\$ milhares)	0,99	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. = 1 Há equilíbrio na execução orçamentária e financeira, considerando-se regime de caixa também para despesa. > 1 Há superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se regime de caixa também para despesa. < 1 Há déficit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se regime de caixa também para despesa. Conclusão: quanto maior, melhor.
2%	15.384.679 ÷ 14.388.216 (R\$ milhares)	1,07	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. = 1 Há equilíbrio na execução extraorçamentária. > 1 Há superávit extraorçamentário. < 1 Há déficit extraorçamentário. Conclusão: o ideal é igual a 1.
-6%	7.999.954 ÷ 7.239.307 (R\$ milhares)	1,11	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período. > 1 Há superávit financeiro. < 1 Há déficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.

Н%	2015		Interpretação
47%	1.231.648 ÷ (31.695.737 - 1.453.733 + 95.789 - 5.193.626) (R\$ milhares)	0,05	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. Conclusão : quanto maior, melhor.
377%	1.231.648 ÷ 152.374 (R\$ milhares)	8,08	Indica que a parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais. Conclusão: quanto maior, melhor.

Créditos das fotos

	FOTÓGRAFO
	A ordem nas páginas
PÁGINA	segue de cima para baixo, da esquerda para a direita
1	Julio Cavalheiro
3	Julio Cavalheiro
4	Julio Cavalheiro
6	Julio Cavalheiro
8	Julio Cavalheiro
11	Julio Cavalheiro
14	Divulgação
15	Epagri/Divulgação
17	Julio Cavalheiro
18	Julio Cavalheiro
20	Julio Cavalheiro
21	Divulgação
22	Divulgação
23	James Tavares
27	Julio Cavalheiro
27	James Tavares
31	Jaqueline Noceti
31	Jaqueline Noceti
38	Airton Fernandes
39	James Tavares
40	Julio Cavalheiro
42	Julio Cavalheiro
46	Pablo Gomes
47	James Tavares
47	Jaqueline Noceti
48	Alesc/Divulgação
49	Jaqueline Noceti
49	Jaqueline Noceti

PÁGINA	FOTÓGRAFO A ordem nas páginas segue de cima para baixo, da esquerda para a direita
50	Glauco Benetti
50	Paulo Munauar
51	Thiago Marthendal
52	Paulo Goeth
53	Divulgação
54	Paulo Goeth
55	Josiane Zago
56	Nilson Teixeira
57	Nilson Teixeira
58	Julio Cavalheiro
58	Osvaldo Noceti
59	Osvaldo Noceti
60	Paula Daros
60	Thaise Guidini
61	Julio Cavalheiro
61	Julio Cavalheiro
62	Jaqueline Noceti
62	James Tavares
63	Jaqueline Noceti
63	Jaqueline Noceti
64	Denise Lacerda
65	James Tavares
66	Julio Cavalheiro
67	Marília Oliveira – Prefeitura de Urupema
67	Elenise Nunes
67	Julio Cavalheiro
68	Divulgação SST
68	Alisson da Silva
69	Divulgação

PÁGINA	FOTÓGRAFO A ordem nas páginas segue de cima para baixo, da esquerda para a direita
70	James Tavares
71	Jaqueline Noceti
71	Juliana Balotin
72	Douglas Dorneles
72	Jaqueline Noceti
74	Sd Patrícia Mottes
74	Paulo Santana
75	Jaqueline Noceti
76	Pablo Gomes
79	Divulgação Celesc
80	Julio Cavalheiro
82	Julio Cavalheiro
94	Ascom/Cidasc
95	Antonio Carlos Mafalda
100	Divulgação
102	Julio Cavalheiro
104	Julio Cavalheiro
106	James Tavares
109	SC Energia/Eletrosul
113	Eduardo Faria/Officio
117	Ludmila Saharovsky/ Divulgação
130	Divulgação
134	Jaqueline Noceti
136	Julio Cavalheiro
138	Julio Cavalheiro
162	Julio Cavalheiro
164	Julio Cavalheiro